

«AD»
falcatruas
até
ao fim!



Vender o ganha-pão dos pescadores algarvios para pagar os favores da UCD espanhola...



... vender a Pátria ao imperialismo e pôr em perigo todo o Povo português...



... fazer toda a casta de vigarices na RTP para tentar impedir a vitória de Abril no próximo dia 5 de Outubro!

Pág. 4

PROCLAMAÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

VOTAR NA APU

PARA A DERROTA DA "AD"

PARA UMA MAIORIA DEMOCRÁTICA

Na sua reunião de terça-feira, o Comité Central do PCP aprovou um importante documento sobre a situação política e as próximas eleições — Pág. 3



A campanha!

Levar as propostas da APU a toda a parte, falar com todos, ouvir os anseios de todo o povo! Foi assim o fim-de-semana do camarada Álvaro Cunhal em Braga, Viana e Viseu e o de muitos milhares de dirigentes e militantes do Partido

— Págs. 6, 7 e 8

40

MEDIDAS URGENTES

para o bem-estar dos portugueses

Em conferência de imprensa hoje realizada, a APU anuncia 40 medidas de governo que propõe ao Povo português

— Pág. 12

ALQUEVA



Um projecto essencial ao desenvolvimento do país sabotado pelas forças reaccionárias

Pág. 10

GRANDE DESFILE DO POVO UNIDO



MARTIM MONIZ-ALAMEDA AFONSO HENRIQUES

Domingo — Dia 14 — 15h

COMÍCIO

ÁLVARO CUNHAL
JOSÉ MANUEL TENGARRINHA
MANUEL LOPES

POVO UNIDO

PORTALEGRE

Comício

com Álvaro Cunhal
Sábado — 13 de Setembro — 21h30
PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO

Editorial

UM MANIFESTO
RADICADO NA VIDA E NA LUTA

A derrota eleitoral da "AD" nas próximas "legislativas" de Outubro e a correspondente vitória das forças democráticas perfilam-se com nitidez no horizonte político português.

Esta convicção não se radica apenas nos simples vaticínios de milhões de portugueses que fizeram a prova da reacção no Poder e repudiaram abertamente a política antipopular e antidemocrática do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral — toma vulto também no próprio campo inimigo, no seio mesmo da Aliança reaccionária.

De facto, o estigma dos vencidos marca vincadamente os actos dos governantes e dos seus principais apoios: do Governo "AD" no seu conjunto e de cada um dos seus membros em particular; das forças sociais e políticas que lhe deram substância e de todos os que, hoje ainda, constituem a sua base de apoio.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral está inevitavelmente condenado à derrota.

Ao concluir que estão criadas as condições basilares para que a "AD" seja derrotada, o Comité Central do PCP, reunido anteontem em sessão plenária, parte de premissas realistas, assentes na profunda ligação dos comunistas com os trabalhadores e com as camadas populares mais vastas e no seu conhecimento objectivo da problemática nacional.

A demissão do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral tornou-se um imperativo categorico de defesa da democracia e das conquistas fundamentais da Revolução de Abril.

O Governo "AD" perdeu legitimidade logo que os seus objectivos de destruição do regime democrático e do 25 de Abril se tornaram claros.

Os atentados à Constituição e à legalidade democrática são o quotidiano da camarilha governante. A corrupção e a imoralidade gangrenaram a imagem do Governo.

O bando ministerial tomou-se, porém, ainda mais ilegítimo quando, pela ruptura dos "reformadores", a base parlamentar da "AD" se tornou minoritária.

Até ao dia 5 de Outubro a demissão ou a exoneração do Executivo Sá Carneiro/Freitas do Amaral adquiriram plena justificação constitucional e política.

Mas se até lá se tomar do todo impossível libertar o País da nefasta acção antinacional do Governo da "AD" é então preciso fazê-lo decididamente nas urnas, derrotá-lo de maneira concludente e definitiva pela vontade expressa do Povo português nas eleições de Outubro.

Assegurar a livre expressão do voto dos portugueses tornou-se por isso uma questão primordial para a continuidade do regime democrático e a defesa do Portugal de Abril.

O CC do PCP pôs nesta questão um acento particular.

Nestes últimos dias que precedem a abertura oficial da campanha eleitoral, assiste-se a um agravamento sem precedentes das práticas ilegais, demagógicas e golpistas da Aliança reaccionária no Governo.

Aqueles que alguma vez tenham posto em dúvida a rigorosa verdade das denúncias do PCP quanto à total falta de idoneidade, de isenção democrática e de escrúpulos do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral para assegurar a livre expressão da vontade do Povo português nas eleições de Outubro, têm agora vasta matéria para reflectir e concluir do verdadeiro carácter dos governantes.

Em desespero de causa, apavorados com a perspectiva de uma derrota certa, os chefes da "AD" no Governo e fora dele, multiplicam as ilegalidades, as violências, as actividades conspiratórias; assaltam e manipulam com o maior descaro os órgãos de comunicação social estatizados, os dinheiros do Povo, a máquina do Estado, e põem tudo isso ao serviço dos seus objectivos eleitoralistas da forma mais discriminatória e brutal.

O medo da derrota domina a conduta dos chefes da "AD", a absoluta amoralidade política é a verdadeira imagem moral do Poder. A "fraude" como norma de comportamento pessoal e como política é levada às suas extremas consequências pelos governantes da Aliança reaccionária.

O CC do PCP chamou a atenção para o brutal assalto da "AD" e dos seus homens de mão aos órgãos de comunicação social estatizados e para o que isso pode representar na conjuntura actual.

O objectivo visível é, sem dúvida, manipular os órgãos mais importantes de comunicação social de massa com fins eleitoralistas ao serviço da reacção. Neste período pré-eleitoral os portugueses puderam constatar na prática até onde pode ir a descarada ofensiva do Governo.

Mas ficaríamos curtos na apreciação do comportamento da "AD" se limitássemos aos objectivos eleitoralistas a sua linha de conduta nos domínios da comunicação social. A Rádio e a TV, especialmente, são armas de grande importância estratégica numa situação de emergência. O seu controlo absoluto é essencial pelos profissionais da conspiração. Esse é o objectivo não visível do Governo.

Na RDP — que foi declarada "empresa pública em situação económica difícil" para tentar abafar a luta dos trabalhadores da Rádio contra a censura, os saneamentos políticos, as prepotências e ilegalidades do Governo na empresa — foram impostos, em colisão com o direito ao trabalho de profissionais competentes e desorganizando horários de dezenas de trabalhadores, 28 indivíduos orlados dos jornais da direita para a direcção do bloco informativo da RDP durante o período eleitoral.

Chorudas remunerações são pagas a alguns "compadres" da direita, alguns deles destituídos de qualquer competência técnica e profissional.

A Comissão de Trabalhadores não é ouvida em questões a que a Constituição lhe outorga audiência obrigatória e a própria Comissão Administrativa foi declarada ilegal pelo Promotor de Justiça. Na RDP Norte as razias dos saneamentos políticos estão em curso.

Na RTP, Preença de Carvalho, o Goebbels da AD, impõe a censura, saneia profissionais desastados ao Governo para no seu lugar pôr gente de confiança dos partidos da direita, impõe medidas antidemocráticas, contrárias ao pluralismo ideológico a que a Lei obriga nos órgãos de comunicação social estatizados, provoca a demissão de profissionais qualificados, alguns mesmo sem identificação política, e nomeia para os substituir os seus homens de mão.

Na ANOP, a AD coloca à frente da CA um dos dirigentes do PSD e como vogal o conhecido Filho de Oliveira, fiel serventuário da "outra senhora", repudiado antes pelo Conselho de Redacção da RDP.

Para que quer a AD e o seu Governo o domínio dos órgãos de comunicação social estatizados?

Eleições e golpe estão nos fundamentos deste brutal assalto da Aliança reaccionária à Rádio, à TV, à imprensa estatizada.

Nas empresas do sector público e nacionalizado, nas multinacionais, agora também recentemente na questão do marisco algarvio com os armadores espanhóis, o Governo «AD» espezinha direitos e interesses dos trabalhadores portugueses, intensifica os despedimentos, saneia dirigentes e delegados sindicais, passa por cima das prerrogativas constitucionais das Comissões de Trabalhadores.

Na zona da Reforma Agrária, o escândalo e a corrupção aliam-se à violência sob o comando do MAP, do MAI e da acção repressiva da GNR na inconstitucional tarefa de reconstituir os latifúndios.

Do total de 445000 hectares de terras roubadas às UCPs, mais de 50% foram-nos nestes curtos meses do Governo AD, compreendendo 70 a 80% das melhores terras da Reforma Agrária, 60 UCPs/Cooperativas foram totalmente destruídas e 50 latifúndios, totalizando mais de 112000 hectares, foram reconstituídos, além da entrega de grandes reservas a absentistas que as deixaram inteiramente por cultivar.

O desemprego alastra no Alentejo e só no distrito de Évora mais de 5000 mulheres trabalhadoras foram privadas de trabalho.

A esta luz, a demagogia do Primeiro-Ministro entregando títulos — promessas de posse de terras nacionalizadas e retiradas a trabalhadores e agricultores que as cultivavam, assume as raias da sem vergonha.

Ligadas a outras medidas demagógicas no domínio dos salários, pensões e subsídios, a que os trabalhadores e reformados estão dando a merecida resposta, intensificando a luta pelo melhoramento das suas condições de vida, a ofensiva contra a Reforma Agrária é uma das mais significativas manifestações da política de classe, serventaria do grande capital e dos latifundiários, do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

O CC do PCP no seu manifesto eleitoral põe no centro do desmascaramento político do Governo AD o seu carácter de instrumento da grande exploração capitalista e de facção do imperialismo e das multinacionais, a cujos interesses sacrifica a independência do País e os interesses do Povo português e apela à resistência cada vez mais firme à política reaccionária da AD.

O manifesto eleitoral do PCP saído do plenário do CC põe como questão essencial da disputa das eleições de Outubro e da derrota da Aliança reaccionária o reforço do PCP e da APU na Assembleia da República.

Nas grandes iniciativas já levadas a cabo na campanha pré-eleitoral é um fenómeno saliente a grande adesão popular às propostas políticas do PCP e da APU.

No Norte, no Centro, no Sul, nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, milhares de portugueses olham para o PCP e para a APU como únicas forças capazes de assegurar uma maioria democrática, um governo e uma política democráticos que dêem solução aos graves problemas que o País enfrenta.

Nas listas da APU estão cidadãos portugueses amplamente conhecidos pelo seu devotamento ao Povo, à democracia, ao 25 de Abril, ao País, que deram as suas provas ao longo dos anos, antes e depois da Revolução de Abril.

O CC do PCP salienta a grande força de atracção da APU, da sua dinâmica unitária, da sua capacidade de resposta aos anseios populares mais vastos e legítimos.

O CC chama a atenção dos portugueses para a impossibilidade de levar avante uma alternativa verdadeiramente democrática ao Governo actual e à sua política antipopular sem a participação activa dos comunistas e da APU como grande projecto unitário, na obra de construção do Portugal democrático que deve imediatamente seguir-se à derrota eleitoral da AD e à exoneração do Governo Sá Carneiro.

O CC do PCP, no seu manifesto eleitoral, desmascara a mentira da FRS, do PS e do seu secretário-geral, Mário Soares, quando se afirma como detentor exclusivo de uma alternativa de governo e de política à AD, quando pretende aparecer como força maioritária absoluta em resultado das eleições, quando nega ao PCP e à APU o seu carácter democrático e a sua força real junto do eleitorado português.

O CC do PCP põe o acento no facto de a maioria democrática que se formará em resultado da derrota da AD ser fundamentalmente constituída por comunistas e socialistas, no facto de o voto na FRS ser um voto na democracia e contra a reacção, mas também nos perigos reais que advêm da política de conciliação com a direita, mais uma vez reafirmada por Mário Soares e outros dirigentes do PS (como Vítor Constâncio), dos tagates do secretário-geral do PS ao PSD e pessoalmente a Sá Carneiro de quem Mário Soares diz ser «um adepto da democracia».

É ainda um facto preocupante ver Mário Soares, ainda que com algumas restrições, alinhar com a linguagem anti-soviética de Sá Carneiro e Freitas do Amaral na Assembleia da NATO, no Funchal.

Estas posições obrigam a uma grande vigilância dos eleitores socialistas à sua exigência obstinada e permanente de o PS e a FRS não traírem os seus compromissos de não aliança com a direita.

É porque o PS e Mário Soares se mostram susceptíveis de aliança com a direita que o CC do PCP reconhecendo a natureza democrática do voto na FRS afirma com força que o voto no PCP e na APU é o único voto útil, seguro, certo e necessário na democracia e no 25 de Abril.

O CC do PCP salienta que a vitória está ao alcance das forças democráticas e que uma votação maciça na APU pode arrancar um maior número de deputados do PCP, do MDP/CDE e independentes que na Assembleia da República se baterão pela defesa e consolidação da democracia, da liberdade e da independência nacional.

Armados da justeza da sua causa e da superioridade das suas propostas políticas, os comunistas portugueses lançar-se-ão com confiança, entusiasmo e determinação na campanha eleitoral que terá início no domingo.

Com uma grande força que cada vez mais ressaltava aos olhos e às esperanças dos portugueses.

Com o PCP e com a APU Abril vencerá!

Agenda

Dia 11

DORM

Viana do Castelo, às 21.30 horas, sessão no Teatro Sá de Miranda, com Vital Moreira e Vítor Louro

DORSA

Benfica do Ribatejo, às 21.30 horas, sessão na Sociedade Humanitária Benfiquense. Filhões, às 21.30 horas, sessão na Escola Primária, com Armando Fernandes, José Feliciano, António Magro e Filmino Oliveira. Lixeiros (Torres Novas), às 21.30 horas, sessão na Escola Primária. Lourdeira, às 21.30 horas, sessão na Escola da Freguesia, com José Isidro, António Martins, António Barbosa e José Pereira.

DORL

A-dos-Loucos (Vila Franca de Xira), às 21 horas, no Grupo Columbófilo, sessão. Lisboa, às 17.30, sessão na empresa Baptista Russo (Olivais) com o candidato Manuel Lopes.

DORA

Alborno, sessão às 21.30 na casa do Povo. Barro Branco (Borba), às 21 horas, sessão na Escola. Beja, sessão às 13 horas na Metalurgia. Boavista (Bola), sessão às 21.30 na Casa do Povo. Castro Verde, sessão para reformados, às 16 horas, na Casa do Povo. Impedidor (Estremoz), porta-a-porta, seguida de sessão, às 21 horas, na Escola. Moura, sessão para reformados, às 16 horas, na Casa do Povo. Rio de Molinos (Aljustrel), sessão para reformados às 15 horas, na Sociedade. Trindade (Beja), sessão às 21.30 na Casa do Povo.

Dia 12

DORP

Rebordosa (Paredes), às 21.30, comício-festa com Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, espectáculo com "Toma Lá Show".

Bairro de Aldoar (Porto), às 21.30, comício-festa com o candidato Oliveira Dias. S. Gens (Matosinhos), às 21.30, sessão com o candidato Valdemar Madureira. Padroal (Leça do Balio), às 21.30, sessão com o candidato Gaspar Martins.

DORSA

Carvalhal D'Aroeira, às 21.30 horas, sessão no Centro Cultural.

DORL

Bragados (Póvoa de Santa Iria), às 21.30, sessão com Rui Brito. Damalá, às 21 horas, no Píngue de Pettingem, sessão e espectáculo com Rosa Brandão e o conjunto Lúris. Lisboa, às 21.30 no Clube Atlético Clube de Campolide, sessão com Manuel Pedro, do CC. Lisboa, às 21.30 em Alcátara, no Centro Social, sessão com Helder Pinheiro. Lisboa, às 21.30 no salão da Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria, sessão com Rui Godinho. Lisboa, às 21.30 no Paço da Lunel, sessão com Manuel Lopes e Artur Rodrigues. Paredes, a partir das 9 horas, Henriqueta Maia e Maria d'Aires em mini-comício no Mercado e no Estádio. Estoril, de manhã, mini-comício na Estação com Henriqueta Maia. Santa Iria de Azoia, às 20.45, na Sociedade 1.º de Agosto, coloquio com Joaquina Silvino. Santo António do Tojal, às 21.30, no Jardim Principal de Loures, sessão com Severiano Falcão e espectáculo. Pontinha, às 21 horas, "Fado de Abril". S. João de Talha, "Fado de Abril". Barcarena, na estação de Tercena, sessão de esclarecimento e espectáculo. Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo de Subsera, sessão.

DORS

Samouco, 21.30 horas, sessão, no salão da Junta-de-Freguesia, com Sousa Marques. Setúbal, às 21 horas, sessão, no Bairro de Montalvão, com Manuel Guerreiro. Azilal, às 21 horas, em S. Lourenço, sessão, com Odete Santos.

DORA

Borba, às 21 horas, sessão no ex-Ciclo. Estremoz, às 21 horas, sessão na Casa do Povo, com os camaradas Lima Martins e Acácio Afonso. Mourão, às 21 horas, sessão na Casa do Povo, com os camaradas José Ernesto e Joaquina Andrade. Santo Amadeu, sessão às 21.30 na Casa do Povo. Safara (Moura), sessão às 21.30 na Casa do Povo. Cuba, porta-a-porta no concelho. Santa Vitória, sessão às 21.30 na Casa do Povo. Penedo Gordo, sessão às 21.30 na Casa do Povo. Amareleja (Moura), sessão às 18 horas na Casa do Povo.

Dia 13

DORP

Matosinhos, às 15 e 30, comício-festa com Carlos Costa, Valdemar Madureira e Manuel Almeida. Espectáculo com "Toma Lá Show". Póvoa do Varzim, às 21 e 30, espectáculo com "Toma Lá Show". Felgueiras, às 21 e 30, no Mercado. Balmim Pío XII, às 15 e 30, comício-festa com o candidato Salgueiro Barros.

DORSA

Raposa (Almeirim), às 21 e 30, baile no Grupo Desportivo Raposense, com o Conjunto Musical "Sunday Night". Almeirim, às 21 e 30, na Casa do Povo, Encontro Concelho de Activistas da APU. Assente (Rio Maior), às 21 e 30, sessão na Casa da Comissão com António Bastião.

DORL

Brandão, 9 horas, porta a porta com o candidato Helder Pinheiro. Damalá, 9 horas, porta a porta com o candidato Jorge Lemos. Lisboa, 9 horas, instalação de banca no Alto de Campolide. Lisboa, Durante todo o dia, banca no Rossio. Paredes, 9 horas, na praia, mini-comício, com o candidato Veiga de Oliveira. Carcavelos, 9 horas, na praia, mini-comício com a candidata Odete Costa, seguindo-se espectáculo com os palhaços Emiliano. S. Pedro do Estoril, 9 horas, na praia, mini-comício com o candidato Anselmo Aníbal. Estoril, 9 horas, mini-comício, com a candidata Georgette Ferreira. Barcarena (Lecoes), 21 horas, sessão de esclarecimento com Georgette Ferreira e a actuação do "Fado de Abril". Vila Franca de Xira, 20 horas, no Badalinho, sessão de esclarecimento. Lisboa, 19 horas, no Centro Trabalho Vitória, sessão de esclarecimento com Abom Inglês. Oliveira-Sul, 17 e 30, na Quinta das Laranjeiras, sessão de esclarecimento com Silva Graça e actuação do "Fado de Abril". Póvoa de Santa Iria, 17 horas, em Quintais, sessão de esclarecimento com Fernando Vaz. S. Domingos de Rana, 17 e 30, mini-comício, no Largo da junta. Madoma, 17 horas, mini-comício, no Parque Infantil. Rebvalva, 16 e 30, mini-comício, no levedouro. Bairro da Mina, 16 horas, mini-comício, no chafariz. Bairro Alem-Vinhas, 15 e 30, mini-comício, no ringue. Fatilde, 15 horas, mini-comício, no Largo da Entrada. Outeiro da Polina, 14 e 30, mini-comício, no Largo do Outeiro. Tires, 12 horas, mini-comício, nas Traseiras do Largo do Mercado. Matarrague, 11 e 30, mini-comício, no Parque Infantil. Bairro Comde de Monte Real, 11 horas, mini-comício, no ringue. Aboboda, 10 horas, mini-comício, no Largo do Chafariz. Trajouce, 9 e 30, mini-comício, no Largo do Chafariz, com os candidatos Artur Rodrigues e Vítor Silva. Ajuda, 15 horas, espectáculo com os palhaços Emiliano, no Largo da Ajuda. Alverca do Ribatejo, 17 horas, no recinto da Festa Popular, comício-festa com Blanqui Texeira. Benfica, 21 horas, no Largo Frederico Ludovice, comício-espectáculo com José Manuel Nuncio e o conjunto "rock" UHF. Damalá, 22 horas, no ringue de patinagem, comício-festa com Zita Soabra e os artistas Nuno Gomes dos Santos, António Martins, Manuel Maia, Edmundo Silva e Chaby.

DORS

Alcácer do Sal, às 17 horas, sessão com o camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Alcácer do Sal, às 21 horas, sessão com Cristina Veríssimo. Moita, às 21 e 30, no Pavilhão da Festa da Moita, sessão com Ercilia Talhadas suplente do CC. Setúbal, às 18 e 30, comício com o camarada José Vitoriano da Comissão Política do CC. Setúbal, às 21 horas, no Bairro General Humberto Delgado, sessão com Sousa Marques. Montijo, Caravana Automóvel, com José Jorge e Sérgio Pinto.

DORA

Malarrinha (Mora), porta a porta, e sessão às 21 horas na Sociedade. Redondo, porta a porta e sessão às 21 horas na Casa do Povo.

FESTA DA UNIDADE



POVO UNIDO

APU

ERMIDAS - SADO
13 e 14 de SETEMBRO

PROGRAMA

Dia 13/9/80

Das 9 às

12 horas

LARGADAS DE POMBOS E

PROVAS DESPORTIVAS

15 horas

- RANCHOS FOLCLÓRICOS

22 horas

- BAILE

Dia 14/9/80

15 horas

- RANCHOS FOLCLÓRICOS

17 horas

- BANDAS

19 horas

- INTERVENÇÃO POLITICA COM UM CAMARADA DO COM. CENTRAL

20 horas

- VARIEDADES

Tiragem média no mês de Agosto: 59,125



COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE DENTISTAS DO SUDO SUD

ABRIL VENCERÁ!

Granja (Mourão), às 21 horas, sessão na Casa do Povo com os camaradas Custódio Gíngão e Vidigal. S. Marcos (Figueiros), porta a porta às 15 horas e sessão às 20 horas na Sociedade com os camaradas Abílio Fernandes e Mário Barradas. Terena (Alandroal), porta a porta. Sto. Maior, às 20 horas, sessão na Casa do Povo. S. Bento do Amaral, às 21 horas, sessão na Escola. Aljustrel, convívio às 20 horas. Alvitto, porta a porta no Concelho. Cabeça Gorda, sessão às 21 e 30 na Casa do Povo. Quintina, sessão às 21 e 30 na Casa do Povo. Salvada, sessão às 21 e 30 na Casa do Povo. Cuba, porta a porta no concelho. Santo-Amador (Moura), porta a porta. Santo Aleixo, porta a porta. Sefara, porta a porta. Odemira, sessão e festa-comício. Relíquias, festa às 21 horas na Casa do Povo. Ficalho (Serpa), sessão às 21 horas. Brinches, sessão às 21 horas. Santa Iria, sessão às 21 horas. Vale dos Molins, sessão às 16 horas.

Dia 14

DORM

Portela Suzã, às 10 horas, sessão na Escola Primária. Viana do Castelo, às 15 horas, na Cantina da Escola Avenida, encontro-debata, com os reformados APU. Infesta (Paredes do Coura) às 21 horas, sessão, na Escola Primária. Paço Pedro de Magalhães, às 21 horas, sessão na Escola Primária. Refolhos, às 15 horas, sessão, na Escola Primária Nova. Ponte de Lima, às 15 horas, na Escola Técnica, Edifício Maheiro, Encontro de Mulheres da APU. Valença, às 16 horas, no Pavilhão Gimno-Desportivo, sessão, com Vítor Louro, seguida de Cantu Livre com Fernando Tordo, Ary dos Santos e Helena Isabel.

DORP

Quinta das Freiras (Rio Tinto), às 15 e 30, comício-festa com Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC. S. Roque da Lameira (Porto), todo o dia no parque municipal, comício-festa com Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Elitz (P. de Ferreira), às 14 h, com o candidato Mário Rodrigues. Penafiel, comício-festa na Escola Secundária.

DORSA

Cartaxo, passeio ciclista com partida às 8 horas junto à Estátua de Marcelino Mesquita. Almoo e festa em Valada. Valada (Cartaxo), a partir das 12 e 30, almoço e festa-comício no Largo da Igreja.

DORS

Alcochete, às 21.30 horas, na Sociedade Imparcial 15 de Janeiro sessão, com José Manuel Maia, suplente do CC. Moita, às 22 horas, no Pavilhão da Festa da Moita, sessão, com Rogério Brito. Águas de Moura, às 21.30 horas, no salão Joaquim Lopes, sessão com Manuel Guerreiro. Ermidas do Sado, às 19 horas, sessão com Carlos Espadinha. Sesimbra, 21 horas, sessão no Pavilhão Gimno-Desportivo, com Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Moita, às 21.30 horas, no Pavilhão da Festa da Moita, sessão, com Américo Leal, do CC. Setúbal, às 21 horas, no Miradouro, sessão, com Conceição Moraes. Setúbal, às 21 horas, no Clube "os Celtas" sessão, com Manuel Guerreiro. Alto da Guerra (Setúbal), sessão às 21 horas com o camarada Jorge Patrício. Sarreiro, às 21 horas na Sociedade Lavradiense, sessão, com Ercilia Talhadas suplente do CC. Moita, às 22 horas, sessão no Pavilhão da Festa da Moita com Sousa Marques. Montijo, às 21 horas, sessão em Corte Estival, com Sérgio Pinto. Cascais (Palmela), às 21.30 horas, sessão com Edgar Costa. Setúbal, às 21 horas, sessão na Escola das Areias, com Cristina Veríssimo.

DORA

Aljustrel, prova de atletismo para crianças. Alvitto, porta a porta no Concelho. Beja, sessão às 21.30 na Casa do Povo. Castro Verde, caravana com propaganda sonora e distribuição de documentos. Cuba, desfile de máquinas da Reforma Agrária, comício, sardinhada e cantares alentejanos. Ferreira do Alentejo, convívio, prova de atletismo, venda de produtos da Reforma Agrária, distribuição de prémios, grupos corais, pioneiros e intervenção política. Mértola, Festa-Convívio. Sobral (Moura), porta a porta de manhã, com participação do grupo coral da Amareleja. Odemira, sessão às 21 horas na Casa do Povo. Concelho (Ourique), comício às 18 horas. Ourique, sessão de esclarecimento às 21 horas na Casa do Povo.

Dia 17

DORS

Moita, às 22 horas, sessão, no Pavilhão da Festa, com Manuel Guerreiro. Baliza da Banheira, às 21.30 horas, sessão na colectividade dos Alentejanos, com Odete Santos. Setúbal, às 21 horas, sessão na Associação Comercial, com Sousa Marques.

REUNIÕES

Dia 11

DORP

Porto, no Cineclube do Porto, reunião da Comissão Eleitoral da APU de trabalhadores da saúde, com a presença de candidatos do sector.

DORL

Oeiras, às 19.30 horas, reunião de todos os militantes das empresas do Concelho de Oeiras no Centro de Trabalho de Algués. Oeiras, às 21.30 reunião de todos os camaradas e membros das Comissões Eleitorais da APU, na Sociedade Filarmónica e Fraternidade de Camaxide.

Dia 12

DORL

Lisboa, às 15 horas no Centro de Trabalho Vitória, Plenário de Reformados.

Dia 14

DORSA

Entroncamento, às 10 horas, Plenário Distrital de Mulheres, na colectividade "Onze Unidos", com Helena Neves.

Dia 15

DORL

Oeiras, às 21.30 horas, reunião no Centro de Trabalho.

VISITAS

Dia 11

DORL

Lisboa, das 12 às 14 horas, visita dos candidatos Manuel Gurmão, Adalberto Ribeiro e Jorge Lemos aos TLP, R. Andrade Corvo. As 15 horas, os candidatos Jorge Lemos e Rosa Brandão visitam a EPAL, na Avenida da Liberdade.

Dia 12

DORL

Lisboa, durante todo o dia, visita de Helder Pinheiro e José António Veríssimo aos TLP em Alfama Cortes. Lisboa, às 14 horas, visita do candidato Jerónimo de Sousa às Oficinas dos CTT, na Calçada das Necessidades.

Dia 13

DORL

Lisboa, 9 horas, visita de um candidato ao Mercado "31 de Janeiro", na Av. Fontes Pereira de Melo; visita de Manuel Joaquim da Silva ao Mercado do Levanta (Sapadores); visita de um candidato ao Mercado do Arco do Cego; visita de José António Sali ao Mercado das Flores, nas Mercês; visita de Carlos Machado ao Mercado do Bairro Alto; visita de Joaquina Silvino ao Mercado do Forno do Tijolo; visita de Octávio Texeira ao Mercado do Chão do Lourinho; visita de Maria Rosália ao Mercado da Ribeira; visita de Maria d'Aires ao Mercado de Alfama; visita de Manuel Pedro ao Mercado de Santa Clara (Gracia); visita de Manuel Lopes ao Mercado da Boa Hora (Ajuda); visita de José Luís Judas ao "Pão de Açúcar", em Alcátara; visita de Lourdes Lobo ao Mercado da

VOTAR NA APU

PARA A DERROTA DA "AD" PARA UMA MAIORIA DEMOCRÁTICA

No dia 9 de Setembro teve lugar uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português.

O Comité Central examinou a situação política e os problemas relativos às próximas eleições para a Assembleia da República que se realizarão no dia 5 de Outubro.

O CC concluiu que estão criadas as condições essenciais para que nas eleições legislativas a "AD" seja derrotada, o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral seja demitido, a APU saia reforçada e se forme uma maioria democrática na Assembleia da República, base para a formação de um governo democrático.

O CC expressa a sua confiança em que o povo português saberá, através do voto, defender e consolidar as liberdades, as outras conquistas de Abril, a independência nacional, o regime democrático consagrado na Constituição.

1. O plano subversivo do Governo "AD"

O Comité Central do PCP deu balanço à política antipopular, antidemocrática e antinacional e à actividade inconstitucional, ilegal e subversiva do Governo "AD" de Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

O CC confirma que o Governo "AD" tendo como objectivo principal a liquidação das conquistas democráticas de Abril e a restauração do poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, causou graves e duros danos ao povo português, ao País, ao regime democrático. Porou as condições de vida dos trabalhadores e das mais vastas massas populares. Roubou à Reforma Agrária centenas de milhares de hectares de terra, milhares de cabeças de gado e de máquinas, instalações, benfeitorias, searas e frutos pendentes. Agravou a situação das empresas nacionalizadas. Entregou empresas ao patronato sabotador. Viou liberdades, direitos dos cidadãos, as leis e desrespeitou decisões dos tribunais. Reintroduziu orientações reacçãoárias no ensino. Perseguiu a cultura. Apropriou-se dos meios de comunicação social, das alavancas da vida económica e do aparelho de Estado. Submeteu servilmente a política externa portuguesa aos interesses dos círculos mais agressivos do imperialismo norte-americano.

Os danos e sofrimentos causados pelo Governo "AD" são incalculáveis e alguns irreparáveis.

O CC confirma que, entretanto, em virtude da luta heróica das massas populares e da vitalidade do funcionamento das instituições, os partidos reacçãoários não conseguiram levar a cabo o seu plano subversivo que tinha em vista liquidar antes das eleições as conquistas democráticas, transformar as eleições numa mascarada (novas leis eleitorais), obter fraudulentamente uma maioria de deputados na Assembleia, conseguir impor referendos inconstitucionais e antidemocráticos, e assim criar as condições para a revisão inconstitucional da Constituição, a liquidação do regime democrático e a instauração duma nova ditadura.

Embora dispondo ainda do Governo, a "AD" entra no período eleitoral em perda de velocidade, acusando o desgaste provocado por sérios fracassos e por dificuldades internas, e cada vez mais abalada pelo crescente estado de espírito de derrota.

2. Obrigar à demissão do Governo Sá Carneiro

O CC lembra que o PCP, e com ele milhões de portugueses, lutou e luta firmemente pela demissão do Governo Sá Carneiro antes das eleições.

Por três razões. Pela sua política inconstitucional e ilegal traduzida numa obra criminosa de destruição das realizações económicas, sociais e políticas da revolução portuguesa. Pelo seu plano subversivo de liquidação do regime democrático. Pelo facto de que compromete gravemente o carácter democrático das eleições.

O CC insiste em que, não se tendo concretizado a demissão do Governo antes das eleições, é indispensável que ela se concretize em resultado das eleições.

Votando contra a "AD", reduzindo de novo a "AD" a uma minoria na Assembleia da República, o povo português obrigará à demissão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

3. A "AD" caminha para a derrota

O CC concluiu que estão criadas as condições objectivas e subjectivas fundamentais para derrotar a "AD" nas eleições do dia 5 de Outubro, reduzindo-a novamente a uma minoria na Assembleia da República.

Apesar das influências e pressões sobre o eleitorado, que a "AD" está exercendo, monopolizando meios de comunicação social, transformando a acção do Governo num instrumento de propaganda eleitoralista, utilizando para esse efeito o aparelho do Estado, os fundos públicos e a mais desavergonhada demagogia, a "AD" está a perder terreno, vê restringir-se a sua base de apoio social e tudo confirma que, correspondentemente, se está restringindo também o seu eleitorado.

A evolução da situação política e social indica que a "AD" caminha inexoravelmente para a derrota.

4. Alerta à conspiração

O CC sublinha que a perspectiva cada vez mais evidente da derrota da "AD" nas eleições legislativas, sendo um facto positivo da mais alta importância na vida política nacional, leva as forças reacçãoárias a intensificar as ameaças, as acções provocatórias e conspiração antidemocrática.

Por um lado, a "AD" e o seu Governo multiplicam acções discriminatórias, repressivas e demagógicas ilegais, fraudes e violências que porão em causa o carácter democrático das eleições.

Por outro lado, numerosos factos indicam que está em elaboração um plano para impedir por meios inconstitucionais subversivos, e eventualmente violentos que a derrota da "AD" e a vitória democrática nas próximas eleições se concretizem na pronta demissão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e na formação de um governo democrático.

O CC apela aos militantes, aos trabalhadores e aos democratas para uma grande vigilância em relação a manobras, ilegalidades e fraudes no processo eleitoral e a todas as acções provocatórias, subversivas e conspiratórias.

O CC expressa a confiança em que as instituições estão em condições de defender o regime democrático de quaisquer tentativas golpistas que tentem opor-se

à vontade democrática do Povo português expressa nas eleições.

5. Consequências da derrota da "AD"

O CC concluiu que, só por si, o facto de a "AD" ser novamente reduzida a uma minoria na Assembleia da República terá profundas consequências na vida política nacional.

A derrota da "AD" nas eleições deverá significar necessária, obrigatória e rapidamente:

- 1) a demissão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral;
- 2) o afastamento do PPD e do CDS da área do governo;
- 3) o termo da ofensiva contra as conquistas democráticas alcançadas com a revolução e a consolidação dessas conquistas;
- 4) a rectificação das ilegalidades e arbitrariedades praticadas pelo Governo "AD";
- 5) a criação de condições políticas para a formação de uma efectiva maioria democrática na Assembleia da República e de um governo democrático com uma política democrática.

O PCP lutará firmemente para que sejam inteiramente asseguradas estas consequências da derrota da "AD" nas eleições.

6. A derrota da "AD" – voto popular na democracia

A derrota da "AD", (a redução dos deputados "AD" a uma minoria na Assembleia da República) traduzirá o voto popular no 25 de Abril e na democracia.

Para o eleitorado, além da preferência por tal ou tal partido ou coligação, a grande opção é: ou pelas forças democráticas (designadamente APU e FRS), ou pelas forças reacçãoárias (designadamente a "AD").

Votando APU e FRS, votando no PCP e no PS, os eleitores expressarão inequivocamente tanto a sua exigência da queda do Governo Sá Carneiro e do afastamento do Poder da "AD" e dos partidos que a compõem, como a sua exigência duma alternativa democrática, assente nos partidos democráticos, designadamente PCP e PS.

Qualquer tentativa para deturpar o significado da derrota da "AD" nas eleições e o voto maioritário na APU e na FRS e procurar criar depois das eleições "outra maioria" incorrectamente chamada do "centro-esquerda" em que participariam PS e PPD, equivaleria a desrespeitar e trair o voto do eleitorado.

Não pode haver maioria democrática com os inimigos da democracia, com aqueles que se propõem destruí-la.

Depois da derrota da "AD" só com democratas, designadamente com comunistas e socialistas, é possível constituir uma maioria democrática na Assembleia da República.

7. Por uma maioria democrática efectiva

O CC concluiu que a consumação da derrota da "AD" nas eleições implica que a maioria democrática numérica resultante das eleições se transforme por acordo entre as forças democráticas, numa maioria democrática efectiva, que dê apoio parlamentar à formação de um governo democrático.

Ao contrário do que afirmam os dirigentes do PS na sua propaganda eleitoralista, nenhum partido democrático ou nenhuma coligação democrática, só por si, estão em condições de ter a maioria dos deputados e de constituir uma alternativa.

A FRS, mesmo que consiga recuperar parte do eleitorado que o PS perdeu para a direita, ficará muitíssimo longe de uma maioria absoluta.

No actual quadro das forças políticas nacionais, uma maioria democrática só é possível incluindo comunistas e socialistas.

Inspirado pela preocupação de derrotar a reacção e de possibilitar uma alternativa democrática, o CC confirma a prontidão do PCP a examinar, antes ou depois das eleições, conjuntamente com o PS e com outros partidos, organizações e sectores democráticos todos os problemas relativos à formação de uma maioria democrática efectiva na Assembleia da República e à formação de um governo democrático.

8. O voto no PS, na FRS, não é o "voto útil"

O CC examinou atentamente as declarações feitas por dirigentes do PS acerca da formação da futura maioria e do futuro governo.

Constituem mera propaganda eleitoralista as afirmações de que o "voto útil" é na FRS (no PS) porque a FRS (o PS) alcançaria a maioria absoluta e por isso constituiria, sozinha, uma alternativa. Uma e outra afirmação são completamente falsas e usam entre outros objectivos esconder os seus reais planos de acordos com a direita.

Mesmo que o PS recupere grande parte dos votos que perdeu para a direita, ficará muito longe da maioria. O PS só pode ser alternativa em aliança com outras forças políticas.

O CC chama a atenção dos eleitores para as repetidas afirmações do secretário-geral do PS, Mário Soares, segundo as quais não quer um acordo com o PCP e com a APU que classifique de "totalitários", mas está disposto a um acordo com o PPD, ao qual dá a definição de "grande partido democrático", e com Sá Carneiro, ao qual dá também um louvor de "democrata".

Estas afirmações parecem indicar que o PS estaria disposto, depois da derrota da "AD" nas eleições, a desprezar o significado democrático da votação do eleitorado e a fazer novos acordos com o PPD para a formação de um novo governo.

Nestas condições, o voto do PS, o voto na FRS, pode ser um voto para a formação de uma nova coligação com a direita. O voto no PS, o voto na FRS, não é o "voto útil", seguro e certo na democracia.

9. Os votos perdidos nos esquerdistas

O CC considerou o significado e as consequências da apresentação de candidaturas de grupos esquerdistas, designadamente da UDP e da FUP.

Toma-se evidente que essas candidaturas intervêm objectivamente no processo eleitoral para dividir os votos da esquerda, para entrar o progresso e a eleição de deputados do PCP e da APU, para facilitar a eleição de candidatos da direita.

O CC lembra que, em eleições anteriores, mais de 100 mil votos nos grupos esquerdistas foram votos completamente perdidos, que facilitaram a eleição de candidatos da direita.

O CC salienta que, sem possibilidades reais de serem eleitos, os candidatos esquerdistas intervêm como factores favoráveis à eleição de deputados "AD".

Quanto aos grupos provocatórios de fachada esquerdista, designadamente os que usam abusivamente como símbolo a foice e o martelo, o CC chama a atenção para a necessidade do seu desmascaramento completo e do esclarecimento dos eleitores que podiam vir a ser enganados pelo uso fraudulento do símbolo da foice e do martelo não votem eventualmente nesses grupos provocatórios pensando estar a votar no PCP. Em 5 de Outubro, o voto nos comunistas é o voto na APU.

10. O voto na APU – o voto necessário, seguro e certo

O CC concluiu que o único voto seguro e certo na democracia, o voto necessário e indispensável é o voto no PCP, é o voto na APU.

Os deputados eleitos do PCP e da APU estarão sempre firmemente com o povo trabalhador, com as liberdades, com as conquistas da revolução, com o regime democrático consagrado na Constituição.

Os deputados eleitos do PCP e da APU defenderão na Assembleia da República a unidade de todos os democratas, designadamente de comunistas e socialistas, e manter-se-ão sempre no combate por uma real maioria política democrática e por uma real alternativa democrática.

Enquanto os deputados do PS e da FRS poderão vir a aliar-se aos partidos reacçãoários, os deputados do PCP nunca se aliarão à reacção, estarão sempre prontos à unidade com os outros democratas, corresponderão sempre pelos seus actos ao significado do voto popular na democracia.

Quanto mais forte for a representação da APU na Assembleia da República mais possível será impedir uma nova aliança do PS com a direita e levar finalmente o PS a um acordo com o PCP, com vista à formação de um governo democrático.

No que respeita às eleições nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira para as respectivas Assembleias Regionais, que se irão realizar também no dia 5 de Outubro, a previsível eleição de candidatos da APU, a intervenção de uma voz democrática consequente nessas Assembleias Regionais constituirá um passo muito importante para a democratização e o desenvolvimento dessas regiões.

11. A formação de um governo democrático

O CC sublinhou que a vitória democrática traduzida na redução da "AD" a uma minoria e na correspondente maioria de democratas na Assembleia da República deverá concretizar-se com a formação de um governo democrático assente nessa maioria.

O CC adverte contra quaisquer tentativas de por acordo ou compromisso entre o PS e o PPD ou CDS formar na Assembleia da República uma maioria que, trair o significado da votação nas forças democráticas contra a "AD", pretenda manter os partidos reacçãoários no Poder na altura em que acabam de sofrer uma derrota nas eleições.

O CC salientou que, assim como não poderá haver uma maioria democrática na Assembleia da República sem o PCP, assim também não poderá haver um governo verdadeiramente democrático sem a participação dos comunistas.

A participação do PCP no governo como essencial para a defesa das liberdades, dos interesses populares, do regime democrático, a solução dos problemas nacionais, é reclamada por sectores cada vez mais amplos do povo português.

O CC confirmou que o PCP está pronto, antes e depois das eleições a examinar com todas as outras forças democráticas, designadamente com o PS, todos os problemas relativos à formação de um governo democrático na base da maioria de deputados das forças democráticas eleitas no dia 5 de Outubro.

12. Eleições presidenciais

O CC examinou os problemas relativos às eleições presidenciais.

O CC confirma a tese anteriormente avançada pelo PCP: os resultados das eleições para a Assembleia da República exercerão profunda influência nas eleições presidenciais.

O perfil, a personalidade e as possibilidades de êxito dos diferentes candidatos, os objectivos e o estilo das campanhas, serão inevitavelmente reexaminadas por todas as forças políticas sem excepção depois das eleições legislativas.

Tendo examinado a situação, o CC confirma as suas decisões anteriores. Apenas depois das eleições para a Assembleia da República o PCP tomará decisões acerca do candidato a apresentar, promover ou apoiar.

Independente das decisões que o PCP venha a tomar em relação ao candidato, o CC desde já define como grandes objectivos a atingir nas eleições presidenciais: derrotar o candidato "AD" e outros candidatos reacçãoários e eleger um Presidente que respeite e faça respeitar a Constituição da República.

13. Programa Eleitoral do PCP – objectivos políticos

O CC reafirma os objectivos do PCP e a proposta política feita ao eleitorado.

O Programa Eleitoral do PCP propõe ao eleitorado uma política nacional com Portugal de Abril que se sintetiza em 5 pontos:

1. Uma política de liberdade
2. Uma política de desenvolvimento
3. Uma política de bem-estar e cultura
4. Uma política de legalidade, estabilidade e tranquilidade pública.
5. Uma política de independência, de paz e de cooperação.

No seu Programa Eleitoral o PCP indica como pontos fulcrais e decisivos:

- a) a rectificação das decisões e acções inconstitucionais e ilegais das forças reacçãoárias;
- b) o melhoramento do nível de vida dos trabalhadores e das massas populares, designadamente dos sectores e camadas mais desfavorecidas (mais

baixos salários, jovens, mulheres, reformados, deficientes);

c) a consolidação definitiva das nacionalizações; a consolidação, prosseguimento e completa realização da reforma agrária;

d) a solução dos problemas dos pequenos e médios agricultores; a solução dos problemas das classes e camadas intermédias (intelectuais, técnicos, pequenos e médios comerciantes e industriais);

e) a garantia da democraticidade dos meios de comunicação social.

O Programa Eleitoral do PCP responde inteiramente aos interesses do povo e do País, indica a política e as medidas necessárias para a solução de todos os grandes problemas nacionais.

14. Revisão Constitucional

O CC sublinha uma vez mais a importância que reveste o facto de que a Assembleia da República eleita em 5 de Outubro terá poderes de revisão constitucional.

O PCP defende firmemente que qualquer revisão constitucional se deve realizar no quadro legal e constitucional, respeitando rigorosamente os limites materiais (princípios que não podem ser alterados) e formais consignados na própria Constituição.

Qualquer revisão constitucional deverá ter como objectivo, não a destruição do regime, como pretende a Aliança Reacçãoária, mas o reforço do regime e das instituições.

Os deputados do PCP defenderão na Assembleia da República uma revisão que mantenha a interdependência, equilíbrio e complementaridade dos órgãos do Poder, o sistema socioeconómico de carácter misto, as liberdades e direitos dos cidadãos e que assegure a institucionalização da intervenção das Forças Armadas na vida política nacional.

O CC alerta contra as recentes declarações subversivas de dirigentes dos partidos reacçãoários segundo as quais, se a "AD" obtivesse a maioria na Assembleia da República, não respeitaria a exigência de 2 terços de votos para aprovar alterações à Constituição, nem os limites materiais de Revisão, indicados na própria Constituição.

O CC sublinha que quaisquer tentativas de revisão inconstitucional da Constituição equivalem a tentativas de um efectivo golpe de Estado, devendo por isso ser combatidos e anulados pelos meios constitucionais e institucionais adequados.

15. Dinâmica unitária da Aliança Povo Unido

A APU é uma coligação unitária em que participam, além do PCP e do MDP, numerosos democratas independentes.

Ninguém contesta o papel do PCP na APU e na sua campanha, como força política principal. Mas o êxito da APU está em larga medida dependente da composição unitária das suas listas e da dinâmica unitária da sua campanha.

O CC faz um apelo a todas as organizações e militantes para que as iniciativas da campanha incluindo as iniciativas do PCP sejam despidas de sectarismo e o mais possível abertas para as massas, para as populações.

16. Empenhar todos os esforços

Salientando a existência de condições propícias à derrota da "AD", à vitória democrática, ao reforço do PCP e da APU, o Comité Central sublinha ao mesmo tempo que se trata de uma batalha difícil a vencer pelo trabalho e pela luta.

Tomando consciência de que perde dia-a-dia apoio social e eleitoral, o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral procura ganhar votos para a "AD" e dificultar os votos nos partidos democráticos, através da propaganda eleitoralista realizada pelo próprio Governo, do monopólio da Comunicação Social, de medidas restritivas das liberdades, do apoio do aparelho de Estado, de medidas discriminatórias tomadas pelas autoridades civis e pelas forças de polícia, da utilização partidária de fundos públicos e da mais desenfreada demagogia (salário mínimo, "distribuição de terras", etc.).

A "AD" não cederá o poder sem tentar todos os meios para mantê-lo.

Para assegurar a derrota da "AD", a vitória democrática, o reforço do PCP e da APU e a consequente possibilidade de uma maioria democrática real na Assembleia da República e de uma alternativa democrática de governo, é indispensável o empenhamento, o trabalho, a actuação, a confiança e o entusiasmo de todas as organizações e militantes do Partido e de todos os democratas.

A campanha eleitoral deve ter, entre as suas finalidades essenciais, ganhar para o voto na APU vastos sectores que anteriormente votaram enganados na "AD".

Não se pode esperar que todos os eleitores acorram às iniciativas da campanha eleitoral do PCP e da APU. É necessário que numerosas iniciativas de esclarecimento e de propaganda eleitoral vão até às massas.

Com tal finalidade, a campanha eleitoral está a abrir-se para as mais largas massas, utilizando formas que assegurem o contacto e esclarecimento directos.

O CC, fazendo o balanço do vasto conjunto de acções de esclarecimento desenvolvidas no período pré-eleitoral, concluiu pela existência de um vasto movimento de apoio popular ao PCP e à APU que confirmam o PCP e a APU como uma força eleitoral em ascensão e indica a perspectiva confiante do aumento da sua votação e número de deputados.

O CC proclama, com base na análise objectiva da realidade, a possibilidade real de derrotar a "AD" nas eleições do dia 5 de Outubro. É necessário ganhar, através do esclarecimento, não só a organização do Partido, mas a generalidade dos activistas da APU para o empenhamento no trabalho eleitoral com esta perspectiva.

A batalha eleitoral está já a travar-se pelo PCP e pela APU com confiança em dois resultados fundamentais:

— A "AD" será derrotada, vai ficar em minoria na Assembleia da República, e, em consequência, o Governo Sá Carneiro irá para a rua!

— A APU vai subir e eleger mais deputados, e o reforço da sua representação na Assembleia da República é condição essencial para uma verdadeira maioria democrática que seja a base para a formação de um governo democrático. Os trabalhadores e os democratas têm razões para estar confiantes.

Com o PCP, com a APU, Abril vencerá!
Lisboa, 9 de Setembro de 1980

O COMITÉ CENTRAL DO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Mais activa participação» na NATO que significa?

De harmonia com a política do governo AD, foi defendida, na reunião da ATA no Funchal, uma mais activa participação de Portugal na NATO. Tudo isto, aliás, sem que nada fosse perguntado a quem mais directamente está interessado em tal assunto — o Povo português.

Que significa essa "mais activa participação"? Que representa, de facto tal orientação política para o nosso País?

Entre os planos em estudo para essa mais activa participação de Portugal na NATO — planos que têm mesmo um prazo de decisão: a reunião, em Bruxelas, nos fins deste ano, dos ministros de Defesa da NATO — destacam-se, pela sua importância:

- 1) Uma base marítima para porta-aviões norte-americanos;
- 2) A construção de uma oleoduto Leixões-Sines, que seria prolongado para Espanha e para a rede Nato-Europeia, e aprovisionaria todas as bases aéreas ao longo do seu eixo;
- 3) O reforço da aviação militar, estando previsto o fornecimento pelos EUA,

em 1981, de uma esquadra de 24 caças aeronavais;

4) O melhoramento das instalações da base mais meridional da NATO, na ilha de Porto Santo, que assume crescente importância na óptica do imperialismo face à luta de libertação conduzida pela Polisário contra o Marrocos;

5) A aquisição de três novas fragatas para reforçar a vigilância da zona ibero-atlântica por onde transita a quase totalidade do petróleo destinado à Europa;

6) O equipamento de uma brigada portuguesa ligada à NATO — 4000 homens — que participa pela primeira vez nas manobras da NATO a realizar este mês no Nordeste da Itália.

O oleoduto da NATO

A NATO propõe — e o governo AD aceita e está empenhado em tal projecto — a instalação de um gigantesco oleoduto, que ligaria Sines e Leixões, seguindo depois para a Europa através da Espanha. Para que ninguém tenha dúvidas quanto ao alto valor militai

deste projecto, a NATO propõe-se pagar cerca de 50% dos seus custos.

Apresentado como uma vantajosa realização para Portugal, o oleoduto em projecto tem objectivos muito precisos: em "cenário de cerco e guerra" no Médio Oriente, ou na eventualidade (dentro da óptica da NATO), de um "cerco" por parte do Pacto de Varsóvia às rotas tradicionais de petróleo, Portugal, que também encarregado da defesa de tais rotas no Atlântico, passaria a funcionar como abastecedor da Europa capitalista.

Em resumo, passaríamos a constituir alvo estratégico, em função dos interesses do capital europeu e transformá-los mesmo o grande complexo industrial português de Sines em alvo militar preferencial, numa dessas guerras pretensamente "localizadas" em que o Pentágono está hoje particularmente empenhado.

A ideia deste oleoduto não é nova. Corresponde a um projecto da NATO, desenvolvido durante o fascismo e congelado com o 25 de Abril. Significati-

vamente, agora retomado pelo governo AD.

Porta-aviões norte-americanos em Portugal?

Em Agosto deste ano foi divulgado — sem haver sequer o conhecimento prévio por parte do Presidente da República e do Conselho da Revolução, para já não falarmos do Povo português — que uma missão militar norte-americana esteve em Portugal, rodeada do maior sigilo, a visitar vários portos portugueses, nomeadamente Sines e Lagos.

Objectivo: a concessão de uma base marítima para porta-aviões norte-americanos — base onde estaria previsto o estacionamento de cerca de 20 mil homens —, dada a importância que Washington atribui a um porto no flanco sul, junto do Mediterrâneo.

Assim, segundo peritos militares, no contexto de uma nova guerra mundial (como se vê são visíveis os preparativos do imperialismo nesse sentido) os porta-aviões norte-americanos no Mediterrâneo, não

tendo garantias de defesa militar tanto no Suez como em Gibraltar, recolheriam a Portugal, que passaria assim a funcionar como posto avançado de Washington.

As negociações em torno deste projecto assumem aspectos inqualificáveis.

Por exemplo: inicialmente a missão militar norte-americana pretendia, nem mais nem menos, que o porto concedido fosse Lisboa. Tal pretensão foi recusada por colocar a capital de País como um alvo militar preferencial. Ou seja, o governo AD mede bem as consequências desta medida, na eventualidade de uma guerra. E não recua quando faz cair sobre o País uma ameaça de destruição total.

Outro facto ainda mais

o governo AD admite que tropas americanas carreguem, em território português, contra qualquer grupo de manifestantes que tenha a audácia de protestar contra a implantação desta base.

E temos ainda: no decurso destas secretas negociações a delegação norte-americana, subestimando pelos vistos o grau de alienação aos interesses militares da NATO do governo AD, pretendeu discutir com este a transformação da base de Beja num centro operacional de apoio à VII Esquadra da Aliança Atlântica. Pretensão baldada... O governo AD declara não ter nada a ver com isso! A base é federal-alemã, ou não? Então que o assunto seja discutido com o governo de Bonn! O facto

oleoduto e da implantação de um porto para porta-aviões, somam-se outras decisões e medidas.

Assim, até Outubro, poderá ser decidida a autorização permanente para a passagem de submarinos atômicos pelas nossas águas, quer da NATO, quer dos EUA. Foi entretanto decidido que a NATO iria "auxiliar" Portugal a comprar três fragatas para utilização em guerra anti-submarina no Atlântico. Por outro lado, os Estados Unidos preparam-se para enviar aviões de combate para a base das Lajes. Muito preocupado com a defesa de tais aparelhos de guerra norte-americanos, o governo decidiu enviar uma esquadilha de "Fiats" para as Lajes. Simultaneamente com estas decisões Portugal apresentou a sua candidatura à admissão no Grupo de Planeamento Nuclear da Organização do Tratado do Atlântico Norte — é neste Grupo Nuclear, que integra os ministros da Defesa dos países representados, que são preparadas decisões como a da instalação na Europa dos mísseis nucleares Pershing e Cruzeiro.

Factos a somar a outros, que são já "rotina", como as fornadas de cursos nos EUA, para oficiais portugueses — no ano de 79 realizou-se um total de 62 cursos no estrangeiro, 80% (50) dos quais nos EUA.

Se a guerra fosse possível...

Contra os porfiados esforços do imperialismo, contra a política de corrida aos armamentos promovida pela NATO, contra a política militarista e de alienação da independência nacional seguida pelo governo AD — a paz será defendida. Porque cada vez é maior a força do movimento internacional da paz, dos países socialistas, a mancha dos países progressistas no mapa-mundo. Porque todos nós vamos empenhar crescentes

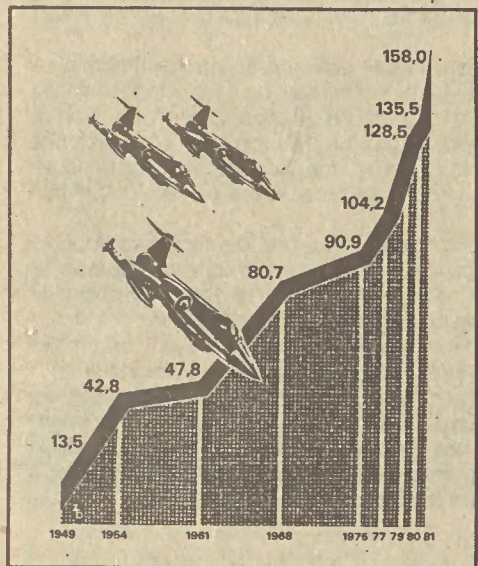
esforços na luta pela paz possível... as consequências para o nosso País serão puras e simplesmente catastróficas, a manutenção da política de entrega do território nacional.

1.º — Conforme afirma o general Costa Gomes, basta um míssil intercontinental de ogivas nucleares para que Portugal seja um mapa. Estejam as bases da NATO em Lisboa, no Algarve ou nos Açores.

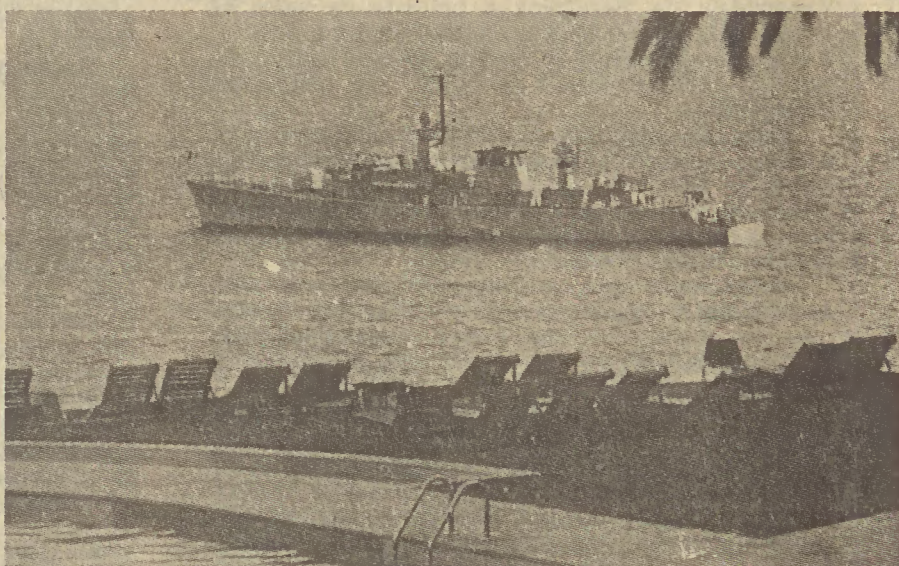
2.º — Importa lembrar, que, a partir do momento em que as novas bases estejam já implantadas e determinações do Povo português, passam a valer grande coisa. O respeito pela independência e a liberdade de opção dos povos por parte do imperialismo é um relativo. Num artigo na "Military Review", a propósito do papel das bases americanas na Espanha, sublinha-se que, em caso de ameaça de guerra, "os Estados Unidos não têm a intenção, sob dos termos do acordo de defesa, de aguardar a permissão de Madrid para a descolagem dos B-58".

Assim se destaca o que está em causa nas negociações não é, de forma alguma, a defesa do nosso País. Muito pelo contrário. Seguindo uma política de paz, rejeitando a militarização do nosso País, não contribui para consolidar perspectivas de uma paz hoje possível, como defende de facto o nosso povo, em caso de conflito. As garantias por parte da União Soviética de que nunca atacará com armamentos nucleares um país que as possui, são bem conhecidas. Outra coisa não se pode dizer da parte da NATO e dos EUA.

A política aventureira para que a direita arrastar o nosso País opõe-se frontalmente aos interesses do Povo português, joga mesmo a sua sobrevivência.



Os constantes aumentos dos gastos militares dos EUA são uma real ameaça à independência dos povos, exportada para os quatro cantos do mundo. Na foto, um barco de guerra americano em águas portuguesas



O que é a ATA?

A ATA, Associação do Tratado do Atlântico foi criada em 1954, como um organismo internacional não governamental, que tem como objectivo o debate de questões ligadas à "defesa" do mundo capitalista, e fundamentalmente de questões ligadas à NATO. Funciona de facto como um grupo de pressão na perspectiva de uma política

militarista, promovendo e «justificando» a corrida aos armamentos.

A Comissão Portuguesa do Atlântico, que organizou a Assembleia Geral da ATA este ano, foi criada em 1961 pelos mais altos expoentes do fascismo e dos grupos monopolistas, reunindo hoje os que defendem de facto uma maior intervenção da NATO em Portugal.

significativo: é exigência das autoridades portuguesas que a defesa do porto seja feita por tropas norte-americanas! Porquê? Evitar situações idênticas às ocorridas em 1975, com o assalto à embaixada de Espanha em Lisboa! Em resumo, temos que entender que, se então tivéssemos a Guardia Civil em Lisboa, tudo teria corrido muito melhor! Os espanhóis que se desenhavam a reprimir manifestações portuguesas... De futuro,

de tal base estar implantada no Alentejo, que é Portugal, é um pormenor de somenos importância para os partidos reacçãoários.

Das fragatas aos submarinos atômicos

No caminho da alienação da independência nacional e da transformação do País em alvo militar preferencial, o governo AD não recua diante de nada. As bases já existentes, à questão do

A questão do marisco algarvio e os vergonhosos compromissos da «AD»

Para a generalidade da opinião pública tudo parece ter começado no princípio deste mês com o bloqueio da fronteira entre Portugal e a Espanha, no Guadiana, entre Vila Real de Santo António e Ayamonte, iniciado em 30 de Agosto por barcos de arrasto espanhóis e que se prolongou vários dias. Os hotéis estavam cheios, os turistas faziam meia-volta e demandavam outras fronteiras. Que se passava?

Em Espanha, o ministro dos Transportes do governo de Madrid recebia entretanto proprietários de arrastões daquele país, que se

queixavam do apresamento repetido dos seus barcos pelas autoridades marítimas de Portugal. Nessa altura anunciava-se com insistência a vinda a Lisboa do citado ministro espanhol, José Luis Alvarez, em visita prevista há meses, a fim de conferenciar com os ministros do Governo «AD» Negócios Estrangeiros e Agricultura e Pescas. Afirmava-se entretanto em Madrid que a situação na fronteira seria resolvida caso as autoridades portuguesas dessem «prova de boa vontade», aumentando de 20 para 60 por cento a quota de apanha de marisco nas nossas águas pelos arrastões espanhóis.

O nosso peixe e os governos

O problema vem já bem de trás.

A política de pescas do governo fascista — dominada pelo famoso (tristemente

famoso...) almirante Henrique Tenreiro — jamais teve em conta os interesses nacionais, mas exclusivamente a obtenção de lucros por parte dos armadores. Nunca houve nem uma cuidada política de desenvolvimento da frota

pesqueira nacional, nem — naturalmente — um aproveitamento racional das potencialidades piscatórias das águas territoriais portuguesas.

A degradação crescente das nossas frotas pesqueiras agravou-se com

o desenvolvimento das de outros países e são conhecidas as crescentes descidas da nossa quota de pesca do bacalhau por manifesta incapacidade dos bacalhoeiros portugueses competirem com os japoneses, escandinavos, etc. — embora

o maior consumidor mundial de bacalhau continue a ser Portugal!

No que se refere às águas territoriais portuguesas não se hesitou em alienar, mercê de outros favores, as suas riquezas com o argumento imbecil de que não tínhamos condições para as explorar!

É assim que de há muito a frota pesqueira espanhola beneficia de acordos bastante favoráveis que lhe permite pescar largamente nas nossas águas — frequentemente para que depois o pescado seja exportado de Espanha para Portugal! Situação agravada pelo facto de que o país vizinho tem cuidado do desenvolvimento tecnológico dos seus barcos pesqueiros.

De há alguns anos a esta parte porém, e em grande parte devido ao aumento do turismo, quer em Portugal quer em Espanha, o marisco passou a ter grande procura e a atingir preços bastante elevados. Relativamente pobre em crustáceos na sua costa, a Espanha tem procurado o abastecimento nas águas portuguesas, nomeadamente do Algarve. Dispondo de arrastões de grande capacidade, a pesca do marisco — feita nas águas do vizinho... — assumiu proporções preocupantes que levaram ao estabelecimento de acordos bem claros: os barcos espanhóis apenas podiam capturar 20% de marisco em cada incursão, ou seja, por cada 80 caixas

de peixe, podiam contar com 20 de crustáceos — sendo contudo que não podiam fazer arrasto exclusivamente para marisco: apenas podiam aproveitar, até àquela quota, o marisco que viesse nas redes utilizadas para pesca normal.

A fiscalização e a «AD»

A fiscalização do respeito por aqueles acordos cabe à Marinha de Guerra portuguesa que a efectua através de algumas unidades que navegam ao largo da costa algarvia, abordando por vezes os barcos espanhóis que nelas se encontram: sobe-se a bordo e controla-se se efectivamente o pescado está dentro das quotas previstas nos acordos.

Esta actividade tem dado lugar a diversos incidentes: sendo que aquela fiscalização naturalmente não é inteiramente eficaz devido à mingua de meios da nossa Armada, é evidente que os armadores espanhóis arriscam a exceder quotas contando que não lhes cabe a vistoria. Mas, desde que o marisco começou a ser um «negócio da China» a coisa complicou-se e arrastões espanhóis apareceram com porões falsos que se pretendiam escamotear à vigilância: após a descoberta do primeiro o mês passado, passaram a descobrir-se vários onde se armazenava marisco, chegando-se ao ponto de um deles que transportava 40 caixas de peixe (a que

correspondiam 8 de marisco) ter nos seus porões falsos 30 de crustáceos! Outro arrastão houve que chegou ao ponto de vir de Espanha já carregado de peixe (completamente pôdre, claro) para pescar nas águas do Algarve a «correspondente» quantidade de marisco!...

Mas com o governo «AD» a questão veio-se alargar — e escusado será dizer que em prejuízo dos interesses nacionais e dos pescadores algarvios.

Após a detenção de um arrastão espanhol que pela quinta vez era surpreendido pela Armada portuguesa em pesca ilegal, os armadores espanhóis bloquearam a fronteira importante fonte de receita.

Mas as novidades não ficaram por aí: afirmavam que já havia um acordo (que eleva a quota para 40%) estabelecido com o governo português e que a culpa era da nossa Marinha de Guerra — a quem nada fora comunicado...

A cedência de traição

No dia 2 deste mês, a fronteira era reaberta, o bloqueio dos armadores espanhóis levantado. Trinta arrastões de armadores que antes reclamavam 60 por cento na quota de marisco na captura de pescado, afastavam-se, normalizando o tráfego. A ANOP revelava em Madrid que as autoridades de Lisboa tinham enviado ao ministro dos

Transportes espanhóis uma autorização escrita, cedendo pressões dos armadores do governo da UCD. Ao mesmo tempo, as tais autoridades portuguesas tornavam-se de terem desmentido qualquer acordo verbal com o governo espanhol.

Ainda no dia 3, enquanto crescia a apreensão por parte dos pescadores do Sotavento algarvio, quanto à situação criada pelo anúncio «contrato» entre os governos da «AD» e da UCD espanhola «contrato», que no país vizinho era considerado nos meios políticos e jornalísticos como a cedência de Sá Carneiro a Adolfo Suarez e se tornou motivo de comentário no Sindicato dos Pescadores do Faro divulgava um comunicado comentando a cedência do governo «AD», acusando-o de vender Portugal aos interesses estrangeiros.

Apoio e crítica

A solidariedade para com os pescadores algarvios não se tardou. Delegações sindicais de Vila Real de Santo António — Hotelaria, Conserva, Gráficos do Sul e Ilhas, Função Pública e Ferrovias do Sul — declararam-se solidárias com a direcção do Sindicato dos Pescadores de Faro. O presidente da Câmara daquele concelho, eleito pela APU, proferiu declarações no mesmo sentido, ao mesmo tempo que, em Olhão, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, uma moção em que se condenava a concessão feita pelo governo de Sá Carneiro à UCD.

O comunicado emitido pelo Sindicato dos Pescadores de Faro, publicado na semana passada, afirma que, «perante tal política de submissão ao capitalismo e ao imperialismo internacional, não se verga o Sindicato dos Pescadores do Distrito e os pescadores algarvios».

Depois de denunciar que previa, na comitiva que o acompanhava, a participação de subsecretário da aviação civil e o presidente da Companhia Ibérica, o director geral de meteorologia e os direc-

Declarações do Ministro põem em causa a Marinha portuguesa

● Entrevista com dirigente sindical

Com o título «Governo "AD" vende Portugal», o Sindicato dos Pescadores de Faro publicou no passado dia 3 um comunicado sobre a situação criada pelo Governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral, onde são denunciados os acordos feitos nas costas dos trabalhadores com o Governo da UCD espanhola, comunicado a que fazemos referência. Falámos entretanto, ao telefone, com José Tavares Marques, vice-presidente da direcção do Sindicato, que é actualmente candidato da APU à Assembleia da República pelo distrito de Faro.

O camarada comentou as declarações do chefe do MAP, na RTP:

— Tudo o que o ministro disse foi apenas para confundir — sublinhou. — Ele disse que o acordo, existente em Janeiro deste ano era já de 60 por cento para a quota de marisco para os espanhóis. Ora o acordo é de 20 por cento e as declarações do ministro põem em cheque a Marinha Portuguesa que então andava a apresar ilegalmente os arrastões espanhóis.

— Quais as consequências do novo acordo para os pescadores?

— São as piores. A Espanha é uma potência de pesca a nível europeu. Tem bons barcos, tem mesmo barcos polyvalentes. Com os 20 por cento já se sentia muito o descontentamento dos pescadores do Algarve e os prejuízos eram grandes, com a destruição de fundos e a destruição das «artes». Agora vai ser uma destruição desenfreada. Como dizemos no nosso comunicado, só ficarão as pedras e as areias... O que se devia era conservar as potencialidades da costa

portuguesa, acabar com a anarquia. Mas ao Governo da «AD» só lhe interessa o pagamento da dívida política que tem para a UCD...

Neste momento têmemos que possa vir a haver confrontos físicos no mar, entre pescadores portugueses e espanhóis, quando é aos armadores que a situação se deve, os pescadores espanhóis também não têm a culpa do que se está a passar.

— Entretanto, o Governo tem desmentido as negociações...

— Eles estão a atolar-se. Quando eles disseram ao governo espanhol que não era oportuna a deslocação do sr. Alvarez a Lisboa, estão a confirmar o recelo que têm de que a verdade venha ao de cima. Até a agência ANOP em Madrid foi acusada pelo Governo «AD» de divulgar notícias falsas, quando o acordo foi anunciado. Nós já desconfiávamos deste acordo há meses, quando pedimos explicações ao Governo sobre a abertura da carreira aérea Lisboa-Barcelona. Já desconfiávamos que ia haver cedências. Mas agora já não precisamos de resposta. O sr. Alvarez já respondeu: a carreira aérea foi a contrapartida...

— Quais são as disposições dos pescadores?

— Estamos a organizar reuniões, haverá uma esta semana, em Monte Gordo, com os pescadores do Sotavento. Os pescadores estão descontentes. Vamos ouvi-los, ouvir as medidas que pensam tomar e dar-lhes o nosso apoio. Os pescadores não estão dispostos a deixar levar da costa o que é o seu pão de cada dia.



Ao fundo, Ayamonte. Entre Vila Real de Santo António e a localidade espanhola ficam as águas do conflito que opõe os pescadores portugueses ao Governo da «AD»

Que significa a manobra...

1. Diversos órgãos de informação voltaram ontem a referir-se à provável realização próxima na RTP de dois novos debates entre representantes da «AD» e da FRS: o primeiro, já hoje, entre o ministro dos Assuntos Sociais e António Arnaut e o segundo, na próxima 5.ª feira, entre Freitas do Amaral e Mário Soares. A confirmarem-se tais notícias, verificar-se-ia que a RTP nas duas semanas anteriores ao início da campanha eleitoral transmitiria um total de três debates sempre com representantes das mesmas coligações eleitorais.

2. A SIP do PCP, em nota emitida no passado sábado já tinha alertado a opinião pública para que sucessivos debates televisivos realizados à beira da campanha eleitoral apenas com a participação de representantes da «AD» e da FRS, representem uma inadmissível discriminação em relação ao PCP e à APU

e uma evidente comprovação da falta de isenção e pluralismo na informação e programação da RTP.

3. Os democratas não poderão deixar de se interrogar sobre o significado de a RTP/AD, a poucos dias do início da campanha eleitoral, estar agora tão interessada em promover debates apenas entre a «AD» e a FRS.

Muitos democratas não deixarão, ao mesmo tempo, de lamentar a posição de partidos democráticos que, beneficiando de algumas concessões têm mantido um silêncio condenável quanto a este procedimento discriminatório da RTP.

4. É indiscutível que nesta altura a realização de debates televisivos apenas com a participação da «AD» e da FRS se traduz numa óbvia e descarada atitude de favorecimento daquelas candidaturas em detrimento de outras, atitude que constitui um abuso de funções públicas

ou equiparadas por parte da RTP e que, como tal, é punível com prisão de 6 meses a 2 anos e multa de 10 000\$00 a 100 000\$00 (artigo 153.º da Lei Eleitoral).

5. Neste sentido e porque tal eventual sanção legal em qualquer caso não é susceptível de restituir o equilíbrio informativo e o pluralismo que nestes sucessivos debates na RTP ofendem, o PCP solicitou hoje à CNE uma decisão que obrigue à reparação deste tratamento desigual e que impeça o prosseguimento de uma situação que constitui manifestamente na sua configuração actual uma forma de inadmissível e ilegítima discriminação política e de manipulação ostensiva de opinião do eleitorado.

Lisboa, 9 de Setembro de 1980

... dos debates na TV entre «AD» e PS?

1. Na passada 4.ª feira a RTP organizou e transmitiu um debate em directo entre um membro do Governo da AD — Cavaco e Silva — e um representante da FRS — Vítor Constâncio. Já anteriormente e com um tema directamente relacionado com as eleições — a RTP/2 tinha transmitido um debate entre Ângelo Correia, da AD e José Manuel Galvão Teles, da FRS.

Um semanário referiu entretanto que estaria previsto para a próxima 3.ª feira um novo debate em directo entre o ministro dos Assuntos Sociais e um representante da FRS.

2. Toma-se assim patente o empenho da RTP/AD em, a poucos dias do início da campanha eleitoral, marginalizar e ignorar o PCP como força fundamental da oposição do Governo de Sá Carneiro, ao mesmo tempo que, significativamente, a RTP/AD surge vivamente interessada em promover a FRS à categoria abusiva de representante de toda a oposição.

3. Tal marginalização do PCP em relação a debates sobre importantes temas da vida nacional e de óbvia incidência eleitoral, está na sequência de prolongadas discriminações contra

o PCP que são regra dominante nos programas informativos da RTP.

Com efeito, uma análise dos tempos de imagem, slide, filme, vídeo-tape, durante o mês de Agosto nos programas informativos da RTP/1 revela que o Governo e os partidos da AD beneficiaram de 1h 52m 26s (71,7%), o PS/FRS de 19m 0,4s (11,4%), o PCP/APU de 6m 02s (3,6%), e outros partidos e agrupamentos 22m (13,2%). De referir ainda que, mais uma vez, a FUP e o MRPP, juntos, tiveram mais tempo que o PCP/APU.

No momento em que no interior da própria RTP se avoluma o mal-estar e o descontentamento e se intensifica o protesto popular contra o assalto e controlo pela AD da RTP, torna-se indispensável alertar que, com pequenas e inofensivas concessões, (de que é exemplo o convite a um representante da FRS para um debate com o ministro das Finanças) a CA da RTP pretende escamotear a realidade existente da transformação da RTP em veículo da maciça propaganda governamental.

Se a RTP pretende, em vésperas de campanha eleitoral, promover debates sobre grandes temas da vida política nacional, então é obrigatório que tenha em conta o real quadro

político existente e termine de vez com critérios discriminatórios. No sentido de contrariar tal política discriminatória, o PCP dirigiu à Comissão Administrativa da RTP uma reclamação visando garantir a sua participação em qualquer próximo debate sobre qualquer tema importante da vida nacional.

5. A política discriminatória praticada pela RTP, a prosseguir, representando uma violação clara do art.º 153 da Lei Eleitoral, não poderá deixar de suscitar uma intervenção do PCP junto da CNE para garantir a isenção da RTP em relação às diversas candidaturas.

6. Os protestos e reclamações do PCP contra os critérios da RTP não têm por objectivo apresentar o PCP como representante de toda a oposição — procedimento que se considera condenável —, sendo antes apenas uma elementar exigência de ver garantida na RTP uma expressão das suas posições e actividade em termos compatíveis com a sua real e indiscutível influência política, social e eleitoral.

Lisboa, 6 de Setembro de 1980.

Depósitos e bases militares estrangeiras em Portugal

- As bases aéreas de apoio no Montijo e Cortegaça.
- A base alemã de Beja.
- A 1.ª Brigada Mista Independente em Santa Margarida.
- Os cais da NATO na Cova do Vapor e os depósitos de combustíveis e munições disseminados numa área que se estende até à Fonte da Telha e ao Marco do Grilo.
- A sede do Comberlante e as infra-estruturas complementares, incluindo o sistema de comunicações por satélite.
- A pista da NATO em Porto Santo.
- As bases e instalações nas Lajes, Flores, Santa Maria e Ponta Delgada.

Entretanto (claro!) a «AD» impede...

1. A reunião extraordinária do CI/RTP convocada pelo PCP para o dia 5 de Setembro, a fim de se analisar a situação criada nesse órgão de comunicação social em virtude das recentes medidas da nova administração «AD», não aprovou qualquer resolução em virtude da ausência dos conselheiros dos partidos da «AD» que, com a sua atitude deliberada, impediram que o CI funcionasse com o quorum necessário para poder tomar resoluções.

2. A «AD», que não respeita as deliberações do CI, nomeadamente o seu parecer desfavorável à nomeação de Preença de Carvalho e Rui Ressurreição para a administração da RTP, pretende agora impedir o normal funcionamento desse órgão constitucional, dando assim mais uma prova de que, nesta como noutras matérias, está empenhada em impedir o apuramento das suas extremas responsabilidades, através de uma política de boicote e silêncio.

A situação que se vive na Televisão, nas vésperas de uma campanha eleitoral, é verdadeiramente alarmante e põe em causa a seriedade das próximas eleições.

Nomeando para director de Informação um adjunto do Primeiro-Ministro, promovendo a substituição arbitrária de chefes de redacção de modo a obter o seu total alinhamento partidário e destruindo a Redacção do 2.º Canal, a administração imposta pela «AD» pretende controlar rigidamente a principal fonte de informação de milhões de portugueses, condicionando a sua escolha política, procurando falsear os resultados eleitorais.

3. A administração «AD» da RTP não respeita a Constituição da República Portuguesa que, no n.º 1 do seu artigo 39, estabelece que «os meios de comunicação social pertencentes ao Estado, ou a entidades directas ou indirectamente sujeitas ao seu

controlo económico, serão utilizados de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo e a Administração Pública».

A administração «AD» da RTP não respeita a legislação em vigor, como a Lei de Imprensa, ignorando as sucessivas tomadas de posição dos Conselhos de Redacção do 1.º e 2.º Canais da RTP.

Em solidariedade com a luta e protesto dos profissionais de informação da RTP que se recusam justamente a ser fantoches dos planos da «AD» e de Preença de Carvalho e não abdicam da sua consciência cívica e dignidade profissional, é particularmente urgente um vivo protesto da opinião pública democrática contra os abusos e ilegalidades da administração «AD» da RTP, para os quais se afigura indispensável uma pronta intervenção da Comissão Nacional de Eleições.

Lisboa, 5 de Setembro de 1980

... a acção dos Conselhos de Informação!

1. Na reunião do CI da RTP hoje realizada, os membros dos Conselhos de Redacção dos 1.º e 2.º canais da RTP fizeram uma longa exposição sobre a situação actual naquele órgão de comunicação social estatizado que confirmou em absoluto os receios manifestados pelo PCP.

Os jornalistas presentes forneceram inúmeros exemplos de censura e manipulação da informação, salientaram o total desrespeito da Comissão Administrativa da RTP pelas resoluções dos Conselhos de Redacção quanto às nomeações recentes do director de informação e chefe de redacção do Porto, concluindo que o pluralismo, a independência, a isenção, o rigor, a objectividade estão ausentes da actual informação difundida pela RTP.

Os membros dos Conselhos de Redacção manifestaram ainda a sua apreensão pelo progressivo silenciamento da Informação/2 ao mesmo tempo que exprimiram a opinião de que, quanto ao 1.º canal, o "telemat" está colocado ao serviço de um projecto que nada tem de profissional.

2. A "AD", cujos conselheiros já haviam faltado deliberadamente à reunião do CI/RTP do passado dia 5, difundiu um comunicado em que afirma nomeadamente que o "CI é um dos poucos órgãos constitucionais que ainda pode dar à oposição alguma projecção em termos de opinião pública" e que não está disposta a permitir que esse órgão "seja um instrumento nas mãos da oposição".

3. Estamos perante um gravíssimo atentado às regras da vida democrática, ao funcionamento das instituições da democracia portuguesa.

A "AD" impediu recentemente uma reunião extraordinária da Assembleia da República e pretende, desta vez, impedir o funcionamento de outra instituição criada ao abrigo das disposições constitucionais. O seu objectivo é bem claro: a "AD" pretende bloquear o processo democrático, impedir o funcionamento das suas instituições, silenciar a voz da oposição, controlar a seu bel prazer a comunicação social, manipular com total impunidade a opinião pública.

A "AD" entende, e expressa-o sem qualquer pudor, que a oposição não pode participar na vida política

portuguesa, que não tem direito a fazer conhecer as suas opiniões e as suas críticas. A "AD" pretende, mas o Povo português não lho permitirá, governar sem oposição, sem respeito pelas instituições, em plena arbitrariedade, em pleno totalitarismo, em ditadura.

4. O PCP tem alertado a opinião pública portuguesa para o projecto ditatorial que se esconde por detrás dos objectivos políticos da "AD" e está confiante que em 5 de Outubro será posto um termo às suas intenções totalitárias.

A "AD" confirma com as suas próprias declarações que não tem legitimidade para governar nem para assegurar a isenção da comunicação social estatizada e a seriedade das eleições legislativas de 5 de Outubro.

O PCP alerta os órgãos de poder e a Comissão Nacional de Eleições para os sucessivos atentados que a "AD" vem promovendo contra os direitos e liberdades dos cidadãos, contra a supressão das garantias constitucionais que semelhantes atitudes revelam.

Lisboa, 8 de Setembro de 1980

Quanto ao debate Cavaco-Constâncio PODIAM PERTENCER AO MESMO GOVERNO

1. O debate entre o ministro das Finanças e Vítor Constâncio — que a RTP pressurosamente decidiu transmitir em simultâneo nos dois canais — constituiu um evidente logro político, revelador de alguns graves e significativos equívocos.

2. Assim, é indispensável salientar que, ao contrário das referências que de forma abusiva foram feitas, não se tratou de um debate entre um membro do Governo da "AD" e um representante da oposição, mas tão só e apenas de uma adormecida troca de opiniões entre um membro do Governo e um representante da FRS.

No referido debate televisivo podem ter estado presentes os planos de novos compromissos do PS/FRS com o PSD para depois das eleições. Mas o que indiscutivelmente não esteve representado nem teve voz foi o juízo severo que os trabalhadores e o movimento popular no seu conjunto fazem da desastrosa política económica e social do Governo Sá Carneiro, orientada para o agravamento das condições de vida da população, para o reforço da exploração dos trabalhadores e para a reconstituição acelerada dos grandes grupos económicos que dominaram Portugal durante décadas.

3. Porque durante a amena conversa entre Cavaco e Silva e Vítor Constâncio, num contexto geral de extrema complacência, passaram sem resposta e sem a indispensável desmistificação algumas das mais típicas falsificações e afirmações demagógicas do ministro das Finanças do Governo da "AD", considera-se necessário esclarecer o seguinte:

Sobre os preços: é falso que a desaceleração do crescimento dos preços de alguns produtos se esteja a fazer à custa dos lucros especulativos. Nenhum dos estatísticos nem quaisquer dos números avançados pelo ministro no debate aponta para a redução de lucros; nomeadamente no campo dos produtos agrícolas, a realidade dos números oficiais mostra que os preços no

consumidor têm aumentado enquanto que o índice de preços no produtor de produtos de origem vegetal para alimentação humana tem diminuído. Isto é, se alguma desaceleração se verifica no crescimento dos preços destes produtos, ela fica a dever-se, apenas, à degradação do rendimento dos agricultores e ao OGE, em benefício exclusivo dos grandes intermediários. Por outro lado, do debate televisivo ficou claro que, se a "AD" viesse a formar novo governo após as eleições, o aumento de preços seria espectacular, e não o seria menos se tal governo viesse a ser formado apenas pela FRS. O PCP mais uma vez afirma que, apesar da política de preços prosseguida pelo Governo "AD", não é obrigatório que se verifique uma aceleração do crescimento de preços, desde que se aplique uma política de eliminação dos lucros especulativos, de eliminação da desvalorização do escudo, de redução das taxas de juro, de uma adequada política de compensações indemnizatórias.

Sobre os salários: de acordo com os números oficiais até agora publicados, e que se referem ao 1.º trimestre, os salários reais dos trabalhadores têm continuado a diminuir. E se os salários nominais têm aumentado ou aumentarão, de acordo com o afirmado pelo ministro das Finanças, cerca de 21%, a verdade é que tais aumentos só foram e são possíveis em resultado da luta travada pelos trabalhadores contra o grande patronato e o Governo, já que a "AD", pela voz do seu Primeiro-Ministro, tentou restaurar o tecto salarial dos 18%. Além do mais, é um facto real mostrado pelas estatísticas oficiais que a produtividade tem aumentado a níveis elevados, e que tais ganhos de produtividade apenas se têm repercutido no aumento dos lucros e não no aumento dos salários reais.

Sobre as pensões sociais: é falso, ao contrário do afirmado pelo ministro das Finanças, que todas as pensões sociais tenham sido aumentadas pelo Governo em Maio. Dos cerca de 1324000 reformados existentes, a "AD" apenas aumentou as pensões de 274000. E para metade destes as pensões de reforma foram aumentadas apenas entre 10\$00 e 250\$00.

Sobre a sonegação de informação estatística pelo Governo: o ministro das Finanças foi incapaz de desmentir publicamente as acusações que têm sido feitas ao Governo de sonegar informação ao País, a fim de melhor manipular as estatísticas. Na verdade, o ministro Cavaco e Silva não só referiu alguns dados estatísticos que não foram até à data publicados, como concretamente no que respeita ao Boletim do FFI, recentemente suspenso, a oferta de fornecer particularmente ao representante da FRS elementos estatísticos, demonstra de forma clara que a sua não publicação se deve a um acto de censura e sonegação evidente.

Sobre o desenvolvimento económico: do debate tirou-se claramente a conclusão de que o relançamento económico do País não só não foi iniciado em 1979 como o não foi em 1980. Mas o que não foi dito e o PCP sempre tem afirmado, é que as condições para o relançamento da economia portuguesa sempre existiram. O que não existiu foi governos com a vontade política de o fazer. E pelo que se ouviu dos representantes da "AD" e da FRS, se acaso viessem a formar novo governo sós ou entre si, o relançamento económico do País continuaria nos anos mais próximos por fazer.

4. As posições expressas por Vítor Constâncio na conversa com Cavaco e Silva foram, sem dúvida, para muitos democratas, a clara ilustração de uma realidade política mais profunda e mais geral: a realidade de que quer no plano político geral quer no plano da política económica e social, o PS/FRS sozinho não é alternativa democrática à "AD", a realidade de que, só com o PCP, só com a APU, e no quadro da sua proposta de entendimento das forças democráticas, é possível a definição e concretização de uma política económica e social adaptada às novas realidades do Portugal de Abril e correspondente aos interesses do povo e do País.

Lisboa, 5 de Setembro de 1980

As apostas do governo

A Espanha é o 2.º principal fornecedor de pescado ao nosso país. E vem pesca-lo, em grande parte, às nossas águas... Quem não conhece os casos da "pescada de Vigo", apanhada ao largo das costas portuguesas, ou da "gamba espanhola" que nas cervejarias atinge bom preço e também é apanhada em bancos portugueses?

A política deste Governo «AD», continuando e agravando a política de cedências de governos anteriores, aposta na importação de pescado. E é assim que, no caso do marisco, no período de Janeiro a Maio deste ano, a importação de marisco de Espanha subiu para 8454 contos, sendo no mesmo período do ano passado de apenas 2582 contos!

O Governo «AD» aposta também na destruição das empresas nacionalizadas, como o prova a redução de licenças para a «Prescul», de Olhão, empresa que se dedica essencialmente à captura de marisco, ao mesmo tempo que vende os seus barcos a armadores particulares para a pesca longínqua!

Desenvolver a pesca? Proceder à aquisição e organização de infra-estruturas? Não. Nem sequer as já tristemente célebres redes de frio funcionam. Os pescadores por todo o País, sem preços garantidos nem meios de conservar o pescado, estão à mercê da voragem dos intermediários. Como em Matosinhos, recentemente. E o peixe toma muitas vezes o caminho do mar, depois do árduo trabalho dos pescadores.

Uma pergunta que se pode colocar: e com a hipótese da entrada na CEE, esse mercado comum dos grandes monopolistas europeus onde tantos se querem integrar, a situação das pescas melhoraria? O que acontecia se a Espanha e Portugal entrassem na CEE?

Seneste momento, apesar de restrições que o Governo «AD» tem vindo progressiva e abusivamente a levantar, os barcos espanhóis já levam praticamente tudo das nossas águas, com o levantar de todas as limitações, que ficaria para os pescadores portugueses?

Álvaro Cunhal nos distritos de Braga, V. do Castelo

A deslocação do camarada Álvaro Cunhal a três distritos do norte do país iniciou-se na passada sexta-feira na cidade de Braga, com a realização nas instalações da Escola Preparatória André Soares de um almoço de confraternização em que participaram dezenas de democratas locais, militantes do PCP e do MDP/CDE, dirigentes sindicais, e alguns dos candidatos a deputados pelo círculo eleitoral de Braga, nomeadamente o cabeça de lista e deputado Vitor de Sá.

No decorrer deste convívio de democratas usaram da palavra o industrial bracarense José Alberto Oliveira, Vitor de Sá, a jovem candidata Maria José Aguiar, o dirigente sindical e candidato independente nas listas da APU Manuel da Silva e o camarada Álvaro Cunhal. Depois da intervenção do secretário-geral do PCP seguiu-se um diálogo em que alguns dos presentes colocaram diversas questões, a que o camarada Álvaro Cunhal deu, de seguida, resposta.

Mais tarde, e ainda nas mesmas instalações, realizou-se um encontro com representantes dos órgãos de imprensa regionais, que decorreu de forma informal. Neste encontro, o secretário-geral do PCP propôs aos presentes uma troca de impressões sobre o papel da imprensa regional, troca de impressões que depois se alargou a aspectos da actual situação política.

De Braga, o camarada Álvaro Cunhal — acompanhado por António Lopes, do CC e da DORM do PCP — seguiu para o concelho de Vila Nova de Famalicão onde, a cerca de seis quilómetros da sede do concelho, visitou demoradamente a freguesia de Amoso-Santa Eulália, num ambiente de grande entusiasmo por parte da população.

A noite, o secretário-geral do PCP presidiu a uma sessão de esclarecimento realizada no cinema de Vila Nova de Famalicão, que se encontrava repleto.

Na manhã de sábado, e ainda no distrito de Braga, foi a vez de ser visitada a freguesia de S. Paio de Merelim, onde novamente o entusiasmo transbordou.

Depois, já no distrito de Viana do Castelo, um almoço de confraternização em Ponte de Lima reuniu mais de duzentos democratas locais, após o que se realizou no Teatro Sá de Miranda — completamente cheio — uma sessão de esclarecimento que decorreu de forma muito viva e participada.

Mais tarde, a caminho de Viana do Castelo, o secretário-geral do PCP deteve-se em Santa Marta de Portuzelo onde, depois de ter visitado algumas das realizações dos órgãos de poder local — nomeadamente uma capela mortuária recentemente construída no cemitério — participou num jantar de convívio que reuniu muitos democratas locais.

O segundo dia da deslocação ao Norte do país encerrou com um grande comício realizado em Viana do Castelo, na Praça da República. Aqui, a antecedente a intervenção de Álvaro Cunhal, usou da palavra o camarada Vitor Louro, cabeça de lista da APU pelo círculo de Viana do Castelo.

O domingo foi dedicado ao distrito de Viseu. Álvaro Cunhal começou por participar num piquenique, com cerca de 200 pessoas, em S. João da Pesqueira, na mata do campo, após o que percorreu algumas das ruas da vila.

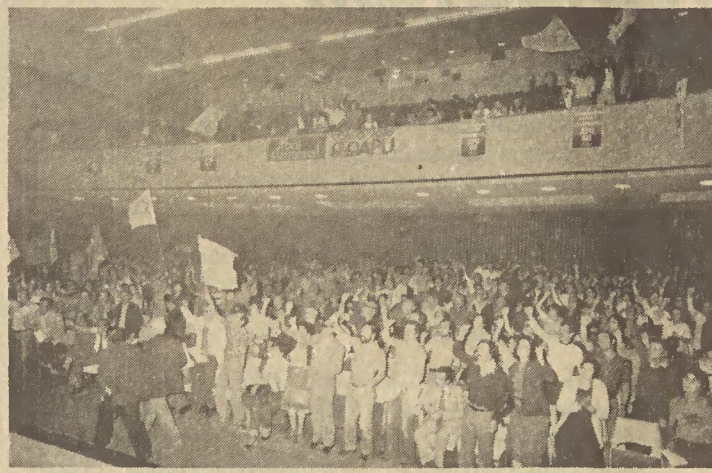
Depois de uma paragem em Penedono — onde o secretário-geral do PCP permaneceu alguns instantes num café conversando com vários democratas — seguiu-se para Moimenta da Beira. Aqui, no Terreiro das Freiras, com a participação de muitas pessoas, teve lugar uma animada sessão de esclarecimento.

A paragem seguinte foi em Castro Daire, no jardim local, onde decorria uma sessão de canto livre organizada pela APU, com o grupo «Seara». Também aqui o secretário-geral do PCP falou à população da actual situação política.

Em S. Pedro do Sul decorria uma festa da APU. Por isso, também o secretário-geral do PCP aí se deteve, falando para muitas centenas de pessoas no largo da Câmara Municipal.

De S. Pedro do Sul seguiu-se para outro concelho do distrito — Canas de Senhorim — onde, nas instalações dos bombeiros locais, se realizou uma sessão de esclarecimento com a participação de várias centenas de pessoas, seguida de um jantar volante.

A encerrar a deslocação ao distrito de Viseu, o camarada Álvaro Cunhal presidiu a uma sessão de esclarecimento realizada no Pavilhão Gimnodesportivo de Viseu, cujas bancadas se encontravam repletas de um público entusiasta. Além do secretário-geral do PCP, usou também da palavra o camarada Carlos Carvalhas, cabeça de lista pelo círculo eleitoral de Viseu, que acompanhou, aliás, o camarada Álvaro Cunhal na sua deslocação ao distrito.



Em Famalicão...



...em Ponte de Lima...



...em Viana do Castelo...

Uma nota dominante

A força da juventude alia-se ao entusiasmo da luta e à confiança na vitória democrática

Nos três distritos visitados pelo camarada Álvaro Cunhal há dois aspectos que não podem deixar de impressionar quem acompanhou esta deslocação por terras de Braga, Viana do Castelo e Viseu: o entusiasmo e a confiança patenteada por todos os que participaram nas sessões realizadas — e foram milhares — e a presença em força da juventude.

Foi assim por todo o lado:

Em Amoso — Santa Eulália, no concelho de Famalicão, onde muitos jovens, empunhando bandeiras da APU, receberam o secretário-geral do PCP concentrados junto ao seu trabalho, ao seu orgulho: as instalações da Associação Desportiva e Cultural de Amoso-Santa

Eulália, erguidas desde Julho de 1975 à força da luta, do entusiasmo e da juventude desta freguesia. Instalações onde a população de Santa Eulália e, principalmente a sua juventude, tem em funcionamento um coro, um grupo de teatro, um grupo de fantoches, um grupo de cinema de animação. Instalações onde a população recebeu, na passada sexta-feira ao cair da tarde o secretário-geral do PCP, e lhe mostrou o seu trabalho. Mas onde também quis ouvir a voz do PCP, colocando questões a Álvaro Cunhal (como vamos derrotar a «AD»? perguntavam uns; qual é o voto útil? queriam saber outros), questões que dão bem a medida do empenho que em Santa Eulália se vive para defender o regime

democrático, para derrotar a aliança reaccionária. Para, também, defender uma obra de toda a população construída com dedicação, luta e sacrifício ao longo de cinco anos.

Em S. Paio de Merelim, no concelho de Braga. À entrada da freguesia, junto à estrada nacional, já se aglomeravam muitas pessoas, aguardando a passagem do camarada Álvaro Cunhal, que depois, visitou alguns empreendimentos promovidos pela Junta de Freguesia. E, sempre rodeado de grande parte dos habitantes, dirigiu-lhes algumas palavras, respondeu a questões que lhe foram colocadas. Pode-se dizer que, no tempo que durou a permanência de Álvaro Cunhal em S. Paio de Merelim,

o seu povo esteve em festa. E as bandeiras da APU empunhadas por muitas mãos, principalmente de jovens, davam a essa festa uma característica de futuro e a certeza de que, ali, o regime democrático será defendido.

Em Ponte de Lima e em Santa Marta do Portuzelo. Nestas duas localidades do distrito de Viana, vai crescendo o número daqueles que contribuem para a vitória democrática e para a derrota da «AD»; o número daqueles que lutam para que seja eleito o primeiro deputado da APU pelo distrito; o número daqueles que vão conquistar mais cinco mil votos úteis na APU para a defesa de Abril. Era, de facto, esse o ambiente que se vivia, quer na sessão de esclarecimento realizada no

Teatro Diogo Bernardes, quer no contacto directo com a população de Santa Marta, realizado no principal largo da localidade.

Em Viana do Castelo, que viveu na noite do passado sábado um grande comício da APU, com a presença de todos os candidatos pelo distrito. Comício que transbordou de entusiasmo, de confiança, de determinação; comício cuja realização fica a assinalar um grande passo em frente na luta dos democratas locais, pela forma como decorreu, fazendo chegar a voz do PCP, a voz da APU a vários milhares de pessoas.

Em S. João da Pesqueira e em Moimenta da Beira, no distrito de Viseu, onde o convívio e o diálogo de várias

centenas de pessoas, em am o secretário-geral do PCP mostraram que, também nessas forças alargando e reforçando a corrente democrática, querem temperada sempre a reacção entusiasmo da juventude, um dep não hesita — mesmo em condições difíceis que a democr vivido no distrito de Viana do Castelo empunhar a bandeira da democracia, e que reun à passagem de Álvaro Cunhal pessoas bandeiras da APU e do PCP e parti

Em Castro Daire, onde a situação se verificou deslocação novamente, com mais de duzentos centenas de pessoas reunidas em um junto ao coreto do jardim de democracia ouvir as propostas do PCP e a realidade hoje e para amanhã. queria p

Em S. Pedro do Sul, em Canas de Senhorim, a confiança centenas de pessoas reunidas ma

Uma política de verdade

Um diálogo vivo e permanente com milhares de pessoas

Vários milhares de pessoas foram, no seu conjunto, esclarecidas sobre as posições da Aliança Povo Unido e a política do PCP, no decorrer de mais de uma dezena de intervenções que o camarada Álvaro Cunhal — sempre de improviso — proferiu ao longo dos três dias que demorou a sua digressão por terras de Braga, Viana do Castelo e Viseu.

Procurando sempre o diálogo com os que o escutavam, o secretário-geral do PCP abordou os temas centrais da actual situação política, desenvolvendo a necessidade de garantir a vitória democrática e derrotar a «AD». Entretanto, questões como a dívida de Sá Carneiro, a política demagógica e desesperada do actual governo em vésperas de eleições, e ainda a questão do voto útil, as eleições presidenciais e as relações entre comunistas e católicos foram igualmente abordadas, quer nas intervenções iniciais do camarada Álvaro Cunhal, quer em virtude das numerosas perguntas que, invariavelmente em todas as sessões, lhe foram colocadas.

oralmente ou por escrito. Preferíamos perder votos falando verdade, do que ganhá-los mentindo — disse Álvaro Cunhal no comício realizado em Viana do Castelo. E foi esta tónica — a de dizer a verdade às populações para quem se realizaram as sessões — que marcou os autênticos diálogos que, em salas fechadas, recintos abertos ou até no meio da rua, foram sendo travados entre o secretário-geral do PCP e as populações.

Como vamos derrotar a «AD»? — perguntou um jovem de Amoso-Santa Eulália à chegada de Álvaro Cunhal a esta localidade. Pergunta concreta a que o secretário-geral do PCP respondeu também concretamente,

referindo que em 5 de Outubro se impõe assegurar dois votos: um que derrote a «AD», que assegure a queda de Sá Carneiro e Freitas do Amaral; outro que garanta a constituição de um governo democrático.

Este, aliás, foi um dos temas mais exaustivamente tratado pelo secretário-geral do PCP que, ao fazê-lo, denunciou tanto a mentira da FRS ao fazer crer que vai alcançar a maioria absoluta como a recusa dos dirigentes socialistas em aliarem-se ao PCP e as «boas palavras» que, entretanto, vão dirigindo a Sá Carneiro e ao PPD, não afastando a hipótese de virem a celebrar acordos com eles.

Tanto no distrito de Viseu como no de Viana do Castelo Álvaro Cunhal defendeu a eleição do deputado da APU — o primeiro que o PCP e os seus aliados no «Povo Unido» vão eleger naqueles círculos eleitorais — como a melhor forma de contribuir para a derrota da «AD», roubando-lhe um deputado em cada um deles. E o camarada Álvaro Cunhal esclareceu melhor esta posição adiantando dados que provam ser a APU a força política que melhor colocada se encontra para a concretização deste objectivo. Aliás, a este respeito, Álvaro Cunhal traçou ainda um paralelo entre esta situação e a que nas eleições de 2 de Dezembro se verificou no distrito de Aveiro: em resumo, quando nessa altura se teceram várias especulações

relativamente à candidatura de Vital Moreira por Aveiro, o PCP sempre afirmou que tal candidatura era para ganhar, como ganhou; agora, as candidaturas de Vitor Louro por Viana do Castelo e Carlos Carvalhas por Viseu são também para ganhar.

Relativamente à questão das eleições presidenciais, o secretário-geral do PCP reafirmou, justificando, a posição do nosso Partido de só tomar uma decisão relativamente a essa questão depois de 5 de Outubro.

Entretanto, dois dos temas mais insistentemente colocados por numerosas pessoas em diversos locais foram as fraudes de Sá Carneiro e a questão das relações entre católicos e comunistas. Quanto ao primeiro desses temas, o camarada Álvaro Cunhal afirmou, diversas vezes, que se o cidadão Sá Carneiro tivesse alguma espécie de vergonha, já se teria demitido. E acrescentou ser bastante estranho o facto de o Primeiro-Ministro ter ido à Televisão acompanhado de todo o Ministério apenas dizer que nada deve, sem ao menos mostrar o papelinho que mostre com evidência que liquidou a sua dívida. Ele não pode mostrar tal papelinho porque não o tem — concluiu.

Quando alguém se inscreve no nosso Partido não perguntamos se é ou não católico. O PCP respeita as crenças religiosas de todos os cidadãos e a prática do culto — disse numa das sessões de

esclarecimento o camarada Álvaro Cunhal. E, noutra, a de Castro Daire, sublinhando declarações de igual teor do secretário-geral do Partido Comunista Português, uma mulher de meia-idade agarrou no microfone para afirmar, alto e bom som: É verdade, sim senhor! Eu sou cem por cento católica e cem por cento comunista!

Finalmente, o secretário-geral do nosso Partido abordou também os aspectos da política de desarmamento social. O «AD» nestes meses em que se avizina a derrota que se avizina a acumular (nomeadamente o falhanço da sua tentativa de transformar as eleições de despressa fraude) e a demagogia que se avizina em vésperas de eleições constitu



Em terras do Norte, florescem os cravos de Abril e cresce a força da juventude



... em Ponte de Lima...



... em Ponte de Lima...



... e em Canas de Senhorim



Santa Eulália — obra que deve ser vista



Sessão em Santa Marta



Troca de impressões no Penedono



No jardim de Castro Daire

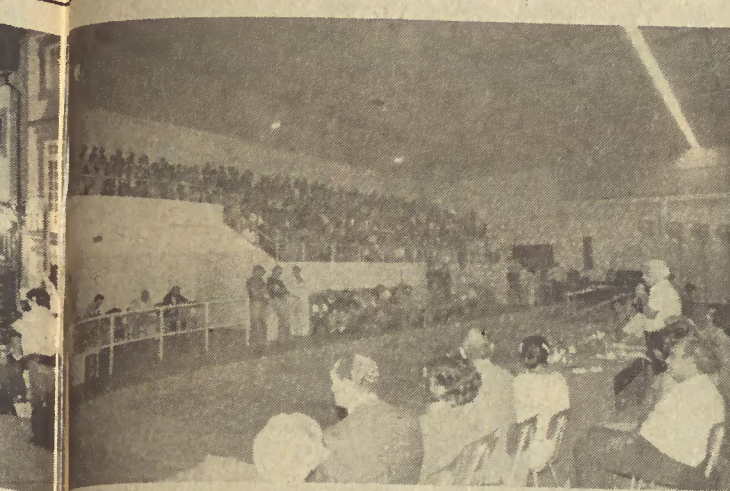


Confraternização de democratas em Braga...



... num café do Penedono...

Viseu



em Viseu foi assim

com ambas as localidades, quando o PCP, e vai gente dos que, no distrito, nem tirar um deputado para fazer eleger deputado da APU, para defender o regime democrático e os interesses do povo da região.

em Viseu, com um comício reuniu alguns milhares de pessoas que, entusiástico e participado, constituiu um facto digno desta ocasião por seis localidades do distrito onde a luta dos comunistas, a luta dos democratas vai transformando a realidade que o passado perpetua.

em este entusiasmo e esta confiança, foi esta presença de uma juventude que

soas

particularmente o salário mínimo e o «aumento» das pensões. Quanto ao salário mínimo, o secretário-geral do PCP disse que a «AD» viesse a ganhar as eleições, os nove contos anuais que hoje «dá» não valeriam menos do que os sete mil e quinhentos que os sete mil e o salário mínimo.

E depois de ter recordado que a exigência de aumento do salário mínimo já fora formulada em Março pela CGTP-Intersindical, referindo-se ainda à acção do Governo, o camarada Álvaro Cunhal concluiu:

A política deste Governo é a de dar dez com uma mão e tirar vinte com a outra.



o povo do S. Paio de Merelim



taliando nas ruas da Pesqueira



usiasmo em Moimenta da Beira



na festa em S. Pedro do Sul

No Sábado à noite Grande colagem APU na cidade de Lisboa

Têm sido vastas as actividades que, em Lisboa, vêm marcando o período que antecede à abertura da campanha eleitoral. Milhares de comunistas e outros democratas empenham-se nas tarefas mobilizadoras de grande batalha política que são as eleições. Milhares de iniciativas têm sido levadas a cabo e culminam com o desfile de domingo que marcará o início da campanha.

Lisboa, Lisboa dos trabalhadores e dos democratas, prepara-se: os militantes e organizações do Partido de Lisboa já têm planeado para (de hoje a sábado) grandes acções de propaganda na cidade.

De sábado para domingo, uma gigantesca colagem vai vestir de novo Lisboa, com as cores da APU. Milhares de camaradas, formando dezenas de brigadas, vão colar cartazes, colocar faixas e pendões, dar a Lisboa a cor do entusiasmo e da confiança na vitória de Abril!

Integrado na Campanha eleitoral

Comissão Concelhia de Almada marca para o dia 28 a inauguração do novo Centro de Trabalho

Reuniu no passado dia 6, no Centro de Trabalho da Freguesia de Almada, a Comissão Concelhia de Almada do PCP, tendo feito o balanço do trabalho pré-eleitoral desenvolvido preparando a campanha e discutido as perspectivas locais para as próximas eleições.

A Comissão Concelhia considerou como bastante vasto e positivo o trabalho realizado pelos militantes e organizações do concelho, tendo sido destacada a intervenção de outras forças que integram ou apoiam a APU.

nomeadamente o MDP/CDE, a JCP e democratas independentes. Analisando depois o comportamento de outras organizações concorrentes às eleições no concelho, a Comissão Concelhia de Almada considerou a sua actividade praticamente nula e sem o propósito de esclarecer o eleitorado, salientando que, entre os milhares de votos que a «AD» recebeu no concelho muitos deles correspondem a eleitores já hoje conscientes do logro passado e receptivos às propostas da APU.

A Comissão Concelhia de Almada dirige um apelo a todos os

militantes, simpatizantes e aos apoiantes da APU para que um maior esforço seja desenvolvido, promovendo um contacto vasto e esclarecedor com os eleitores a fim de se concretizarem em votos na APU as condições objectivas que se verificam.

Integrando-se como iniciativa do PCP na campanha eleitoral da APU, a Comissão Concelhia de Almada decidiu marcar e anunciar para o próximo dia 28 de Setembro a inauguração do novo Centro de Trabalho, no Largo Egas Moniz, em Almada.

A «AD» vende os interesses da pátria — afirmou Carlos Brito no Plenário da APU do Algarve

A autorização agora concedida pelo Governo Sá Carneiro aos arrastões espanhóis para saquearem e pilharem os recursos da costa algarvia, é uma reveladora demonstração do carácter antinacional da «AD» e da sua política — afirmou, encerrando o Plenário da APU do Algarve, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e presidente do Grupo Parlamentar Comunista na Assembleia da República.

A troca de apoios técnicos e financeiros da parte do partido do governo de Espanha — continuou o camarada — já na campanha eleitoral anterior a «AD» havia proporcionado e suscitado graves e inadmissíveis ingerências do governo espanhol na nossa vida interna. A «AD» vai agora mais longe na sua escalada de abdicação

nacional ao consentir na entrega e delapidação das riquezas do nosso país para obter mesquinhos benefícios partidários. A «AD» vende-se e vende os interesses da pátria por um prato de lentilhas. O governo Sá Carneiro transforma-se num agente dos interesses do imperialismo e do estrangeiro.

Derrotar a «AD» nas eleições é um imperativo nacional, um imperativo democrático, um imperativo moral!

A vitória está plenamente ao alcance das forças democráticas.

Mais de um milhão de participantes, entre os quais conhecidas figuras de democratas independentes algarvios, estiveram presentes neste Plenário Distrital da APU, realizado no passado dia 6. O plenário foi presidido por Luís Catarino, vice-presidente do MDP/CDE, e nele usaram da

palavra, além de Carlos Brito, o camarada Carlos Luís Figueira, do Comité Central do PCP, Silveira Ramos, do Secretariado do MDP/CDE, o candidato independente Baltazar Pereira.

Pela camarada Margarida Tengarrinha, membro do Comité Central do PCP, foi lida a Declaração de Princípios, seguidamente aprovada por aclamação do plenário. Finalmente foi tomado público, por Ramires Fernandes, o «Manifesto dos Candidatos da APU à População do Algarve».

Durante o plenário foram ainda aprovadas, por aclamação, diversas moções entre as quais se salientam as que protestam pela cedência do Governo às exigências dos armadores espanhóis que, a concretizarem-se, arruinariam os barcos de pesca algarvios,

e a mensagem às Câmaras Municipais do Alentejo solidarizando-se com a exigência relativa ao reinício das obras da Barragem de Alqueva, vital também para a região do Algarve.

Na sua intervenção, o candidato independente Baltazar Pereira realçou o reforço desde 1976 da APU com a adesão de cidadãos independentes, reforço esse devido à política correcta e intransigente na defesa das conquistas de Abril seguida pelo PCP e pelo MDP/CDE. Acrescentou ainda que a eleição de deputados independentes nas listas da APU é um contributo valioso para o reforço da defesa de uma política de esquerda na Assembleia da República.

Por seu lado, Silveira Ramos afirmou que desmascarar a «AD» — reforçar a APU é a coluna

vertebral da estratégia eleitoral da APU no Algarve. No desenvolvimento desta ideia afirmou: em oito meses a «AD» deu já pálida amostra da sua concepção de independência dos meios de comunicação social — que se traduz na mordacidade à oposição; da sua concepção de independência nacional — que se traduz na total submissão à NATO; da sua concepção de melhoria do nível de vida — que se traduz pelo constante agravamento das condições de vida de quem vive do seu trabalho. E acrescentou este dirigente do MDP/CDE: A «AD» mais não fez porque não teve tempo e o povo não deixou.

Realçando a realização do plenário como ponto alto de toda a actividade desenvolvida durante o período que designámos de pré-campanha eleitoral, o camarada,

Luís Figueira falou sobre o vasto conjunto de realizações e actividades da APU que já tocaram largos milhares de algarvios em todo o distrito.

A APU, disse, apresentar-se-á perante os seus eleitores, o povo do Algarve, com um projecto claro, concreto, de soluções não só para os graves problemas nacionais mas igualmente para aqueles que mais duramente atingem a situação da economia, do desenvolvimento e dos interesses da maioria do povo trabalhador.

Este importante documento que hoje aqui se apresentou à discussão do plenário, suscitando um amplo e vivo debate, será um precioso instrumento da campanha da APU susceptível de unificar, mobilizar na sua defesa e apoio amplos sectores da população algarvia.

José Vitoriano aponta no Montijo exemplos das ilegalidades do governo

Aqui mesmo, às portas do Montijo, na área do seu concelho, temos um caso que é não só um exemplo vivo da acção criminosa do MAP como é também um exemplo do desrespeito total do Governo pelas leis e pelas decisões dos tribunais — afirmou no domingo passado, no comício realizado durante a Festa Povo Unido, no Montijo, o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Trata-se — continuou — do caso das Sesmarias e Vale da Balsa, uma

área de 700 hectares, anteriormente nas mãos do chefe fascista Elmano Alves e de que apenas uma parte era aproveitada.

Constituída a Cooperativa após a expropriação, esta tornou-se uma cooperativa modelo. Nela os trabalhadores investiram muitos milhares de contos, montaram uma vacaria com sala de ordenha mecânica e todos os processos modernos.

Na altura do Governo Mota Pinto, o MAP revogou as portarias de expropriação e agraciou

o ex-chefe da ANP, entretanto fugido no Brasil, com uma reserva de 70 mil pontos, majorada em 30 por cento e abrangendo toda a propriedade da Cooperativa.

A Cooperativa interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. Entretanto sucedia-se ao de Mota Pinto o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo que, com um despacho, anulou o despacho anterior do MAP, mantendo portanto as terras e todos os bens da Cooperativa em poder dos trabalhadores.

Vem a seguir o Governo de Sá Carneiro e um novo despacho do MAP, datado de 29 de Janeiro, revoga o do Governo Pintasilgo e dá a terra ao agrário. O Supremo Tribunal Administrativo, por recurso dos trabalhadores, manda suspender a executoriedade do despacho. Contudo, em desprezo absoluto pelas decisões dos tribunais, o MAP, com a intervenção da GNR, deu cobertura à ocupação do monte pela mulher e pelo filho do agrário e mais dez marginais armados a soldo destes. Os trabalhadores

e suas famílias estão no desemprego.

No princípio de Agosto o Tribunal do Montijo pronunciou-se mediante novo recurso da Cooperativa, pelo direito dos trabalhadores à colheita da uva, ficando esta na posse do tribunal até arrumação definitiva pelo Supremo. Mas, na prática, quem colhe é a agrária, sendo os trabalhadores impedidos pelos marginais acobertados pela GNR de entrar no monte.

Eis um exemplo do comportamento do Governo Sá Carneiro no

campo da Reforma Agrária, comportamento subversivo, inconstitucional e ilegal que dá a imagem da «AD» no poder.

Mas não é só na zona da Reforma Agrária que o Governo tem conduzido uma política criminosa contra os trabalhadores, contra o Portugal de Abril. Ela é extensiva a todos os sectores da vida nacional, no terreno das próprias liberdades democráticas, contra os direitos dos trabalhadores, contra as nacionalizações, contra os pequenos e médios comerciantes e industriais e outras camadas sociais.

Dias Lourenço em Santarém

Derrotar a «AD» com um programa concreto

No Ribatejo, os trabalhadores têm sentido na própria carne a violência do MAP, dos agrários, de elementos dementados da GNR — afirmou em Santarém, perante duas mil pessoas no Comício ali realizado no passado dia 7, o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. — Em particular para os trabalhadores e o povo do Couço vai a expressão da nossa mais quente solidariedade e para todos a certeza de que os candidatos da APU pelo círculo de Santarém de que, se eleitos, lutarão na AR pela rectificação das ilegalidades, pela restituição das terras e bens roubados às UCP's e Cooperativas.

Neste panorama de ilegalidades e violências, de extorsões contra os trabalhadores, é repugnante ver o cidadão exemplar e impoluto — salvo seja — que é o Primeiro-Ministro a ir a Grândola Vila Morena distribuir generosamente terras a «trabalhadores» e a «jovens agricultores» — terras roubadas ou sonegadas a outros trabalhadores como as da herdade da Comporta.

Será isto, camaradas e amigos, respeitar a Constituição e as leis?

Depois de denunciar outros atropelos à Constituição e às leis democráticas, o camarada Dias Lourenço pôs a nu a política demagógica do Governo no plano

da economia e a guerra fria contra os demais órgãos de soberania.

E mais adiante sublinhou:

A APU reivindica com toda a autoridade que lhe vem da sua actuação concreta no parlamento e nas autarquias locais a superioridade do seu programa, das suas propostas políticas, da sua alternativa ao Governo actual e à política actual.

Derrotar a «AD» deve ser a preocupação de todos os verdadeiros democratas e patriotas. Derrotar a «AD» não pode ser um jogo de palavras — tem de ser uma política concreta, uma concepção de alianças virada contra a reacção e o fascismo que a «AD»

personifica.

A concorrência da APU é a maior garantia de derrota da «AD» e de defesa da democracia e do 25 de Abril.

Para além do camarada Dias Lourenço, foram ainda oradores no Comício Ana Cristina, do PCP, que falou da importância da participação das mulheres, Henrique Arraiolos, da JCP, que abordou problemas da juventude, Madeira Lopes, do MDP/CDE, e José Vasco, independente.

Este último, depois de referir abundantemente as ilegalidades e prepotências da política do actual Governo, no campo interno, e sua vergonhosa submissão aos

interesses do imperialismo, afirmou:

Ficamos com uma imagem muito favorecida, muito optimista, do que seria a política seguida pelo Governo e sofrida pelo povo, se acaso a «AD» vencesse as eleições de 5 de Outubro!

Vamos sensibilizar todos os homens e mulheres do nosso povo para não deixar concretizar essa ameaça! É necessário, é urgente que todos os democratas, todos os trabalhadores, com ou sem filiação partidária, se unam, se mobilizem para que a «AD» seja derrotada das eleições de Outubro!

A mobilização em torno da Festa de apresentação dos candidatos da

APU pelo distrito de Santarém foi já um exemplo do entusiasmo que ganha os militantes e os democratas para a campanha que se aproxima.

Caravanas em todo o distrito, com a participação de 200 carros, percorrendo-o em direcção a Santarém onde começaram a chegar cerca das 15.30, culminaram no comício que veio a terminar com os Pioneiros inundando o palco, distribuindo cravos vermelhos a todos os candidatos.

A Festa continuou depois com um espectáculo em que actuaram o rancho infantil de Santo António da Várzea, o grupo «Jornada» e Joaquim Ramalho.

GRANDE DESFILE DO POVO UNIDO



MARTIM MONIZ-ALAMEDA AFONSO HENRIQUES

Domingo — Dia 14 — 15h

COMÍCIO
ÁLVARO CUNHAL
JOSÉ MANUEL TENGARRINHA
MANUEL LOPES

saltos, halterofilia são modalidades que vão poder ser praticadas e apreciadas durante o percurso e na Alameda. Entre outras iniciativas inéditas e algumas surpresas, desvendamos: vai haver um «quadro humano» a desenhar palavras de ordem ao longo do desfile. E os Pioneiros de Portugal também estarão presentes.

Antes e depois do comício, na Alameda, há um espectáculo musical com a participação de Edmundo Silva, Fernando Chaby, Helena Isabel, José Jorge Letria e José Manuel Osório. Além do Fado de Abril. No desfile integram-se bandas, coros, grupos corais regionais, ranchos folclóricos e conjuntos musicais.



As provocações já começaram

VIGILÂNCIA INDISPENSÁVEL

Na noite do passado dia 8, activistas da APU, entre os quais militantes do PCP, foram agredidos quando colavam cartazes no Largo do Chiado, por um bando de provocadores e marginais do grupelho neonazi MRPP. Agredindo os activistas da APU, apedrejando o Centro do PCP local e agredindo igualmente transeuntes que se haviam aproximado, o grupelho MRPP está a pagar a factura pelas vezes que o indivíduo Almaldo Matos é ouvido no Telejornal?

O acto de agressão que terminaria com a prisão destes marginais insere-se numa acção sistemática de destruição de cartazes da APU, em vários pontos da cidade, acompanhada pela violência, com o claro objectivo de impedir a difusão de propaganda PCP-APU o que, associado à manipulação e censura dos órgãos de Comunicação Social pela «AD», constitui um conjunto de acções concertadas no sentido de limitação do exercício das liberdades públicas e a busca de um clima de intimidação e violência para perturbar a campanha eleitoral — denuncia o Comité Local de Lisboa do PCP que reclama das autoridades a punição dos agressores detidos pela PSP e a urgente tomada de medidas que previnam tais acontecimentos, incompatíveis com a tranquilidade pública e pleno exercício das liberdades dos cidadãos, e apela à organização do Partido e a todos os democratas que participem activamente nas acções de propaganda e esclarecimento da população, exercendo as liberdades consagradas na Constituição e defendendo o regime democrático.

De como se vê que a «AD» quer mandar nas paredes e nas ruas

Só assim se compreende que a «AD» tenha agendado para a última reunião da Câmara Municipal do Porto propostas de novas taxas e licenças por serviço a prestar ao público que mais não são do que uma manobra para facilitar e incrementar a repressão à propaganda eleitoral das forças democráticas, nomeadamente da APU. Uma das propostas visa, sem disfarces, a proibição da propaganda política através de murais, distribuição de tarjetas, etc., enquanto a outra tenta elevar as taxas, licenças e multas relativamente a numerosas actividades, onde se inclui a propaganda sonora e a da afixação de faixas ou outras formas de propaganda política. A «AD» chega ao ponto de pretender tratar do mesmo modo propaganda política e propaganda comercial, com o objectivo único de impedir, por meios inconstitucionais e ilegítimos, a propaganda de tudo o que não sirva à própria «AD»...

Os vereadores da APU repudiaram energicamente tais propostas de objectivos antidemocráticos e repressi-

vos e, por outro lado, absolutamente irrealistas por imporem aumentos de taxas e licenças em nada ajustados às possibilidades económicas do povo do Porto.

De como se vê que a «AD» até se supõe dona das praias...

No dia 6 de Setembro, activistas da APU que montavam uma banca na praia do Estoril foram abordados pelo senhor Vítor Santos, director do Tamariz, que os intimou a abandonarem a «sua» praia.

Vãos que foram os esforços do senhor Vítor Santos, «reforços» da Polícia Marítima apareceram tentando forçar a retirada da banca. Face à recusa firme e serena dos activistas da APU, a Polícia Marítima deteve e levou sob prisão para a capitania do porto de Cascais, o candidato da APU, Manuel Lopes, acusando-o de «desobediência às autoridades», apesar deste se ter apresentado como candidato, o que agrava a ilegalidade cometida. A banca continuou em actividade, reforçada com muitos democratas, como forma de solidariedade.

Mas o mais espantoso é que a Polícia Marítima fez a sua descoberta assombrosa: as bancas podem incomodar os socorros a náuticos! Se fossem bancas da «AD» talvez se achasse que podiam auxiliar nos socorros a náuticos... Acresce que neste mesmo comunicado a Polícia Marítima, num claro abuso da sua competência e exorbitando as suas funções, estabeleceu normas limitativas da propaganda dos partidos políticos e dos cidadãos, o que, a poder verificar-se, seria da exclusiva competência da Assembleia da República.

Perante os acontecimentos, a Comissão Distrital de Lisboa da Aliança Povo Unido declarou que recorrerá a todos os meios legais contra os que pretendem limitar os direitos consagrados na Constituição e na legislação eleitoral, e responsabiliza o governo reaccionário e aqueles que seguem as suas ilegalidades pelas tentativas que se verificam por todo o distrito no sentido de dificultar e impedir a propaganda eleitoral, que outra coisa não traduz do que o medo que a «AD» tem do resultado das próximas eleições pois sabe que as vai perder e que as forças da democracia vão vencer.

Estes acontecimentos, aos quais se somam outros atropelos similares e formas de repressão por todo o país, impõem a necessidade de todos os elementos que apoiam a APU, de todos os democratas, participarem de forma activa nas acções de propaganda eleitoral, fazendo cumprir com serenidade e determinação a legislação eleitoral, numa enorme manifestação de combatividade e solidariedade aos activistas da APU.

Amadora: uma Festa de Unidade e um Encontro de militantes da ORL para a vitória APU

É conhecido que não foram poucos os dirigentes da «AD» e figuras de outros sectores reaccionários, que fizeram variadas declarações e pressões para Ramalho Eanes não se candidatar às eleições presidenciais — afirmou no passado dia 7, no comício da Festa da Unidade, na Amadora, o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Alguns deles — continuou — esforçaram-se igualmente para que Mário Soares se candidatasse à Presidência da República, pois se tais sucedesse, teriam grandes chances de provocar novas eleições no PS, talvez eliminasse a candidatura de Ramalho Eanes, era previsível que derrotariam a candidatura de Mário Soares e aumentariam a esperança de fazer eleger o candidato fascista da «AD», o general Soares Carneiro.

Independente das opiniões que possamos ter sobre o perfil de Ramalho Eanes e a forma como exerceu o seu mandato, torna-se claramente evidente que a sua recandidatura representa mais um sério revés nos planos das forças da reacção agrupadas em torno da «AD». Esta derrota da «AD» provocou fracturas na própria «AD», assim como entre algumas das forças que participaram no 25 de Novembro,

mas não viram concretizado o plano de destruição das liberdades.

Este novo desaire da «AD» é tão evidente que até já abandonaram a posição que vinham propagando de que não acceitariam formar governo se Ramalho Eanes fosse eleito.

A derrota da «AD» — acentuou mais adiante o camarada Octávio Pato — é um objectivo principal de toda a nossa luta. Mas é igualmente de suprema importância que após a derrota da «AD» surja um governo sem «AD», um governo com uma política democrática orientada para a estabilidade e o progresso económico e social, para a consolidação da democracia e da independência do país.

A intervenção do camarada Octávio Pato no comício culminava ao mesmo tempo o Encontro de Militantes da Organização Regional de Lisboa e a Festa da Unidade que, durante três dias, animou a cidade da Amadora festa promo-

vida pela organização concelhia do Partido.

No Encontro, que teve lugar no Pavilhão do Académico da Amadora e no qual participaram mais de quatro mil militantes do Partido, as intervenções das camaradas abordaram as perspectivas que se colocam a APU nas próximas eleições legislativas, ao mesmo tempo que traçavam as linhas gerais da campanha eleitoral que vai ter início no dia 14 do corrente.

Dezenas de oradores tiveram oportunidade de debater as metas a atingir, de expor experiências, de divulgar iniciativas já concretizadas ou planeadas nas várias organizações do Partido do distrito de Lisboa.

O camarada Octávio Pato sublinhou que a APU, no distrito de Lisboa, a força democrática mais votada e que o objectivo a alcançar nestas eleições é o de obter um crescimento superior a 35 mil votos. As perspectivas, conforme disse, permitem afirmar que é possível ultrapassar a votação necessária para eleger 17 deputados da APU e atingir mesmo os 18, isto é, mais um ou dois que o número alcançado em 2 de Dezembro do ano passado.

O camarada José Casanovca, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, analisando a composição das listas concorrentes no distrito sublinhou



alguns aspectos que distinguem a lista da APU das que a FRS e a «AD» apresentam:

Assim — referiu —, no que respeita ao número de operários presentes nas listas, enquanto na da APU há 9, na da FRS há apenas um — este mesmo colocado em 39.º lugar — e na lista da «AD» nenhum.

Quanto a empregados, a situação é a seguinte: APU — 16; FRS — 20; «AD» — 11. No que respeita a intelectuais e técnicos superiores, a situação é diferente: APU — 27; FRS — 31, dos quais 8 advogados; «AD» — 37, 20 dos

quais advogados. Quanto a escritores, músicos, actores, cantores: APU — 7; FRS — nenhum; «AD» — um, Natália Correla...

Quanto a trabalhadores da saúde, a situação é: APU — 4; FRS e «AD» — 0. E quanto a pequenos agricultores e pequenos comerciantes os resultados são, respectivamente: APU — 2; FRS — 0; «AD» — 0. E APU: 1; FRS — 0; «AD» — 0.

Também no que respeita ao número de mulheres nas listas, a APU apresenta o número mais elevado — 11, enquanto a FRS tem 7 e a «AD» 8.

No que respeita à presença de independentes, a situação é elucidativa: na lista da APU existem 6 independentes como se sabe, enquanto que nas listas FRS e «AD» existe um só candidato independente.

As conclusões a tirar dos números que acabamos de referir são tão evidentes que dispensam comentários; a lista da APU é realmente a única representativa do povo do distrito e a que exprime as suas actividades e o entendimento das várias camadas sociais: a lista da APU é, realmente, a lista do Povo Unido.

Conclusões do Encontro

1) Este Encontro de Militantes da ORL do PCP teve por fim decidir sobre os principais objectivos eleitorais para o Distrito de Lisboa e a mobilização dos comunistas de Lisboa para a grande e decisiva batalha eleitoral que estamos a travar — derrotar a «AD», pô-la novamente em minoria na Assembleia da República, assegurando o reforço do Povo Unido, a vitória de Abril. Já o Encontro realizado em Outubro de 1979, antes das eleições do ano passado, se revelou a maior importância para o desenvolvimento do trabalho de massas no nosso distrito. Os objectivos então aprovados foram alcançados e ultrapassados, confirmando o PCP, a APU, como as forças democráticas mais importantes, significativas e influentes no Distrito de Lisboa. Confiamos em que este nosso Encontro venha a ser confirmado por novos e idênticos sucessos.

2) O que se vai decidir em 5 de Outubro de 1980 é determinante para o futuro da Democracia, para o futuro do regime democrático saído do 25 de Abril.

A Proclamação Eleitoral do PCP, aprovada na Conferência Nacional de 14 de Junho, no Porto, assim como o Programa Eleitoral do PCP, afirmam que está ao alcance dos portugueses derrotar a AD nas próximas eleições, garantir uma maioria democrática e um governo democrático e prosseguir o caminho aberto pela Revolução de Abril.

Lisboa é um distrito de grandes tradições democráticas e revolucionárias, com uma classe operária poderosa, com um forte e dinâmico movimento popular, é o mais importante centro económico, social e político de Portugal.

Aqui se encontra mais de 1/5 do eleitorado do País, que elegerá 56 dos 250 deputados que irão constituir a próxima Assembleia da República.

Aqui, em Lisboa, se decidirá a 5 de Outubro, em grande parte, a vitória da Democracia, a vitória do Portugal de Abril.

Sobre todos nós, comunistas e democratas do Distrito de Lisboa, pesa por isso uma grande responsabilidade.

Na continuação das grandes jornadas de luta travadas nestes últimos 8 meses contra a política fascizante da Aliança Reaccionária — defendendo as conquistas de Abril, fazendo fracassar o plano subversivo do Governo Sá Carneiro / Freitas do Amaral, infringindo-lhes significativas derrotas — podemos agora lançar-nos a esta luta com fundada confiança na vitória.

3) O Encontro de Militantes da ORL do PCP coloca como objectivo a alcançar nas próximas eleições de 5 de Outubro para a Assembleia da República no Distrito de Lisboa:

— Derrotar a «AD», aumentar o número de votos e deputados na APU, elegendo o 17.º deputado por Lisboa.

O PS, a FRS, ao contrário do que mentrosamente apregoam, não são a alternativa «AD» e à sua política, não estão em condições de obter sozinho a «maioria absoluta».

Ao afirmar isso querem enganar os democratas, escamoteando a opção sobre as alianças e deixarem a porta aberta a novos e nefastos entendimentos com a direita.

O voto nos pequenos agrupamentos esquerdistas ou na UDP é, independentemente da intenção de quem vota, como todas as eleições o têm demonstrado, um voto perdido para a democracia e que favorece a direita.

O reforço da votação na APU, força democrática mais consequente, maioritária e crescente no Distrito de Lisboa, que defende como essencial o entendimento e aliança de todos os democratas, nomeadamente dos socialistas e comunistas, é a principal e mais segura garantia da derrota da reacção, da construção de uma maioria democrática que possibilite um governo e uma política democráticas, é a verdadeira alternativa à «AD».

4) Hoje, a tarefa prioritária de cada célula, de cada organização de militantes comunistas, é o esclarecimento e a mobilização das massas para alcançar os objectivos eleitorais apontados: derrotar a «AD», reforçar a APU.

É indispensável chegar junto das muitas pessoas que nas últimas eleições foram enganadas pelas mentiras e falsas promessas da «AD», principalmente as camadas e classes médias que aspiravam pela «mudança», descontentes com a degradação real do seu nível de vida, e foram iludidas quanto aos verdadeiros responsáveis pela sua situação — a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista levada a cabo pelos governos PS, PS/CDS, Nobre da Costa e Mota Pinto / PPD, e que o governo «AD» veio continuar e agravar ainda mais. Houve «mudança», sim, mas para pior.

A todos temos de demonstrar que é decisivo, para defesa das liberdades e a melhoria da sua vida, para a defesa dos seus interesses e para o seu próprio futuro — o voto na APU.

O Encontro de Militantes da ORL do PCP, tendo em conta as riquíssimas experiências aqui apresentadas de contacto directo com as massas, a dinâmica já conseguida na pré-campanha eleitoral, a criação de dezenas de Comissões eleitorais APU, aponta as principais orientações para a Campanha Eleitoral da Assembleia da República.

5) Privilegiar todas as acções que levem ao contacto directo e vivo com os eleitores onde eles se encontrem — nomeadamente através de bancas de rua fixas e volantes; os porta-a-porta; a distribuição de documentos mão-a-mão, nas ruas, nos mercados, nas realizações desportivas, à saída das empresas e outros locais de trabalho, nas festas e feiras, nas praças; os pequenos comícios em locais de concentração natural das populações; as caravanas que vão às localidades mais afastadas e pequenas, etc.

6) Manter todas as formas já provadas de esclarecimento e propaganda, como sejam as sessões de esclarecimento (especialmente as destinadas a armar os activistas para o seu trabalho de massas e as dirigidas a sectores e camadas específicas); os comícios; as pinturas murais e inscrições; a colocação de panos; os jornais de parede; as grandes colagens de cartazes; os carros de som; a decoração de Centros de Trabalho.

7) Apelar a todos os militantes do PCP, a todos os democratas da APU para generalizar o uso do emblema ou autocollante da APU e decorar os prédios onde habitam com cartazes, panos ou bandeiras da APU, transformando-os em símbolos de alegria e confiança na vitória democrática e fazendo sentir visivelmente a presença real do Povo Unido por toda a parte.

8) Apoiar a criação e a iniciativa de numerosas comissões eleitorais APU, amplamente unitárias, (nas empresas e escolas, nos bairros e freguesias, nas organizações populares, culturais e desportivas, de agricultores, de pequenos comerciantes e industriais, de intelectuais, artistas, quadros técnicos, da juventude, das mulheres, dos reformados, de deficientes, etc.), ganhando para o apelo público à APU as pessoas sem partido, mais sérias e prestigiadas no meio, fortalecendo e desenvolvendo a dinâmica de abertura e unidade característica das listas APU.

9) Acontecimentos já verificados nestes dias que antecederam a campanha eleitoral reveladoras de tentativas de impedir a liberdade de propaganda — com a detenção de militantes do nosso Partido e até de candidatos à Assembleia da República quando exerciam os seus direitos constitucionais e legais; intimidações sobre bancas APU em vários pontos do distrito; destruição organizada de colagens pela

Câmara Municipal de Lisboa; intimidações e agressões a brigadas de colagem por grupelhos de marginais a soldo da reacção, nomeadamente o MRPP — alertam para a necessidade de resistir energeticamente, com serenidade e firmeza, dando-lhes a resposta adequada por forma a garantirmos de facto o exercício pleno de liberdade de propaganda. Devemos igualmente estar atentos e vigilantes para fazer abortar manobras e provocações, incluindo violentas, com que a reacção pretenda esconder o seu previsível fracasso eleitoral.

10) É tarefa que deve merecer grande atenção e medidas adequadas a preparação dos membros das mesas e dos delegados efectivos e suplentes que irão fiscalizar todo o processo eleitoral no dia das eleições, garantindo, com a sua acção a isenção do acto eleitoral, impedindo burlas e violações da lei e assegurando que a vontade dos eleitores seja livremente exercida e respeitada. É essencial impedir a repetição das inúmeras fraudes verificadas em Dezembro.

11) O assalto e manipulação anticonstitucional da informação nos órgãos de comunicação estatizados pelo governo da «AD», designadamente a RTP e a RDP, exige enérgica denúncia e desmascaramento, o mais generalizado repúdio. Todos os militantes e democratas, trabalhadores e populações do distrito, devem protestar por todas as formas ao seu alcance contra as mentiras e calúnias diariamente difundidas por estes órgãos pagos com o dinheiro do povo, exigindo o fim do totalitarismo «AD», na comunicação social estatizada e a reposição de legalidades democráticas, da isenção e pluralismo essenciais para que as eleições sejam democráticas e livres.

12) O Encontro da ORL do PCP aprova o grande desfile e comício de massas com que

a APU abrirá a campanha eleitoral no distrito no dia 14 de Setembro. Apela a todos os militantes, aos democratas do distrito, aos trabalhadores e populações, às organizações de base unitárias, às Comissões Eleitorais APU, para que nele se integrem e participem massivamente com a sua alegria e capacidade criadora, com o seu espírito unitário e democrático, com o seu conhecimento da vida e dos problemas reais do nosso Povo.

É necessário que um tão elevado grau de mobilização e dinâmica eleitoral se mantenha durante toda a campanha e no seu encerramento. Contamos com o esforço, a iniciativa e a dedicação dos militantes do nosso Partido para que tal objectivo se realize.

13) Enfrentando outras forças políticas que dispõem de meios avultados, como a campanha eleitoral da APU, batalha decisiva para a democracia, exige pesados encargos financeiros a que só é possível responder através de uma grande campanha de recolha de fundos, voltada para as massas populares, para todos os democratas.

Pertencente ao povo e ao serviço do povo, a APU só pode ser financiada pelo próprio povo, por milhares e milhares de contribuições voluntárias. O Encontro aprovou metas para a campanha de fundos em curso. Começando pela sua própria contribuição pessoal, todos os militantes comunistas se deverão empenhar nesta fundamental tarefa política.

14) O trabalho e a luta são parte integrante da vida diária dos comunistas. O esforço, a dedicação e o entusiasmo dos comunistas intimamente ligados aos trabalhadores e democratas, ao povo do distrito de Lisboa, vão transformar esta campanha eleitoral num grande e decidido movimento popular vitorioso.

Temos razões para estar confiantes. A «AD» vai perder. O Povo Unido vai vencer!

Com o PCP, com a APU — Abril vencerá!

Deputado comunista visita a Covilhã

O deputado e primeiro candidato da APU por Castelo Branco, camarada João Amaral, acompanhado de outros candidatos à Assembleia da República, visitou no passado dia 2 o Albergue da Covilhã, «Lar de S. José».

Neste estabelecimento de assistência, os candidatos inteiraram-se dos principais problemas e carências ali sentidos, bem como da forma como se processa a assistência aos idosos no concelho da Covilhã.

No passado dia 5, o mesmo candidato visitou a vila de Teixoso. João Amaral e os restantes candidatos da APU residentes no concelho da Covilhã foram

recebidos na FIPER, importante empresa têxtil teixotense, que percorreram demoradamente, tendo posteriormente encetado diálogo com os trabalhadores à saída da empresa.

Mais tarde foram recebidos na Junta de Freguesia, onde lhe foi exposta a situação de carência sentida pela população de Teixoso.

Os candidatos da APU visitaram ainda o Centro de Dia para a Terceira Idade e o Infância. À noite visitaram a colectividade local, após percorrerem as instalações, e participaram numa sessão de esclarecimento bastante concorrida e que possibilitou um vivo diálogo com a população.

A abertura da campanha no distrito de Évora

A Comissão Distrital de Évora da APU abriu a Campanha Eleitoral para as eleições legislativas a nível distrital na cidade de Évora, no próximo domingo.

O programa de abertura da campanha inclui a actuação de ranchos folclóricos, grupos corais e de pioneiros na Praça do Giraldo, às 14 e 30. Um grande comício para apresentação dos candidatos da Aliança Povo Unido terá lugar na mesma praça às 15 e 30. Finalmente, às 17 horas, inicia-se

o cortejo com carros alegóricos, cujo percurso, começando na Praça do Giraldo, seguirá pela Rua João de Deus, Rua da Lagoa, Rua do Muro, Rua do Menino Jesus, Largo dos Colegiais, Portas de Moura, Rua Augusto Eduardo Nunes, Hospital e Rossio de São Braz.

A Comissão Distrital Eleitoral de Évora da APU convoca o povo trabalhador do distrito e todos os democratas empenhados na vitória de Abril a participarem com alegria e combatividade na grande jornada do dia 14.

Açores Plenário Regional da APU no Domingo • deputada comunista visita S. Miguel

Aos Açores, onde no próximo domingo se vai realizar o Plenário Regional da APU, que contará com a participação do camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP e de Helena Cidade Moura, do MDP/CDE, deslocou-se a camarada Ercília Talhadas, deputada comunista e membro suplente do Comité Central do PCP.

A camarada, que passou uma semana na ilha de São Miguel, de 1 a 8 do corrente, teve a oportunidade de contactar não apenas a organização local do Partido como também dialogar com eleitos locais, representantes de trabalhadores e membros de administrações de empresas que visitou, inteirando-se dos problemas da economia açoriana e das aspirações e reivindicações dos trabalhadores e da população em geral.

Em Ponta Delgada, onde se encontrou com um dinamizador sindical, foram-lhe colocadas as apreensões dos trabalhadores, nomeadamente da Função Pública, que continuam a ser preteridos em relação ao continente no que respeita a estes casos foram apontados — os dos trabalhadores do Hospital que há um ano aguardam promoção, os cerca de 800 trabalhadores classificados como trabalhadores rurais e que realizam tarefas que correspondem a categorias superiores (cantoneiros, podreiros, etc.) e que auferem menor vencimento do que o que lhes deveria ser pago em relação aos cargos que efectivamente desempenham.

Até o PPD se queixa... Na Câmara Municipal de Ponta Delgada, a camarada Ercília Talhadas teve um encontro com o presidente da edilidade, eleito pelo PPD. Também aquele elemento se queixou, reconhecendo as dificuldades levantadas pela aplicação da Lei das Finanças Locais. Ao contrário do que o Governo afirma, aquela autarquia salientou serem poucas as verbas atribuídas em relação às carências que se verificam.

Por seu lado, os eleitos da APU contactados pela camarada, nomeadamente o representante da APU na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, salientaram os mais importantes problemas que se põem às populações — abastecimento deficiente de água, alguns casos inquinada (a ausência de esgotos e o recurso às fossas é determinante na responsabilidade pela inquinação da água), a falta de habitação apesar das frequentes «inaugurações» demagógicas do Governo Regional, e muitos outros.

Na visita que efectuou à SINAGA, empresa açoreana com 300 trabalhadores efectivos e 120 sazonais, a deputada

comunista pôde contactar com a administração e estabelecer diálogo com os trabalhadores. Esta empresa, cuja origem remonta a 1904, e que já chegou a laborar 300 toneladas de beterraba por ano, está hoje reduzida à laboração de apenas 30 toneladas, em razão da política agrícola do Governo Regional, cujos subsídios, são concedidos preferencialmente à pecuária, em detrimento da agricultura. Com efeito, se analisados os números, verifica-se que o Governo Regional concede subsídios de 2 mil escudos por hectare de terreno de pastagem de primeira qualidade, ao passo que o subsídio é apenas de 1650 escudos no caso de o mesmo terreno ser aproveitado no cultivo da beterraba. Por outro lado, conforme um elemento da administração revelou, o Governo Regional não procede à importação de ramas e, neste momento de campanha da beterraba, a empresa, que tem por ano cerca de 80 mil contos de encargos financeiros e espera o cumprimento das promessas do Governo de Mota Amaral — pagamento dos prejuízos para o arranque —, vê-se perante uma recusa. A empresa, por seu lado, respondeu recusando continuar a laboração em tais condições, o que levou o GR a requisitá-la civilmente.

Tal requisição não visa defender nem os postos de trabalho nem a defesa do equipamento ou sequer a defesa do futuro da

empresa, conforme os trabalhadores afirmaram. Trata-se apenas de uma manobra eleitoral do Governo Regional que, após as eleições, certamente voltará a deixar tudo como estava.

A importância da APU Na visita à empresa «Melo Abreu», onde a administração não quis aparecer, apesar da visita ter sido pedida oficialmente, a deputada comunista procedeu entretanto a contactos com os trabalhadores.

Mais tarde, e após um encontro com o presidente da Câmara de Ribeira Grande, do PPD, Ercília Talhadas veio a avistar-se com o único eleito da APU na Assembleia Municipal do Nordeste. Ficou clara a importância da existência de um eleito num órgão autárquico de uma ilha que leva uma voz democrática a uma assembleia, mesmo que, como é o caso, as suas intervenções e propostas sejam sistematicamente boicotadas. No Nordeste de São Miguel, o eleito da APU tem sido a voz democrática que se tem levantado na Assembleia defenda das populações, denunciando as carências e fazendo propostas concretas. Tais propostas, sistematicamente recusadas — chegaram a não admitir a entrada de uma moção de solidariedade para com as vítimas do sismo dos Açores! —, são por vezes, mais tarde, adoptadas, pela necessidade demagógica da administração do PPD de ir resolvendo alguns problemas...

Delegação do PCP na Festa do Unità

Para participar na Festa do Unità, Órgão Central do Partido Comunista Italiano que decorre em Bolonha até 14 de Setembro, encontra-se em Itália uma delegação do PCP, composta por Fernando Vicente, membro do Comité Central e António Pedro da SIP Central do PCP.

COMEMORAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO NA URSS

4 a 11 de Novembro Moscovo-Leninegrado
Preço: 29 350\$00
4 a 18 de Novembro Moscovo-Leninegrado-Kiev-Vilnius
Preço: 37 850\$00

ORGANIZADAS PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-URSS com a colaboração da ASSOCIACAO CONTACTE-NOS NA RUA DE S. CAETANO, 30, LISBOA
Telef. 60 10 99 — 60 11 99 — 60 11 24

Encontro das Sementeiras de Outono-Inverno de 1980

Alqueivar, derrotar a «AD» para fazer as sementeiras!

Que garantias têm os trabalhadores de colherem o que vão semear? Que garantias têm de que lhes será pago o que produzirem? Estarão os trabalhadores dispostos a semear como nos outros anos?

Estas algumas das questões debatidas no sábado passado, em Montemor-o-Novo, no Encontro Regional dos representantes das UCP's/Cooperativas dos cinco distritos da Reforma Agrária. Questões colocadas na ordem do dia pela ofensiva iniciada por obra do Governo PS sozinho e depois aliado ao CDS, continuada ferozmente com o Governo Mota Pinto e intensificada a um grau extremo com o Governo «AD». Como não hão-de interrogar-se os trabalhadores sobre o esforço a dispendar na Campanha de Sementeiras Outono-Inverno se às UCP's/Coop. já foram retirados 445 000 hectares, dos quais 200 000 com o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, se já lhes foram roubadas 180 000 cabeças de gado, das quais 100 000 com o Governo «AD», e cerca de

7000 máquinas e alfaia das quais 3800 igualmente com o Governo «AD»? Como não hão-de interrogar-se sobre o esforço a dispendar na Campanha de Sementeiras Outono-Inverno se às UCP's/Coop. já foram retirados 445 000 hectares, dos quais 200 000 com o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, se já lhes foram roubadas 180 000 cabeças de gado, das quais 100 000 com o Governo «AD», e cerca de

A resposta só pode ser uma: alqueivar e derrotar a «AD»!

No entanto, apesar da tremenda ofensiva e dos seus efeitos desastrosos, o que se observa é que os objectivos definidos quanto às sementeiras do ano passado foram atingidos:

— obtiveram-se produções

nacionais cerealíferas das mais elevadas dos últimos anos; — alcançaram-se altos rendimentos (há UCP's que ultrapassam os 2500 kg por hectare, sendo frequentes os casos de 2000 kg/ha), superiores à média do país e muito superiores à média dos agrários;

— manteve-se uma ocupação cultural da ordem dos 30% contra os 8% no tempo dos agrários absentistas.

O que significa que para os trabalhadores das UCP's/Coop. produzir é uma das melhores formas de se defenderem dos ataques sofridos e de alcançar o apoio do País. O que significa que a defesa da Reforma Agrária continua a passar de forma decisiva pela consolidação económica das UCP's/Coop.

Que o Governo tivesse respondido ao esforço dos trabalhadores, aos seus êxitos, intensificando a ofensiva, devastando mais e mais, só revela que a «AD» acusou a derrota que para os seus intentos representa o factos dos

trabalhadores continuarem na batalha da produção, aguentando as unidades e as cooperativas num trabalho colectivo heroico (está por fazer a história dos sacrifícios que os trabalhadores impõem a si próprios para manterem as suas cooperativas, a ajuda solidária das UCP's mais fortes às mais atingidas pela ofensiva). A «AD» acusou a derrota porque a luta pela produção desenvolvida pelos trabalhadores é um obstáculo aos propósitos do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral de destruição da Reforma Agrária.

Mas num ano a situação alterou-se. Entre o Encontro da Campanha de Sementeiras de Outono/Inverno de 79/80 e o Encontro de sábado passado para a Campanha de Sementeiras de Outono/Inverno 80/81 incluem-se oito meses de gestão da «AD», oito meses de espantamentos dos trabalhadores, de roubos de terras, gados e máquinas, de cortes do crédito e outras

formas de estrangulamento económico, de repressão, vandalismo, corrupção nos serviços do MAP, ilegalidades, escândalos, recusa aos trabalhadores de receberem os frutos pendentes, em receberem o dinheiro que lhes é devido pela entrega de sementes à EPAC; oito meses de gestão «AD» em que o emprego e a fome voltaram aos campos.

E esta alteração, esta mudança prometida pela «AD» e realizada, de facto, para pior, impõe que a decisão de alqueivar as terras seja indispensável mas não suficiente. Para o êxito das

Sementeiras de Outono e Inverno não basta alqueivar bem e de forma planeada as terras: é imprescindível a derrota da «AD» nas próximas eleições! Mais: é preciso que à vitória das forças democráticas se siga a formação de um Governo democrático. O que quer dizer que é indispensável um reforço significativo da votação na APU, de modo a que os elementos do PS, vacilantes e de actuação ambígua, sejam forçados a afastar-se da órbita das forças de direita que sempre os atraíram e busquem a concretização de uma maioria efectivamente democrática.

Neste sentido os trabalhadores e técnicos das UCP's/Coop. concluíram, no Encontro:

— Estando na disposição de alqueivar e semear as terras da Reforma Agrária, os trabalhadores e técnicos das UCP's/Coop. consideram que a demissão do Governo Sá Carneiro e principalmente a derrota da «AD» nas próximas eleições, e a formação de um Governo democrático, são condições indispensáveis para poderem levar para a frente a Campanha de Sementeiras de Outono e Inverno 80/81. A continuação da «AD» no

Governo ou a existência de um outro Governo com uma política de direita, não parando a ofensiva, não devolvendo aos trabalhadores as terras, gados, máquinas e instalações roubadas à Reforma Agrária, não dando garantias de que o que se colhe é pago e de que se ceifa o que se semeia — em tal situação as Sementeiras de Outono/Inverno estariam em perigo.

Dai o Encontro ter adoptado como consigna para a Campanha das Sementeiras: **Alqueivar, Derrotar a «AD» para fazer as Sementeiras.**

E as sementeiras serão feitas...

Reivindicações

O Encontro decidiu reivindicar: — que seja posto termo à ofensiva, designadamente durante o período eleitoral, de molde a assegurar a liberdade de voto e a verdade dos resultados, sem intimidações nem coacções; — a devolução às UCP's/Coop. das terras, gados e máquinas e instalações entregues ilegalmente aos agrários; — pagamento dos cereais entregues à EPAC e a revogação do Decreto-Lei 98/80, a lei-roubo da cortiça. Exigir a revogação da Lei 77/77, a Lei Barreto; — a retirada da polícia de choque e da GNR das UCP's/Coop. e de

todo o processo de entrega de reservas;

— a retirada e prisão dos mercenários, ex-comandos, que, com armas de fogo, são contratados pelos agrários e se encontram em muitos montes das reservas entregues;

— um inquérito às actividades do MAP e das Direcções Regionais da Agricultura responsáveis pelas ilegalidades, fraudes e assaltos às UCP's/Coop.;

— que sejam tomados públicos os resultados do inquérito aos acontecimentos ocorridos em Montemor-o-Novo em 27 de Setembro de 1979, que sejam

conhecidos e exemplarmente punidos os responsáveis e executores do assassinato dos companheiros José Geraldo (Caravela) e António Maria Casquinha;

— a reposição da legalidade constitucional e do cumprimento dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo;

O Encontro não reconhece como entregues as terras, gados, máquinas e instalações roubadas ilegalmente e por isso decidiu reforçar a luta pela recuperação desses bens e voltar às terras roubadas logo que para isso estiverem criadas as condições.

Apelo

O Encontro das Sementeiras de Outono-Inverno apelou para a Unidade e para a aproximação das forças democráticas, em especial da FRS e da APU, do PS e do PCP, com vista à derrota da «AD» e à formação de um Governo democrático, com uma política democrática.

O Encontro expressou as suas preocupações pelas declarações vindas a público de dirigentes do PS que abrem as portas a novos entendimentos com a direita, designadamente com o PPD/PSD.

O Encontro apelou a todos os trabalhadores, a todos os que estão com Abril, para que se empenhem activamente na próxima campanha eleitoral, não se abstendo, votando para derrotar a «AD», votando nas forças democráticas que dão garantias de defenderem a Reforma Agrária, de defenderem Abril, de formarem um Governo democrático.

Sindicatos dos Pescadores: O que pretendem e a «AD» ignora

A actual ofensiva do Governo «AD» contra mais um sector nacionalizado, o das pescas, foi um dos temas debatidos pelo Sindicato dos Pescadores dos Distritos de Leiria, Lisboa, Setúbal, Faro e Horta e ainda o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas e a União dos Sindicatos de Setúbal, durante um encontro realizado recentemente nesta cidade sadina.

Os sindicatos presentes reafirmaram as conclusões do plenário de Sindicatos do Norte e Centro, de 30 de Agosto, condenaram o boicote do Governo à renovação do acordo de pescas com a Mauritânia, solidarizando-se com os trabalhadores que vêm, deste modo, os seus postos de trabalho em perigo, repudiaram a forma como se procedeu à transferência da descarga e primeira venda de pescado da Ribeira Nova para a Docapesca, sem que se tomassem medidas para salvaguardar os postos de trabalho de centenas de trabalhadores, exigiram da SEP a concretização da audiência solicitada para a discussão do regime jurídico para os trabalhadores do sector e a formação de um grupo de trabalho, para reformulação do anteprojecto apresentado pelo Governo.

Os sindicatos repudiaram a recente decisão da Secretaria de Estado da Segurança Social de não aceitar a nomeação pelos sindicatos de dois novos vogais à Comissão Administrativa da Caixa de

Previdência e Abono de Família dos Profissionais de Pesca, depois de ter empatado o problema durante meses. Sobre este assunto, os sindicatos manifestaram intenção de defender a existência activa dos delegados à previdência e de recorrer a todas as formas de luta necessárias para impedir que, com a criação dos Centros Regionais de Segurança Social, se levem a cabo acções que visem pôr em causa a permanência dos Sindicatos nas instalações das ex-casas dos pescadores, cujo património foi conseguido directamente com o esforço e o dinheiro dos pescadores.

O incidente com o «Virgem de Sines»

Solidarizando-se com a luta dos pescadores do Norte, concluíram que o problema da sardinha não é um problema localizado

e assentaram em concretizar a reunião nacional, apontada no plenário de 30 de Agosto para discussão deste problema específico. Adiantou-se, contudo, que o problema da sardinha reside fundamentalmente na falta de medidas governamentais que visem incentivar e apoiar o aumento da produção de pescado e as indústrias dela dependentes, desenvolver e pôr ao serviço da pesca a rede de frio e criar um circuito de comercialização e distribuição do pescado, como há muito reivindicam os trabalhadores, garantindo assim, o abastecimento de peixe, a preços acessíveis, a toda a população e a justa retribuição aos trabalhadores.

Foram ainda analisadas as cláusulas dos estatutos de Autonomia dos Açores e da Madeira, recentemente aprovados na AR, com os votos da «AD» que prevêm a exigência de licenças para que portugueses possam pescar em águas territoriais portuguesas, como se de estrangeiros se tratassem. Sobre a inadmissível situação criada, foi focado o incidente ocorrido como o «Virgem de Sines», que, com um doente a bordo, aportou no Funchal e, por isso, foi multado. Os Sindicatos exigiram a imediata revogação de tais cláusulas, que consideram uma medida separatista, que põe em causa a unidade nacional.

Subsídio à pesca artesanal

Na reunião, foi abordada a aplicação do despacho que prevê o subsídio de desemprego no sector, despacho que entenderam os sindicatos ser uma vitória conseguida pela justa luta de muitos anos, levada a cabo pelos trabalhadores.

Os sindicatos concluíram a necessidade de criar, à semelhança do que já aconteceu, um subsídio à gasolina para a pesca artesanal local e denunciaram a falta de resposta, por parte do Governo, ao projecto de portaria, apresentado pelo Sindicato de Lisboa, que prevê a alteração da idade de reforma.

Os sindicatos aprovaram uma moção de solidariedade para com a luta dos pescadores do Algarve e condenaram vivamente a política de cedências do Governo «AD» ao capitalismo e imperialismo internacionais.

Após a análise das consequências negativas da adesão de Portugal à CEE os Sindicatos exigiram do Governo a sua participação activa nos grupos de trabalho, criado a nível da SEP, para debate do assunto.

Finalmente os sindicatos presentes debateram as formas de reforçar e aprofundar a unidade e organização de todos os trabalhadores do sector.

O que significaram nove meses de governo «AD»?

O que significaram nove meses de Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral? Esta interrogação não a colocaram os trabalhadores que participaram no recente Encontro de dirigentes, delegados sindicais, elementos de Comissões de Trabalhadores, UCP's e Cooperativas, promovido pela União dos Sindicatos de Setúbal e Cintura Industrial de Setúbal.

E não colocaram esta interrogação porque sabem que ao fim de nove meses de Governo «AD» e a seguinte situação que se vive e só se altera para pior:

— O custo de vida aumentou mais de 20 por cento, sem incluir a habitação;

— Os salários que numa primeira fase foram alvo de tentativas de congelamento, desceram 1,5 por cento (na indústria e transportes) e 3,7 por cento no sector da construção civil;

— Subiu o número de contratos a prazo;

— Aumentou o número de desempregados;

— Mais de 75 por cento do total de reformados não viram as suas pensões devidamente actualizadas;

— A Equimetral, a Comp. Portuguesa de Pescas, a Setenave, a Sorefame, a Rodoviária Nacional, empresas do sector público e nacionalizado sofreram constantes ataques com vista à sua reprivatização;

— Milhares de hectares de terras,

máquinas, gado e instalações foram roubados às cooperativas;

— Na cooperativa «3 de Outubro», na «1.ª de Maio», da Gâmbia, na «Evaristo Gago», nas «Sesmarias», em «Casebres» e em tantas outras, os trabalhadores foram espancados por apenas quererem trabalhar as terras;

— Nas herdades nacionalizadas da «Barrozinha», «Comporta» e «Palma», o Governo tentou dividir as terras mandando para o desemprego centenas de trabalhadores;

— O Serviço Nacional de Saúde foi congelado;

— A Rádio, Televisão e os jornais estatizados foram assaltados pela «AD» transformando-os em porta-voz do Governo;

— No seu estilo golpista, Sá Carneiro, desencadeou uma série de manobras com o objectivo da desestabilização de vários órgãos de soberania;

— No plano internacional, o Governo «AD» tentou fazer regressar o nosso país aos tempos do «orgulhosamente sós» de

Salazar e Caetano. O Governo cortou relações com o Irão, impediu visitas de cidadãos de países socialistas, tentou o boicote aos Jogos Olímpicos e preparava-se para fazer de Portugal uma base naval nuclear dos americanos.

No entanto este Governo não conseguiu levar a vitória os seus

objectivos em virtude da heroica, firme e persistente resistência dos trabalhadores.

Nos últimos dias, o Governo anunciou profusamente a actualização do salário mínimo nacional e das pensões de reforma. Tal iniciativa deve-se sobretudo à luta firme, persistente, desencadeada pelos trabalhadores e o seu movimento sindical. No entanto ela não deixa de ser ditada por objectivos meramente eleitoralistas deste Governo.

Não tenhamos dúvidas caso a «AD» ganhasse as próximas eleições tais aumentos seriam rapidamente absorvidos pela subida do custo de vida.

Os trabalhadores não votam contra si

A importância das próximas eleições é depois sublinhada, num manifesto aprovado pelo Encontro:

«A realização das próximas eleições é principalmente os seus resultados são de fundamental importância para o futuro da democracia em Portugal.

Em 5 de Outubro próximo os trabalhadores, o povo português vão dizer:

— Qual o regime que Portugal irá ter no futuro, pois a próxima Assembleia terá poderes para a revisão constitucional;

— Que força, ou forças políticas vão governar o país nos próximos 4 anos.

O voto dos trabalhadores não é indiferente a estas importantes questões.

Para os trabalhadores não é indiferente votar neste ou naquele partido.

No fundamental os partidos representam diferentes interesses de classe. Por isso, não é a mesma coisa votar na «AD» ou contra ela.

Votar na «AD» significa votar nos inimigos de classe dos trabalhadores. Significa votar na exploração, na fome e na miséria. Significa votar no regresso ao passado fascista.

Votar na chamada «AD» seria votar nos grandes patrões da indústria, nos latifundiários e contra a independência nacional.

E os trabalhadores não votam contra si próprios.

Apenas um ponto de partida...

Que mulheres operárias, camponesas, empregadas, domésticas, intelectuais se reunam para discussão dos problemas que lhe são comuns, é sempre notícia. Que esta reunião se realize na Covilhã e tenha a participação de 300 mulheres de diversos concelhos da Beira Interior e o apoio, em abaixo-assinado, de 600 mulheres, é um acontecimento que merece destaque. Isto, porque a Beira Interior é ainda uma região onde em vastas zonas domina o caciquismo que tenta manipular a mulher, tenta pô-la ao serviço das forças de direita e do conservadorismo, contra os interesses, afinal, de todas as mulheres e do povo. Isto, porque o I Encontro Unitário de Mulheres da Beira Interior assume assim uma importância particular: as mulheres dos distritos de Castelo Branco e da Guarda entram, mais decisiva e firmemente, na participação social, fazem ouvir mais a sua voz de trabalhadoras exploradas, de donas de casa cada vez mais sacrificadas por obra do Governo «AD», de mulheres marginalizadas, discriminadas, que recusam a exploração, o sacrifício, a marginalização, a discriminação. Mulheres que dizem «Somos mulheres de Abril. E só com a mulher na luta, Abril vencerá!»

Operárias, camponesas e donas de casa exigem

As conclusões do Encontro Unitário de Mulheres da Beira Interior expressam por si só a diversidade dos sectores de mulheres presentes, nomeadamente de operárias têxteis (nos distritos da Guarda e Covilhã, é predominante a indústria têxtil), de camponesas, sobretudo

reindeiras, e de domésticas.

«Hoje em dia, milhares e milhares de mulheres trabalham nas empresas industriais e nos serviços da Beira Interior. O desenvolvimento industrial não é mais possível sem os nossos braços, a nossa inteligência, a nossa força de trabalho», afirmam as conclusões para logo partirem para a denúncia das discriminações no acesso ao emprego, sobretudo às mulheres grávidas; os contratos a prazo, a falta de higiene e as más condições de trabalho nas empresas; a discriminação salarial, a falta de creches.

Daí as reivindicações: **igualdade de oportunidades no acesso ao emprego; salários justos, fim à discriminação, condições de trabalho higiénicas e ritmos de trabalho humanos; respeito pelos direitos das trabalhadoras, nomeadamente férias de parto; pelos direitos sindicais, pela contratação colectiva, contra os contratos a prazo e os despedimentos; pela criação de mais creches.**

As duríssimas condições de vida dos milhares e milhares de mulheres que trabalham e vivem nos campos da Beira Interior, «vergadas aos trabalhos mais pesados e não compensados, sem horário, sem férias, sem nada» foram denunciadas por viva voz das camponesas presentes no Encontro. Dessas intervenções resultaram nas conclusões as exigências mais profundas destas camadas da população feminina: **por habitações condignas, pela melhoria das estradas e caminhos das aldeias, por transporte de ligação às vilas e cidades; pelo direito ao abono de família para os filhos dos rurais, por uma assistência médica condigna, por reformas de velhice**

1º ENCONTRO UNITÁRIO DAS MULHERES DA BEIRA INTERIOR

7 SETEMBRO 80
PAVILHÃO DO LICEU

COM A MULHER NA LUTA ABRIL VENCERÁ

e invalidez decentes; contra os aumentos dos factores de produção, dos aluguéis de máquinas, por preços justos para os produtos da lavoura; contra as arbitrariedades dos senhorios, por uma lei de arrendamento mais justa.

Também as mulheres domésticas fizeram ouvir a sua revolta: «Sofrendo dia a dia a aflição constante dos aumentos dos preços, o dinheiro não chegando até ao fim do mês; absorvidas por mil e uma tarefas domésticas sem tempo para se dedicarem à cultura e ao desporto; sem estatuto de mulher trabalhadora e, por isso mesmo, sem direito à segurança social; habitando casas sem condições, sem espaço para a família, quantas vezes, sem água ou sem saneamento ou, por outro lado, com rendas altíssimas que engolem grande parte do rendimento familiar», as donas de casa reivindicaram: a contenção dos preços, um verdadeiro cabaz de compras; segurança social; mais creches e infantários; habitações condignas e rendas compatíveis com os rendimentos familiares; melhoria dos transportes públicos nomeadamente das crianças que vão para a escola.

Uma conclusão comum: **Governo «AD» não serve.** Trezentas mulheres de condição diversa chegaram a uma conclusão única: desde que a «AD» está no poder, os problemas agravaram-se, a sua resolução ficou mais e mais longínqua, outros graves problemas surgiram de novo. O desemprego, a exploração, a falta de assistência materno infantil,

o abandono e miséria das mulheres idosas, as dificuldades das reindeiras e de outras, tudo mudou para pior.

«Não é este o Portugal que queremos. Para conquistarmos a nossa igualdade, teremos de transformar a sociedade, teremos de levar o 25 de Abril para a frente, até ao fim». Estas mulheres estão nisso profundamente empenhadas. Este Encontro na Covilhã é apenas «um ponto de partida». Tendo eleito um Conselho Unitário das Mulheres da Beira Interior, constituído por 51 mulheres, as participantes decidiram formar Comissões nos locais de residência e de trabalho para tratar dos mais diversos problemas que afectam as mulheres. Mas para a sua solução indispensável é que todas as mulheres atendam ao apelo do I Encontro Unitário de Mulheres da Beira Interior:

«As Mulheres da Beira Interior, reunidas no seu I Encontro Unitário, apelam às restantes mulheres desta região do país, para que com o seu voto, livremente, sem se deixarem manipular, contribuam para a derrota das forças da direita, para garantir o regime democrático, único onde podemos ver garantidos os nossos direitos; apela para que as mulheres, redobrando esforços, multiplicando energias, dêem o seu contributo activo à derrota da «AD» integrando-se numa grande batalha de esclarecimento e, de um modo particular, naquelas forças democráticas que têm condições para derrotar as forças do passado e defender coerentemente a democracia em Portugal.

4.ª Festa Popular de Alverca

A partir de amanhã e até domingo vai realizar-se a 4.ª Festa Popular de Alverca, no recinto do Jardim do Bairro, onde haverá bar, bancas e diversões.

Amanhã à noite haverá um espectáculo com Carlos do Carmo, seguido de baile com o conjunto de Jorge Nascimento.

No sábado, a partir das 9.30, haverá uma simultânea de xadrez, torneios de damas, chinquinho e jogos populares. À tarde depois de uma tarde infantil com Barata Moura, palhaços e o Coro Infantil do Bom Sucesso, realiza-se um comício que terá

a presença da camarada Blauqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP. A seguir ao comício actuará Samuel. À noite, será a vez de um espectáculo de variedades com Apolloni, Carlos Paulo, Alfredo Vieira de Sousa, Carlos Mendes, Grupo Coral 'Unidos do Bairro Alentejano', Renato Jorge, Jorge Matias, António Júlio e Inocência Casquinha.

Finalmente, a manhã de domingo terá gincanas de trício e bicicleta, além de actividades de pintura e modelagem, enquanto que, à noite, se realiza uma sessão de canto livre com Luisa Basto e João Fernando.

BARRAGEM DE ALQUEVA

Um empreendimento que precisa de água

Pode-se dizer que muita tinta tem corrido sobre Alqueva. Contudo, o mais importante, a água — os largos milhões de metros cúbicos que o Guadiana desperdiça no mar — essa ainda não foi represada, para permitir a produção de energia eléctrica, abastecimento de água ao complexo de Sines e o alargamento da área de regadio para mais de 200 000 hectares de terreno numa primeira fase.

Muita tinta tem corrido, muitos estudos e pareceres têm sido encomendados — ainda na véspera do Encontro sobre o Aproveitamento de Alqueva, realizado no sábado passado, em Moura, o Governo «AD» publicava no «Diário da República» a exigência de novos estudos — muito dinheiro foi gasto nestas actividades, e mais de um milhão de contos foi gasto em novas vias de comunicação, construção da enscadeira onde se erguerá a barragem e o desvio do curso do rio.

Sentindo a importância da concretização do empreendimento, as Câmaras Municipais de Moura, Portel e Serpa promoveram o referido Encontro, conscientes de estarem a contribuir para ultrapassar o marasmo que há dias se faz sentir e que nada beneficia o desenvolvimento socioeconómico da região e, consequentemente, do país.

Nas instalações da Escola Secundária de Moura, mais de duzentas pessoas, técnicos, representantes da grande maioria dos órgãos autárquicos do Alentejo, representantes de órgãos profissionais e outros manifestaram o seu interesse pela resolução rápida do projecto de Alqueva.

Deu início à sessão o presidente da Câmara Municipal de Moura que, na sua intervenção, não deixou de salientar o facto de que o **problema de Alqueva não deve ser dissociado de uma política económica do desenvolvimento que tenha em conta as transformações sociais verificadas em Portugal com a Revolução de Abril.**

Contribuição para o pleno emprego

A intervenção da Comissão de Trabalhadores da EDP começou por salientar parecer evidente que num país que se defronta com problemas energéticos, algo vai mal na gestão dos seus recursos hídricos, quando 4000 milhões de metros cúbicos de água correm para o mar sem qualquer tipo de aproveitamento. De realçar — acrescentou — que tal acontece numa região do país das mais carecidas de água para múltiplos fins.

A presidente da Câmara de Portel, salientaria, por seu turno, que no concelho a que preside, 5040 habitantes, entre 1950

e 1970, abandonaram aquelas terras, para emigrarem, o que representa mais de 50 por cento da população actual. Essa emigração verificou-se entre os mais jovens, mais activos e mais qualificados.

Focando depois a situação que de novo se começa a viver no Alentejo — um aumento assustador do desemprego — Manuela Oliveira acrescentou:

Alqueva não só trará pleno emprego ao Alentejo como atrairá populações de outras zonas limítrofes, especialmente da serra algarvia e da Beira Baixa. Portugal ficará mais rico e menos dependente do estrangeiro.

A energia que se importa

A energia que se importa e pela qual o Governo «AD» não se importa poderia ser o título da intervenção do professor Serafim Laginha.

Homem conhecedor dos problemas hidráulicos, fez uma intervenção que, apesar de demorada, não causou bocejos, arrastar de cadeiras ou o nervosismo habitual que sacode as assistências nestes casos. Pelo contrário, todos estavam atentos às suas palavras.

Foi ele que, defendendo Alqueva, manifestou a sua incompreensão perante o facto de se desperdiçar a produção de energia eléctrica quando, acusou, se tem estado a exportar combustível líquido para compensar a energia eléctrica importada, sem a qual Portugal não pode passar.

De realçar a intervenção do presidente da Associação Comercial do Distrito de Beja, Hernani Manuel Correia Dias que abordou o projecto Alqueva sob a perspectiva do comércio local.

Manifestando-se confiante em que este prosseguirá, abrangendo os múltiplos fins para que foi vocacionado, acrescentou possibilitar isso muitas e diversificadas iniciativas, tais como a montagem de indústrias acessórias ao produto da terra e diversas explorações de aproveitamento de matérias sobejantes, o que implica sempre mais mão-de-obra, mais emprego, mais riqueza.

Neste contexto — prosseguiu — é certo que a actividade comercial (tenha ela os moldes que tiver), terá de se constituir e desenvolver no sentido de dar resposta adequada às necessidades consequentes desse povoamento, tanto de abastecimento dos produtos carenciados ou reclamados, como o de dar vazão, para outros mercados, aos produtos que se criem e sejam excessivos do consumo local.



Assunto interessante, a aquacultura, tema apresentado pelo professor Vasco Valdez, da Universidade de Évora, é outro dos aproveitamentos que Alqueva possibilita. No estudo apresentado declara-se que seria possível a produção de 150 000 toneladas de peixe de água doce no fim do século, garantindo assim mais de 30 por cento do consumo naquela data.

Muitas outras intervenções houve. Todas elas focando aspectos bem definidos do empreendimento de Alqueva. Impossível enumerar todas, ou de todas transcrever uma parte.

As conclusões do Encontro

Os órgãos autárquicos, (Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia), Sindicatos, Secretariados das UCP's, organizações representativas do comércio e da agricultura, e técnicos que participaram no Encontro apontaram as seguintes linhas de acção para a defesa e o prosseguimento de Alqueva:

- formação e funcionamento do Conselho Coordenador do Gabinete Coordenador de Alqueva;
- lançamento de um abaixo-assinado;
- formação de uma Comissão de Defesa de Alqueva.

Durante o Encontro tornou-se evidente que as valias de

Alqueva são muito mais importantes que aquelas que têm vindo a ser consideradas, como seja:

- existem muito mais terras no Alentejo para regar;
- o valor energético sobe de dia para dia em percentagem e só ele, dentro em breve, poderá justificar a obra;
- Alqueva é o maior e o melhor reservatório de energia do país, onde se podem valorizar as energias temporárias e alternativas;
- o abastecimento de água às indústrias de Sines e do perímetro mineiro do sul do Alentejo exige mananciais de água que só Alqueva pode dar;
- as povoações que requerem novos abastecimentos aumentam de dia para dia;
- tanto a sanidade do rio Guadiana nas secas como o controlo das suas cheias são justificativos muito grandes para o domínio e gestão das suas águas o que vem demonstrar a falsidade dos argumentos contra Alqueva.

Não prosseguir Alqueva é atentar contra a economia nacional, impedir o desenvolvimento económico do país e prejudicar os interesses do Povo português — é isto o que pretende a direita ao impedir a continuação da obra.



Para que serve o empreendimento?

Para que serve o empreendimento de Alqueva? Em termos lapidares, o estudo elaborado pelo Gabinete de Planeamento Hidráulico diz-nos que se trata de um aproveitamento hidráulico de fins múltiplos, destinado a servir de principal origem de água para os Planos de Rega do Alentejo e do Algarve, alimentação do complexo industrial de Sines, produção de energia eléctrica, abastecimento de águas às populações e às indústrias do Alentejo e controlo de cheias, podendo ainda constituir apoio importante à indústria turística, pesca, navegação interior e defesa e qualidade do ambiente.

Características da economia do projecto

O aproveitamento de Alqueva, segundo valores actualizados para

o ano de arranque do aproveitamento hidroeléctrico, a uma taxa de 10 por cento ao ano, a preços constantes, dava os seguintes valores:

Investimentos a realizar: Barragem e central de Alqueva — 16 milhões de contos; restantes infraestruturas hidráulicas do aproveitamento — 13 milhões de contos; total — 29 milhões de contos.

Algumas valias contabilizadas: Valia eléctrica de Alqueva (turbinamento) — 11 milhões de contos; valia do abastecimento a Évora e Beja — 1 milhão de contos; valia do abastecimento a Sines — 6 milhões de contos; valia agrícola (Plano de Rega do Alentejo) — 12 milhões de contos; total 30 milhões de contos.

Outras valias não contabilizadas:

o empreendimento de Alqueva permita outras valias. Por não estarem ainda contabilizadas apenas as enumeramos — aquacultura e piscicultura; recreio, turismo e vida silvestre; navegação; valias eléctricas induzidas aos escalões a jusante de Alqueva, valia gerada no escalão de Alamos e valia devida à bombagem de acumulação em Alqueva; e Plano de Rega e Abastecimento do Algarve.

Costuma referir-se que o empreendimento de Alqueva é de fins múltiplos porque tradicionalmente as barragens ou servem para a produção de energia eléctrica ou então para o sistema de rega. Alqueva, a ser construído, servirá para estes objectivos enunciados e ainda outros. Melhor dizendo, Alqueva vai mexer com todo o Alentejo e Algarve e ainda com o resto do país.

O que é o projecto

O empreendimento de Alqueva, para os que ainda não saibam, traduz-se numa barragem no rio Guadiana, próximo da aldeia de Alqueva e que servirá para a produção de energia eléctrica e regadio a uma vasta zona do Alentejo, para além do abastecimento de água ao complexo de Sines e ainda às populações da zona. Uma outra barragem na Rocha da Galé e ainda um aqude em Odeleite. Com estas três obras se pretende reter as águas do Guadiana com fins múltiplos.

Como refere um estudo mandado elaborar pelo Gabinete de Planeamento Hidráulico, em Outubro de 1979, a barragem de

Alqueva, barragem de betão do tipo abóboda de triplo arco, com 100 metros de altura máxima e 450 metros de desenvolvimento de coroamento, cria uma albufeira de 4150 milhões de metros cúbicos sobre uma superfície inundada de 250 quilómetros quadrados, dos quais 215 quilómetros quadrados em Portugal e 35 quilómetros quadrados em Espanha.

Os perímetros da albufeira, abrangendo terrenos do distrito de Portalegre, Évora e Beja, ultrapassam os 1100 quilómetros.

Os terrenos a submergir são, na generalidade, agricolamente pobres, podendo considerar-se como um caso especial no

enquadramento europeu a possibilidade de estabelecer uma albufeira destas proporções com tão poucos problemas de expropriações, tanto no que respeito aos aspectos sociais como económicos.

A barragem da Rocha da Galé, situada a jusante de Alqueva, e, por sua vez, o aqude de Odeleite, são indispensáveis para o melhor aproveitamento de Alqueva. Sem estas obras Alqueva ficaria reduzido a metade, ou ainda menos, da sua importância socio-económica.

Como refere o comunicado do Gabinete de Planeamento Hidráulico, a existência de centrais

O aproveitamento agrícola

Se a valia eléctrica é importante, a valia agrícola não o é menos. Pelo contrário, a maior parte dos alentejanos com quem contactámos estão convictos que a transformação de uma vasta área em regadio vai transformar radicalmente, para melhor, a situação socioeconómica daquelas populações.

No estudo feito foi considerado o regadio em 212 000 hectares. Outras opiniões surgem agora de que é possível aumentar a área de regadio mesmo para mais do dobro daquela extensão. No entanto, vale a pena referir o que foi considerado, naquela altura, para a área em primeiro lugar referida e tendo em conta preços de Dezembro de 1978:

«Em princípio admitiu-se que a fábrica de beterraba será abastecida fundamentalmente pela cultura primaveril-estival. A cultura outonal tem no entanto também grande importância para contribuir para um alargamento do período de laboração, além de determinar o menor consumo de água de rega. Não se exclui a hipótese da possibilidade de

cultura exclusivamente de sequeiro em terras de boa qualidade.

«A produção anual pretendida de 560 000 toneladas deve ser obtida em área tão concentrada quanto possível para embarquear os transportes para fábricas que se pretendirão convenientemente localizadas. Uma zona muito propícia abrange os melhores solos do conjunto dos perímetros de Odivelas, Barras, Alfândoa, Roxo, Vila Nova de Baronia, Colas, Alcaria, Cuba-Mombeja, S. Matias, Santa Vitória e Ardila.

«Afectaram-se à cultura da beterraba 67 000 ha, que, em rotação quadrifenal, tornam disponível a área de 16 750 ha, a que se atribuiu a produção das 560 000 toneladas. A esta produção corresponde um aproximadamente 33 600 toneladas de polpa seca, 22 400 ton. de melão e 78 200 ton. de açúcar. Esta produção de açúcar representa 34,5% da importação de açúcar portuguesa em 1975.»

A produção de leite

«Em 1975, a produção nacional de leite foi de 860 351 milhares de litros. No mesmo ano exportaram-

se produtos lácteos equivalentes a 17 188 milhares de litros de leite e importaram-se produtos semelhantes correspondentes a 143 012 milhares de litros. O saldo respectivo traduz-se portanto numa importação de produtos lácteos correspondentes a 125 824 milhares de litros de leite.

«A produção anual prevista para o projecto é de 675 000 milhares de litros de leite, na situação final, atingindo 180 000 milhares de litros em 1990 e 480 000 no ano 2 000, que representaria um excedente sobre o consumo nacional verificado em 1975. Todavia este excedente só não chegaria a verificar-se, como será rapidamente ultrapassado pelo crescimento do consumo nacional de leite que, já em 1980, se prevê tenha um acréscimo de 385 679 milhares de litros relativamente ao consumo registado em 1975.»

A produção de carne

«A produção de carne de bovino em 1975 atingiu 97 729 toneladas de carcaça. Durante o mesmo período a exportação atingiu 77,4 toneladas e a importação foi de

de potências reversíveis nos pés da barragem de Alqueva e Rocha da Galé, portanto sobredimensionadas relativamente aos caudais garantidos, permite encerrar a possibilidade de regularizar dentro da albufeira de Alqueva as aflúências da bacia de jusante. Com efeito, uma vez acudado o rio a jusante da foz de Odeleite, para evitar a poluição salina, as aflúências dos rios Oeiras, Vascão, Toppa, Odeleite e outros, poderão, sempre que em termos de gestão de recursos hidráulicos se justifique, ser bombados para a Rocha da Galé, desta para Alqueva e depois fornecidos aos circuitos hidráulicos do Plano de Rega do Alentejo.

Estas centrais hidroeléctricas de funcionamento reversível permitem repor, durante os vazios da noite e os fins-de-semana — períodos em que o consumo de energia eléctrica é reduzido — nas albufeiras superiores grande parte das águas turbinadas durante as horas de ponta do diagrama da rede eléctrica nacional.

Explicando por outras palavras: durante as horas de maior consumo a barragem produz energia eléctrica e durante a noite e os fins-de-semana, em que o consumo é pouco intenso, a energia produzida serve para repor na albufeira uma parte da água utilizada anteriormente para fazer mover as turbinas.

24 195,2 toneladas de carcaça. Corresponde-lhe a um saldo importador de 24 117,8 toneladas de carne de bovino.

«A previsão do projecto quanto à produção de carne de bovino é de 40 850 toneladas de carcaça na situação final do regadio. Aparentemente representaria, ao nível do consumo de 1975 um excedente de 16 655 toneladas de bovino, que evidentemente nunca virá a verificar-se dados, por um lado, o permanente crescimento do consumo, que em 1980 se prevê que atinja um valor que excede em 20 303 toneladas o consumo registado em 1975, e, por outro, o facto daquela produção só vir a realizar-se integralmente a prazo bastante dilatado.»

A diferença entre regadio e sequeiro melhorado

«Os óleos obtidos de sementes oleaginosas importadas, adicionadas aos óleos vegetais já refinados, também importados, foram estimados em 97 654 toneladas, em 1975. A produção prevista no Plano em óleo de girassol e soja atinge 38 900

toneladas que representa 39,8% da estimativa da importação calculada para 1975.

«Num sequeiro melhorado, a produção bruta anual a preços de Dezembro de 1978 totaliza 2,63 milhões de contos, enquanto que em regadio se situa ao nível de 17,6 milhões de contos.

«Há assim um acréscimo de produção determinado pelo regadio de 14,97 milhões de contos, em produtos essenciais que tenham de se importar e que representam cerca de 30% do valor das importações actuais de produtos alimentares.

«Os postos de trabalho anuais criados directamente pela actividade agrícola, dentro das explorações agrícolas, são, na fase de plena exploração, cerca de 1 710 no sequeiro melhorado e cerca de 19 100 no regadio. Para o salário médio anual, por posto de trabalho, da ordem de 115 000\$00 considerado no presente estudo, a remuneração do factor trabalho é de 197 mil contos no sequeiro e de 2 194 milhares de contos no regadio, excedendo em 1 997 milhares de contos a de sequeiro, anualmente» (...)

O aproveitamento eléctrico

Relativamente ao aproveitamento eléctrico diz o relatório mandado elaborar pelo Gabinete de Planeamento Hidráulico:

Dos valores de produção e potência assegurados pelo aproveitamento de Alqueva, conclui-se que a obra tem óptimas condições de integração na rede eléctrica nacional. Efectivamente, a energia produtível será inteiramente colocável na rede, pois representa uma pequena parcela do aumento de consumo nacional em meados dos anos 80, estimado em cerca de 1 700 GWh por ano (segundo alguns técnicos esta produção seria suficiente para abastecer seis a sete cidades como Lisboa). Quanto a potência e atendendo à localização geográfica do aproveitamento da rede eléctrica, Alqueva representa

uma contribuição muito valiosa para a satisfação das crescentes necessidades de potência de ponta e para a resolução de outros problemas conexos da rede, tais como sejam os de regulação de tensão e potência reactiva e de reserva de potência girante, que, sem Alqueva, teriam de ser obtidos com a construção de outros centros produtores, em condições eventualmente não favoráveis.

Relativamente à valia eléctrica, quando os primeiros estudos foram feitos, previa-se que a produção de energia eléctrica cobriria cerca de 30 por cento dos investimentos. Mais tarde, novos estudos, com base em preços de Dezembro de 1978, indicavam que a valia eléctrica cobriria já, face ao aumento dos combustíveis fósseis (ou seja o aumento de preço do

petróleo e dos seus derivados para fazerem funcionar as centrais termo-eléctricas), cerca de 60 por cento dos investimentos.

Entretanto, segundo a opinião de alguns técnicos, a fazer-se hoje uma reavaliação da produção face aos preços actualizados dos combustíveis fósseis, a valia eléctrica seria já de 80 por cento, ou mais, do investimento.

A manter-se, como tudo indica, o aumento do preço do petróleo, não tardará muito que só a energia eléctrica produzida por Alqueva seja suficiente para amortizar a obra.

Aliás, o relatório atrás referido, era explícito quanto à valia eléctrica produzida:

Para além da valia económica ligada aos serviços directos prestados à rede eléctrica nacional

convirá ainda referir, como factor de interesse, a incidência do projecto sobre a balança de pagamento do comércio externo, uma vez que a energia produzida nas centrais hidroeléctricas permite dispensar a importação de equivalente volume de combustíveis e representa uma significativa poupança de divisas.

Mesmo durante a fase da construção das infra-estruturas, dado que a incorporação a partir da matéria-prima e trabalho nacionais se situa na ordem dos 90% do investimento global, não seria de contar com incidência negativas na balança de pagamento.

Pelo contrário, a admitir-se a hipótese de financiamento externo, a construção da obra resultaria numa fonte de divisas, em contrapartida de formação de obra quase inteiramente nacional.

O FMI não quer mas a «Ford» não dispensa o projecto de Alqueva?

Em 1978, durante a vigência do governo Nobre da Costa, a imposição do FMI para impedir a concretização do projecto Alqueva é levada à prática com a publicação do Despacho Normativo 326/78. Com esta decisão são suspensos até final de 1979 todos os trabalhos considerados não preliminares e mandados efectuar novos estudos que permitissem uma resolução definitiva até 30 de Setembro de 1980.

Na prática, a intenção era parar definitivamente com a obra.

Intenção que o governo Mota Pinto prossegue, ao abrigo do Decreto 100/79, determinando a realização de mais um estudo para a avaliação da mais-valia agrícola do empreendimento.

Esta situação vem a alterar-se por pouco tempo, quando do Governo Lourdes Pintasilgo que, num despacho conjunto de 7 de Janeiro de 1980, dos Ministérios da Coordenação Económica e do Plano, da Agricultura e Pescas, da Indústria e Tecnologia e da Habitação e Obras Públicas, reconhece o enorme interesse do

empreendimento, nomeadamente no que respeita aos aproveitamentos hidro-eléctricos e hidro-agrícolas, tendo em atenção os acréscimos significativos das áreas de regadio, produção de energia eléctrica, abastecimento de água a aglomerados urbanos e área de Sines. A viabilidade técnica e económica do empreendimento era também comprovada.

Mas esta boa-vontade foi logo ultrapassada pela tomada de posse do Governo «AD», que procurou deixar cair o empreendimento e promoveu na Comunicação Social

(em certos órgãos, diga-se) uma ampla campanha contra a iniciativa.

E tudo fazia crer que até ao fim deste Governo, felizmente breve, o empreendimento de Alqueva continuaria parado, apesar de já ali estarem gastos mais de um milhão de contos.

Subitamente, começaram a surgir indícios de que não seria assim. O Governo «AD», embora não o demonstrasse claramente, já não manifestava uma oposição frontal ao projecto. A própria campanha a nível de comunicação

social contra a barragem diluiu-se, para desaparecer mesmo.

Na opinião de algumas pessoas esta atitude do Governo enquadrava-se na medidas demagógicas e eleitoralistas que a «AD», pela boca de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, tem anunciado ou vai anunciar antes do dia 5 de Outubro próximo.

Por isso, sabendo o interesse que as populações de todo o Alentejo e até do Algarve têm na concretização de Alqueva, pelo que representa quanto ao futuro, não

seria de estranhar se, agora, o Governo «AD» viesse a afirmar que Alqueva ia avançar. Mesmo que não cumprissem, sempre possibilitaria a caça aos votos.

Contudo, outras opiniões divergem quanto a este aspecto. O Governo «AD» teria de avançar com Alqueva porque a empresa norte-americana «Ford» teria feito depender a instalação da sua fábrica em Sines do prosseguimento da barragem de Alqueva, empreendimento necessário para fornecer a água que falta àquele complexo.

Como pagar o investimento?

Como pagar Alqueva e as obras que complementam o empreendimento é também um assunto estudado pelo Gabinete de Planeamento Hidráulico. No relatório elaborado em Outubro de 1979 diz-se claramente, em referência à economia do projecto:

(...) a reprodutividade das obras de fomento hidroagrícola revela-se não só no lucro directo dos utentes das terras interessadas, como também — e nisso reside o seu maior interesse — no benefício geral das regiões em que essas obras se situam com os mais importantes reflexos no desenvolvimento da Nação no seu conjunto. O próprio Tesouro verá traduzir-se este facto no crescente afluxo de rendimentos por via das condições fiscais das diversas actividades que se criam ou se desenvolvem em consequência do enriquecimento da agricultura.

É relativamente fácil prever os resultantes directos da exploração agrícola dos novos regadios, mas extremamente difícil traduzir em números os muitos outros benefícios, e em especial o aumento de rendimento das actividades não agrícolas resultante do desenvolvimento da agricultura proveniente da transformação do sequeiro em regadio.

Sabe-se que o aumento do rendimento agrícola numa região beneficiada pela rega fomenta o desenvolvimento das actividades comerciais, bancárias, industriais, de transportes e de serviços, tanto dessas regiões como de outras

consumidores de produtos agrícolas e pecuários e produtores de variados bens de consumo que aquela passa a importar em quantidades muito maiores, mas dada a complexidade destes problemas eles têm sido pouco estudados. Em estudos desta natureza, relativos a regiões do vizinho com características hidroecológicas semelhantes às do Alentejo, sobre a influência da transformação do sequeiro em regadio, o antigo e simples critério da rentabilidade do investimento, isto é, de as terras beneficiadas suportarem por completo a amortização da importância gasta na realização das obras, foi abandonado e substituído pelos conceitos mais realistas das modernas teorias económicas.

As conclusões desses estudos apresentam aspectos de interesse, pois mostram que os aumentos de rendimentos das regiões beneficiadas são, nas actividades não agrícolas, da ordem do dobro dos aumentos que correspondem às actividades agrícolas. Isto para além do aumento da matéria tributável, recebendo o Estado, apenas através dos aumentos das contribuições e impostos, importâncias mais do que suficientes para amortizar os investimentos feitos na construção das obras, enquanto que o consumo de bens nas regiões beneficiadas sofre também grande aumento, o que fomenta o desenvolvimento de indústrias de outras regiões e dos transportes.

3ª Semana

3
Quarta-feira

1627 — Promulgada uma lei que obriga os médicos da época a porrem nas receitas os preços dos medicamentos.



Segundo revela o jornal «o diário», Sá Carneiro teria intentado mais três processos contra aquele órgão de comunicação social. Motivo: as notícias publicadas sobre a fraude bancária de Sá Carneiro & Imão. ■ Termina o bloqueio ordenado pelos armadores espanhóis de Huelva ao trânsito de «ferry-boats» entre Ayamonte e Vila Real de Santo António. Segundo um acordo entre a «AD» e o partido espanhol no poder, os pescadores espanhóis poderiam passar a capturar cerca de 60 por cento em mariscos do total da pesca. ■ Freitas do Amaral, segundo um recibo da TAP divulgado pela Imprensa, gastou a módica quantia de 240 contos numa viagem de táxi-aéreo Lisboa/Bruelas/Lisboa. ■ O candidato às presidenciais pela «AD», Soares Carneiro, acusa o jornal «Portugal Hoje», denunciava em Angola correfregonários seus à PIDE ■ Começa no Funchal a 26.ª assembleia-geral da Associação do Tratado do Atlântico ■ Agricultores do Baixo Mondego manifestam-se contra a atribuição de subsídios ao arroz por hectares e não por quilo, como tem sido norma.

4
Quinta-feira

1479 — Depois da derrota do Exército português na batalha de Toro é firmado um tratado de paz com o reino de Castela.

Demite-se a chefia de redacção da RTP-2 por discordar das novas linhas de orientação que Proença de Carvalho pretende imprimir à informação do segundo canal ■ O município de Lisboa delibera dar o nome do dramaturgo Bernardo Santareno, recentemente falecido, a uma artéria da capital ■ Os técnicos de telecomunicações aeronáuticos dos aeroportos portugueses terminam uma greve de 24 horas como forma de luta pelo direito a qualificações remuneradas e diversas regalias no âmbito da segurança social. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, anuncia publicamente a sua decisão de se recandidatar ao cargo, ao discursar, em Belém, perante numerosas personalidades que lhe expressaram apoio a tal decisão. ■ O Secretariado da Federação dos Sindicatos Agrícolas exige a actualização do salário mínimo para os rurais. ■ Os trabalhadores das minas da Panasqueira encontram-se em greve por períodos de três horas exigindo a negociação de um novo caderno reivindicativo.

5
Sexta-feira

1978 — Começa na Assembleia da República a discussão na generalidade da Lei Eleitoral.



Os sindicatos e a União dos Sindicatos do Porto interpõem recurso à decisão do presidente da Assembleia Municipal que por sua livre iniciativa, determinou a constituição e organização do Conselho Municipal, nomeadamente no que se refere à participação sindical ■ Manifestando-se contra a recandidatura do general Ramalho Eanes, a «AD» considera que esta «aparece fora do tempo, sem respeito pela vontade popular». ■ Denunciando o que se passa na comunicação social, o Sindicato dos Jornalistas pela voz do presidente da da direcção considera que «a tentativa de controlo partidário» da informação «é particularmente grave em vésperas de eleições». ■ O CDS aporiano acusa o PPD local de pôr «em perigo a consolidação da democracia» nos Açores. ■ A Confederação Nacional da Agricultura exige que o preço do litro de gasóleo para a lavoura seja fixado em 10\$00. ■ O ministro espanhol dos Transportes revela em Madrid que o aumento da quota de captura de marisco na costa algarvia pelos pescadores espanhóis representa uma contrapartida para a ligação aérea Lisboa-Barcelona, a cargo da TAP. ■ Em Montemor-o-Novo realiza-se o Encontro das Sementeiras de Outono-Inverno. ■ Fazer as sementeiras foi a decisão aprovada. ■ Não comparecendo e provocando por isso a falta de quorum, os elementos da «AD» conseguiram impedir a reunião do Conselho de Informação para a RTP que o PCP solicitara.

6
Sábado

1810 — O marquês de Alorna, D. Pedro de Almeida, é condenado à morte por ter feito parte do exército de Massena que invadiu o nosso país.

Por iniciativa das Câmaras de Portel, Serpa e Moura, realiza-se neste concelho um Encontro sobre o Aproveitamento de Alqueva. ■ A Assembleia Municipal de Mangualde aprova por unanimidade uma moção de repúdio pela carga da GNR sobre a população de Mesquitela, ordenada pelo Ministério dos Transportes do Governo «AD». ■ Ao falar na assembleia da ATA, Mário Soares afirma que no domínio das relações «com os países do Leste», particularmente com a União Soviética, a NATO não deve adoptar «uma atitude de perigosa condescendência».

7
Domingo

1867 — Nasce o escritor Camilo Pessanha.

Segundo a Federação dos Sindicatos do Comércio e Serviços do Governo «AD» prepara-se para impor a abertura do comércio aos domingos. ■ O Conselho de Informação para a RTP permanecerá paralisado até às eleições, em virtude do seu abandono definitivo, segundo foi anunciado, pelos partidos da «AD». ■ Alvaro Cunhal termina a sua deslocação por regiões da Beira Alta e Minho. Os contactos informais que as populações de diferentes localidades revelaram a projecção que as forças democráticas nomeadamente a APU já ali têm. ■ Os agricultores do Baixo Mondego ameaçam cortar as estradas caso o Governo «AD» não altere as condições para a concessão de subsídio ao arroz. ■ No Porto realiza-se um Encontro Distrital de Reformados, Pensionistas e Idosos. ■ A realização da sessão do concurso «Prata da Casa» é anulada pela RTP depois da decisão tomada pelas equipas do Funchal e do Porto de recusarem qualquer tipo de pontuação para as suas provas, protestando assim contra o comportamento ditatorial da RTP quanto às alterações do regulamento.

8
Segunda-feira

1936 — Revolta dos marinheiros da esquadra portuguesa contra a intervenção do governo fascista na guerra civil espanhola, esmagada por Tenreiro em estreito contacto com Salazar.



O major Vasco Lourenço, membro do Conselho da Revolução, anuncia que sendo criada em breve «a Associação dos Militares de Abril (...) virá a ser um instrumento de revitalização do espírito democrático e da vivência livre e criadora daqueles que, pertencendo ou tendo pertencido à instituição militar, poderão contribuir para uma compreensão mais adequada do papel das Forças Armadas numa sociedade democrática». ■ A CNA denuncia que gado com febre aftosa continua a entrar clandestinamente no país. ■ Chega a Portugal uma delegação da central sindical norte-americana AFL-CIO para dar uma ajuda à UGT portuguesa, que para o efeito a convidou expressamente. ■ Os trabalhadores da indústria hoteleira do Norte aprovam em assembleia convocada para o efeito a fusão dos sindicatos do Porto, Vila Real, Bragança, Braga e Viana do Castelo numa única organização da classe — o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte.

9
Terça-feira

1973 — Jovens oficiais e praças das Forças Armadas reúnem-se clandestinamente próximo de Évora, no que seria o embrião do MFA.

Reunião do Comité Central do PCP. Uma das conclusões da reunião plenária considera que estão criadas as condições essenciais para que a «AD» seja derrotada nas próximas eleições, ficando novamente em minoria na AR ■ Segundo o jornal inglês «Financial Times» a «AD» estaria a dividir-se quanto às eleições presidenciais, resultado do candidato que apolam, Soares Carneiro ■ O governador civil de Lisboa, Nêiva Correia, impede a discussão e votação de uma moção de censura pela sua actuação como presidente da Assembleia Distrital de Lisboa.

3ª Semana

3
Quarta-feira

1969 — Morre Ho Chi Minh

O dirigente do sindicato dos correios britânicos acusou o governo de pôr escutas nos telefones dos sindicalistas, afirmando também existirem fortes provas de que a CIA está implicada nessa prática ■ A polícia francesa reprimiu violentamente uma manifestação de pescadores que se deslocaram a Paris para exigirem a satisfação das suas reivindicações ■ O governo afegão anunciou o desmantelamento de grupos terroristas, informando que, nalgumas regiões, a população se está a organizar em grupos de resistência ■ O Congresso Nacional Popular da China solicitou à sua comissão permanente que retire da Constituição o artigo que consagra a liberdade de expressão ■ O actual governo fascista da Bolívia decidiu introduzir a pena de morte para terrorismo, comércio de droga (onde aliás estão pessoalmente implicados), desfalques, agitação e conspiração.

4
Quinta-feira

1970 — É eleito no Chile o governo da Unidade Popular de Salvador Allende.



Mengistu Haile Marian, presidente etíope, denuncia o pacto militar entre os Estados Unidos e a Somália como uma séria ameaça à paz e à estabilidade na zona ■ O vice-primeiro-ministro Zhao Zyang, considerado partidário de uma maior aproximação com o mundo capitalista, substitui na chefia do governo chinês o presidente Hua Guafeng ■ As 33 universidades do Peru entraram em greve geral por tempo indefinido, exigindo o aumento das despesas com o ensino ■ O coronel Oscar Mendoza Azurdia foi escolhido para o cargo de vice-presidente da Guatemala em substituição de Francisco Villagrán Kramer que pediu a sua demissão invocando a violação dos direitos humanos no país ■ O Congresso dos Sindicatos Britânicos (TUC) rejeitou a proposta do governo conservador para que os trabalhadores desistissem de lutar por aumentos salariais ■ O Zimbabwé cortou relações diplomáticas com a África do Sul.

5
Sexta-feira

1944 — Proclamação da Reforma Agrária na Polónia

Os portos italianos paralisaram 24 horas devido a uma greve dos trabalhadores dos barcos rebocadores que reivindicam aumentos salariais ■ O Congresso brasileiro votou a suspensão por dois anos das eleições municipais, medida que a oposição desmascarou como antidemocrática ■ Dezanove intelectuais latino-americanos denunciam a farsa de referendo constitucional de Pinochet, referendo que está a ser condenado em todo o mundo ■ A Organização de Libertação da Palestina (OLP) acusou Israel de concentrar tropas no sul do Líbano e pediu ao secretário-geral da ONU que adopte as medidas necessárias para fazer cessar a agressão ■ O presidente da SWAPO, Sam Nujoma, denunciou os países capitalistas que fornecem armas à África do Sul, que as utiliza para manter a ocupação ilegal da Namíbia e agredir o povo angolano ■ As forças da Frente Polisário atacaram a cidade marroquina de Tata, a cerca de 200 quilómetros de Agadir, no mais profundo ataque feito pela Polisário em território marroquino.

6
Sábado

1969 — Começou em Adis Abeba, capital da Etiópia, a 6.ª Conferência de alto nível da OUA.

O Vietnam denuncia que as tropas chinesas continuam a desencadear uma série de provocações na zona fronteiriça da República Socialista do Vietnam, admitindo a hipótese de estar em curso a preparação pelos dirigentes de Pequim de uma nova aventura militar ■ O parlamento polaco reuniu-se para debater as medidas sociais e económicas que integram o programa do governo chefiado pelo primeiro-ministro Josef Pinkowski ■ Agrvou-se o conflito no seio da Junta Governativa de El Salvador, quando um dos seus dois membros militares considerou ilegal a passagem compulsiva à disponibilidade de um grupo de jovens oficiais moderados do Exército ■ Um caça não identificado atacou um posto das nações Unidas no sul do Líbano ■ Registraram-se graves incidentes em Zurique quando jovens suíços protestavam, em Zurique, contra o encerramento de um centro autónomo da Juventude ■ A RDA anunciou que a cimeira RDA-RFA, adiada o mês passado, não poderá realizar-se proximamente.

7
Domingo

1974 — Acordo de Lusaka para a independência de Moçambique.



O plenário do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), reunido na noite de 5 para 6, debateu as consequências da grave doença de Edward Giersek, primeiro-secretário do POUP, e decidiu substituí-lo nessas funções por Stanislaw Kania, eleito por unanimidade ■ A Suíça foi o primeiro país europeu a reconhecer a Junta fascista que há um mês e meio governa a Bolívia ■ O número de agressões em Nova York em Maio excedeu em 43,2 por cento o total registado no mesmo mês do ano passado ■ A nova estratégia nuclear norte-americana representa um perigo para a segurança europeia, declarou em Viena o director do Instituto de Investigação da Paz e Política de Segurança de Hamburgo ■ Duas dezenas de produtos alimentícios para bebés foram apreendidos em Itália por ordem do Ministério da Saúde, devido a suspeitas de conterem elementos prejudiciais ao desenvolvimento infantil.

8
Segunda-feira

1943 — Os nazis enforcaram Julius Fucik (Dia do Jornalista Democrático).

Stanislaw Kania, actual primeiro-secretário do POUP, na sua intervenção perante a reunião do CC do POUP, garantiu que os sindicatos salvaguardarão os interesses dos trabalhadores, destacou os laços de amizade entre a Polónia, a União Soviética e os outros países socialistas e a necessidade do Partido cerrar fileiras para obter de novo a confiança da classe operária ■ O presidente do Irão, Abolhassan Bani-Sadr, aprovou 14 dos ministros designados para o novo governo, mas deixou vagas 7 pastas, nomeadamente as relativas ao sector económico ■ O presidente sírio, Hafez Assad, visita a Líbia para contactos relacionados com a projectada união dos dois países ■ Dois astronautas franceses seguiram para Moscovo para prepararem l um voo espacial franco-soviético, marcado para Junho de 1982 ■ Na sequência da demissão de Hua Guofeng do cargo de primeiro-ministro, apresentarão também a sua demissão sete vice-primeiros-ministros chineses.

9
Terça-feira

1944 — O Exército Vermelho libertou a Bulgária do jugo nazi.



António Maidana, secretário-geral do Partido Comunista do Paraguai, foi preso em Buenos Aires em 27 de Agosto, informaram familiares ■ O presidente afegão, Babrak Karmal, declarou que as forças patrióticas tinham derrotado os bancos contra-revolucionários mas, entretanto, a China, o Irão, o Paquistão e os Estados Unidos continuam a infiltrar bandoleiros armados no país ■ O camarada Stanislaw Kania, primeiro-secretário do POUP, deslocou-se ao porto de Gdansk, onde numerosos oradores exprimiram a ideia de que a principal tarefa do Partido é dirigir de forma a que jamais se repitam as crises semelhantes à de Agosto ■ Iniciaram-se em Madrid os trabalhos preparatórios da Conferência Europeia de Segurança e Cooperação — a União Soviética e os outros países socialistas têm como preocupação fundamental a integral aplicação da Acta de Helsinquia e a continuação militar do desanuviamento político.

Reunião preparatória da Conferência de Madrid

Com a presença de representantes de trinta e cinco Estados, iniciaram-se, dia 9, no Palácio dos Congressos de Madrid, os trabalhos da reunião preparatória da Conferência de Madrid sobre a aplicação da Acta Final de Helsinquia.

A União Soviética e outros países socialistas participarão no encontro firmemente

determinados a contribuir para o seu êxito, apesar dos esforços que se anunciam, por parte dos países capitalistas, de boicotar na prática a Conferência, que se vai realizar a 11 de Novembro.

No sentido de fazer da Conferência de Madrid uma reunião operacional, onde se obtenham resultados positivos e resoluções concretas visando o desanuviamento, o reforço da

segurança e o alargamento da cooperação na Europa, realizaram-se na Crimeia diversos encontros entre Brejnev e os dirigentes dos vários países socialistas. Entretanto, um documento do Comité Central do PCUS sugere que se consagrem esforços com vista ao estudo de medidas práticas para a materialização das cláusulas de todos os capítulos da Acta

Final. Por outro lado, a União Soviética trabalha no sentido de se obter um consenso quanto à convocação de uma Conferência Pan-Europeia relativa ao desanuviamento militar e ao desarmamento.

Quem tem medo das disposições da Acta de Helsinquia? Quem tem medo do desanuviamento político e militar?

Polónia, resposta à crise

Enquanto na Polónia se desenvolve um claro esforço de superação da crise, prossegue a campanha anticomunista a nível internacional e são visíveis tentativas de utilizar em moldes anti-socialistas alguns pontos do acordo obtido entre o governo polaco e os grevistas.

Os esforços da reacção internacional apontam, no fundamental, em termos práticos, para a utilização de elementos anti-sociais, no interior da Polónia, com o objectivo de pôr em causa o sistema socialista; em termos propagandísticos, para a "justificação" da sua tese de "falência do comunismo".

No que respeita à ingerência nos assuntos internos do povo polaco — que não passa a ser uma realidade só agora — são significativos factos como a ajuda, nomeadamente material, aos sindicatos formados por grupos de trabalhadores, ajuda que parte mesmo de organizações tão suspeitas como os "sindicatos" norte-americanos, ligados à CIA. Simultaneamente destaca-se o carácter "particular" da Polónia no mundo socialista. As palavras do presidente da Comissão Portuguesa do Atlântico são, a esse respeito, significativas: "A Polónia, país católico, com um profundo sentimento nacional, pode vir a ser modelo de evolução na continuidade a que não podemos deixar de estar muito atentos no futuro."

A campanha propagandística, através da qual se pretende "demonstrar" a "falência do comunismo", prossegue, apesar das evidentes dificuldades em se firmar. Na verdade, e contrariamente ao que a reacção alardeia, os factos na Polónia só vieram provar que se registam crises na sociedade socialista exactamente quando há violações à democracia socialista, o que aliás é genericamente reconhecido e referido na Polónia. Simultaneamente, e a menos que se ocultem e deturpem por completo os factos, os problemas económicos surgem como problemas solúveis (e nesse sentido se elaboram planos muito concretos), contrariamente à crise que domina o mundo capitalista, e a realidade social do país apresenta-se num quadro bem diferente da do mundo capitalista, como carências, sem dúvida, mas carências relativas a um sistema que

garante resposta às necessidades dos trabalhadores, em função, naturalmente, da capacidade económica do país. Por último, a resposta encontrada foi a do diálogo. Algumas soluções poderão ser exploradas por elementos anti-sociais e estão estritamente ligadas à complexa situação actual. Mas o facto de ter sido possível uma resposta através do diálogo, atrapalha os cálculos do imperialismo, empenhado em impossibilitar tal saída, por todos os meios.

Resposta à crise

Nun processo acelerado a Polónia põe hoje em prática as necessárias respostas à crise.

Considerando como princípio essencial o cumprimento consequente dos objectivos sociais, a Dieta (Assembleia Popular) e o Conselho de Ministros da Polónia, tomaram diversas decisões com o objectivo de responder à crise

O estado de saúde do camarada Edward Giersek, que sofreu um enfarte cardíaco, não alterou o ritmo deste processo. Giersek foi substituído, como primeiro secretário do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), por Stanislaw Kania, filho de um pequeno camponês, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do POUP desde o 7.º Congresso do POUP, em 1975.

A Dieta (Assembleia Popular) e o Conselho de Ministros da Polónia, tomaram entretanto diversas decisões, considerando como princípio essencial o cumprimento consequente dos objectivos sociais.

Assim, foi decidido: o prosseguimento gradual dos aumentos salariais iniciados em Julho deste ano, até Junho de 1981, abrangendo todas as categorias de trabalhadores; o aumento das reformas e dos abonos de família; o reforço do controlo de fixação dos preços; o melhor aprovisionamento do mercado, nomeadamente no que respeita a produtos alimentares; o desenvolvimento constante

destacou que "são indispensáveis alterações no movimento sindical, mas isso não significa que deveremos riscar tudo o que foi feito até agora, que tivéssemos trabalhado contra os interesses da classe operária. Numerosas leis foram adoptadas pela iniciativa dos deputados sindicais e dos militantes operários, nomeadamente no que se refere à formulação legal dos direitos dos trabalhadores e à concessão de subsídios sociais para igualizar os trabalhadores manuais aos trabalhadores intelectuais. (...) A principal tarefa é actualmente garantir a autonomia, a autogestão e os direitos invioláveis dos sindicatos."

2) A cooperação com o CAME e a União Soviética — Realçando que "a vida confirma uma vez mais que podemos sempre contar com a compreensão e a fraternal ajuda da União Soviética e de todos os países do CAME, o primeiro-ministro polaco destacou: "Vamos solucionar os nossos difíceis problemas económicos continuando a desenvolver as relações mutuamente vantajosas

Conferência Mundial de Solidariedade para com a luta do povo líbio



Rogério de Carvalho, representante do PCP, na reunião de solidariedade com o povo da Líbia.

Em 30 de Agosto e 1 de Setembro decorreu em Trípoli a Conferência Mundial de Solidariedade para com a luta do povo Líbio. Coincidindo com as comemorações do 11.º aniversário da Revolução de 1 de Setembro de 1969, na Líbia, esta Conferência realizou-se no quadro das iniciativas de solidariedade com os povos árabes e a sua causa central — a Palestina — decididas na Conferência de Lisboa de Novembro de 1979.

Esteve presente uma delegação do Partido Comunista Português dirigida pelo camarada Rogério de Carvalho, membro do Comité Central, e que integrava também o camarada António Ângelo, da Secção Internacional. A nossa delegação, assistiu em Trípoli às comemorações oficiais do 1.º de Setembro, tomando contacto com alguns aspectos da realidade económica, social e cultural libíes, nomeadamente através de

encontros com representantes do Bureau das Relações Exteriores do Congresso Geral do Povo. Rogério de Carvalho foi recebido, com os responsáveis de todas as delegações, pelo dirigente da Revolução líbia, Coronel Muammar El-Gaddafi.

Na conferência foram aprovados importantes documentos: documento de solidariedade com o povo libiano; declaração de princípios de Trípoli; resolução de condenação das concentrações militares de Sadat e das ameaças de guerra contra a Líbia; comunicado oficial.

No documento final é destacada a solidariedade com o povo líbio face às ameaças de guerra por parte do regime reaccionário de Sadat, do sionismo e do imperialismo, assim como a solidariedade com a luta dos povos de todo o mundo contra a política de agressão e exploração do imperialismo, particularmente em África e na América Latina.

36.º aniversário da revolução socialista na Bulgária

No dia 9 de Setembro o povo búlgaro celebrou o 36.º aniversário da revolução socialista.

Antes da revolução a Bulgária era um país com um baixo nível das forças produtivas, com uma agricultura primitiva, uma grande miséria na cidade e no campo, uma economia saqueada e arruinada pela burguesia local e os monopólios estrangeiros.

O socialismo transformou a Bulgária, de país agrário atrasado, num país industrial onde uma indústria moderna se desenvolve em ritmos acelerados e com uma agricultura produtiva. A União

melhoria constantemente o nível de vida do povo búlgaro. Em 1980, último ano do actual plano quinquenal, prevêem-se novas alterações positivas na vida dos búlgaros. Os fundos de consumo — em que assenta parte relevante da melhoria do nível de vida da população — deverão aumentar mais de 6 por cento. Os gastos reais da população aumentaram em cerca de 3,6 por cento, tendo como fonte principal as subidas salariais com base nos resultados obtidos na empresa correspondente.

O progresso da sociedade socialista assenta também, numa

parte decisiva, na revolução científico-técnica, orientada para a satisfação das necessidades do homem. Nos anos posteriores à revolução, realizou-se na Bulgária uma imensa actividade política, metodológica e organizativa que lançou as bases da teoria e da prática da política científico-técnica nacional. Esta política é orientada no sentido de uma crescente satisfação das necessidades materiais e espirituais da população, do desenvolvimento integral do indivíduo e da afirmação do modo de vida socialista.



40 Medidas Urgentes para o bem-estar dos portugueses

Ao anunciar um vasto e coerente conjunto de medidas urgentes para o bem-estar dos portugueses, a APU indica ao mesmo tempo as grandes linhas da política económica que lhes dão credibilidade e as tornarão possíveis:

— uma política de desenvolvimento, baseada na mobilização geral dos recursos e energias produtivas do País, no respeito pelas novas realidades económicas e sociais do Portugal de Abril (com o apoio ao sector nacionalizado, à Reforma Agrária, às cooperativas e empresas em

autogestão, aos agricultores, às pequenas e médias empresas do sector privado), no relançamento dos grandes projectos de interesse nacional, na reorganização e reconversão de empresas e sectores em dificuldades, na modernização e dinamização do aparelho produtivo nacional; — uma política de desenvolvimento que, tendo por indiscutível objectivo a melhoria das condições de vida do povo e o progresso de Portugal, contará com a insubstituível participação criadora, capacidade e entusiasmo dos trabalhadores portugueses, no quadro de um grande esforço nacional para dar solução aos graves problemas de Portugal.

1

Elevação do **salário mínimo nacional** dos trabalhadores da indústria e serviços para 9 500\$00 e dos rurais e trabalho doméstico na mesma proporção. Actualização dos salários dos trabalhadores de acordo com o aumento do índice de preços no consumidor (garantindo a manutenção do salário real) e com o aumento do índice de produtividade (permitindo o aumento gradual dos salários reais).

2

Aumento imediato do **abono de família** para 500\$00. Actualização periódica do abono de família e do subsídio de casamento, nascimento, aleitação, funeral, tendo em conta o aumento do custo de vida.

3

Aumento do **subsídio de desemprego** de acordo com a actualização do salário mínimo nacional. Atribuição de subsídio de desemprego aos trabalhadores que se encontrem privados de salários por motivos que lhes não são imputáveis.

4

Aumento imediato da **pensão mínima dos reformados do regime geral** para 4 750\$00; da **pensão social** para 4000\$00; da **pensão mínima das viúvas** para 4000\$00. Consagração do valor da **pensão mínima de subsistência**, por princípio, em pelo menos, 50% do salário mínimo nacional. Actualização anual de todas as pensões de reformados, pensionistas e idosos, acompanhando, pelo menos, o aumento do custo de vida.

5

Aumento imediato das **pensões dos rurais** para 4 000\$00. Igualização do regime de previdência dos rurais ao regime geral.

6

Actualização das **pensões por acidentes de trabalho ou doenças profissionais**, de acordo com o aumento do custo de vida. Pensões calculadas na base directa do salário real dos trabalhadores.

7

Actualização anual do **limite de isenção do imposto profissional** em função do salário mínimo nacional, de acordo com a seguinte fórmula: limite da isenção do imposto profissional = (salário mínimo + 20% do salário mínimo) × 14. (Com o salário mínimo nacional de 9500\$00 ficarão isentos os rendimentos até 159 600\$00). Revisão dos escalões do imposto profissional e complementar para uma mais equitativa distribuição da carga fiscal e actualização dos novos escalões com base no índice de preços no consumidor.

8

Defesa do **direito ao trabalho** e garantia da **estabilidade de emprego**, designadamente com a revisão do regime legal dos despedimentos colectivos, a efectiva aplicação da proibição dos despedimentos sem justa causa e a adopção de nova legislação sobre o trabalho eventual de modo a pôr termo à utilização e generalização abusivas dos contratos a prazo.

9

Auxílio às empresas em dificuldades com vista à manutenção de postos de trabalho.

10

Controlo prévio dos preços. Combate à inflação, pela redução das taxas de juro, pela eliminação dos lucros especulativos e pelo aumento da produção.

11

Alargamento do âmbito do “**cabaz de compras**” a todos os produtos de primeira necessidade e de maior consumo pelas camadas mais desfavorecidas da população.

12

Elaboração e publicação do **Código de Defesa do Consumidor**, com a participação de estruturas representativas, nomeadamente sindicais, cooperativas de consumo, associações de consumidores e de pequenos e médios comerciantes.

13

Abolição do Decreto-Lei n.º 41 204 e concomitante revisão das margens de comercialização com a participação dos pequenos e médios comerciantes. Combate eficaz à falsificação de produtos, à especulação e ao açambarcamento.

14

Baixa geral das **taxas de juro**, com redução da taxa de desconto de 18% para 14%.

15

Eliminação das restrições administrativas ao volume de **crédito** destinado à actividade produtiva. Correção dos sistemas de incentivo ao investimento como forma de privilegiar os investimentos nacionais que criem novos postos de trabalho, que permitam substituir importações ou fomentar exportações.

16

Fixação do **preço do gasóleo** para a lavoura e pesca em 10\$00/litro. Contenção do preço dos adubos, pesticidas, rações e sementes, e garantia da qualidade e do abastecimento do mercado. Medidas de prevenção eficazes e vacinação gratuita do gado contra a febre aftosa, brucelose, etc.

17

Garantia do **escoamento da produção agrícola** (vinho, batata, pêra, maçã, etc.) a preços de garantia compensadores negociados com as Organizações da Lavoura no início de cada campanha.

18

Simplificação do **crédito agro-pecuário** e maior bonificação das taxas de juro. Alargamento do seguro agrícola a todas as produções agro-pecuárias e a todos os riscos. Pagamento de todas as dívidas do Estado à lavoura.

19

Cumprimento integral da **Lei dos Baldios**, revisão da **Lei do Arrendamento Rural** (fim ao despejo dos rendeiros, garantia de estabilidade, etc.) e concretização de um esquema de financiamento para **aquisição de terras pelos rendeiros**. Regulamentação do arrendamento de campanha e apoio aos seareiros.

20

Revogação da Lei Barreto. Rectificação dos abusos e ilegalidades cometidos na zona da Reforma Agrária, com a restituição às UCP's e Cooperativas de todas as terras, gados, frutos pendentes, máquinas e instalações, que legitimamente lhes pertencem. Revogação das Leis da Cortiça e das limitações arbitrárias de exploração florestal.

21

Melhoria do **abastecimento de peixe** em quantidade, qualidade e preço, designadamente através da fixação dos preços de garantia e da racionalização dos circuitos de comercialização do pescado, da modernização e aumento da frota pesqueira, da renovação e alargamento dos meios de conservação, de apoios à actividade piscatória, e designadamente aos sectores cooperativo e artesanal, da protecção dos recursos pesqueiros na área das 200 milhas e da sua efectiva utilização pela frota nacional.

22

Implantação do **Serviço Nacional de Saúde**; concretização da rede de cuidados primários de saúde e adopção de medidas de emergência com vista a dar ao doente segurança na utilização e garantir a eficiência dos serviços de saúde.

23

Alargamento e melhoria das formas de **apoio social aos reformados e idosos**, através de Centros de Dia, de Convívio e Lares Residenciais. Criação de serviços de assistência domiciliária aos idosos, inválidos e reformados.

24

Descontos significativos nos **passes sociais** dos reformados e idosos para os transportes colectivos urbanos, de médio e longo curso, sem condicionalismos de quilometragem nem horário de utilização.

25

Medidas eficazes com vista à **melhoria dos serviços da previdência e ao pagamento em devido tempo das pensões dos reformados, do abono de família, do subsídio de doença e demais prestações sociais**.

26

Adopção de medidas eficazes de **apoio aos deficientes**, nomeadamente nos campos do ensino especial, na formação e reabilitação profissional, criação obrigatória de quotas de emprego nas empresas públicas e nacionalizadas, na habitação, nos transportes e no desporto, para que a sua integração na sociedade seja uma realidade.

27

Elevação da parte reservada à Educação no Orçamento Geral do Estado.

28

Lançamento de uma rede pública de **estabelecimentos pré-escolares** (educação infantil). Cumprimento imediato da escolaridade obrigatória de 6 anos e seu alargamento a 9 anos.

29

Concretização de medidas para a **eliminação do analfabetismo** e lançamento de uma plano de acções imediatas de educação básica de adultos.

30

Eliminação dos mecanismos de selecção de classe no **acesso ao ensino**, nomeadamente ao ensino superior.

31

Reestruturação do ensino secundário, de modo a proporcionar, a par de uma ampla habilitação cultural, científica e técnica comum, uma orientação vocacional e uma formação profissional de base.

32

Criação de **saídas profissionais** para os jovens quadros técnicos e intelectuais.

33

Definição de um **Estatuto de Aprendizagem**, em ligação com uma política de formação profissional e de acesso dos jovens ao emprego.

34

Atribuição de **crédito de horas para estudo** a trabalhadores-estudantes.

35

Combate ao **desemprego feminino** pela criação de novos postos de trabalho; abolição das cláusulas e práticas discriminatórias em relação à mulher no trabalho; garantia da aplicação efectiva do princípio constitucional de salário igual para trabalho igual.

36

Criação de **infra-estruturas de apoio ao trabalho doméstico e à maternidade**.

37

Intensificação da **promoção de habitações sociais** pelo Estado e pelas autarquias, apoio à iniciativa privada, garantia da estabilidade dos contratos de arrendamento, progressiva proporcionalidade entre a renda de casa e o rendimento dos inquilinos, melhoria das condições de crédito através do alargamento dos prazos de amortização, da maior bonificação das taxas de juro e da diminuição da entrada inicial.

38

Aceleração da cobertura das povoações quanto a **abastecimento de água** ao domicílio, esgotos e remoção de lixo, através do efectivo apoio técnico às autarquias e da aplicação integral da Lei das Finanças Locais.

39

Alargamento, renovação e remodelação da rede de **distribuição de energia eléctrica** visando o seu fornecimento a todas as povoações.

40

Rectificação de todas as ilegalidades e reparação das Injustiças praticadas pelo Governo Sá Carneiro, designadamente na Reforma Agrária, no aparelho de Estado, na comunicação social.

connosco é para cumprir

Dos outros sabe-se o que valem as suas palavras. Da “AD” sabe-se quanto prometeu e quanto não cumpriu, sabe-se o muito que deu aos ricos e o nada que deu ao povo, mesmo à maioria dos que na “AD” votaram. Do PS sabe-se que cumprir a palavra dada e as promessas feitas também não é o seu forte. Da APU sabe-se que respeita sempre até ao fim os seus compromissos, que a coerência na defesa dos interesses populares é uma atitude de todos os dias. Está a chegar a hora de reacender as esperanças de Abril e de as fazer cumprir. Como? Nunca com a “AD” que quer o regresso à ditadura. O PS/FRS, embora afirmem o contrário, não podem ser, por si sós, a alternativa à “AD”. Elogios de dirigentes seus ao PSD como “um grande partido democrático” anunciam intenções de novas alianças à direita que adiarão Abril e ameaçariam o regime democrático. Só a APU defende a única alternativa democrática possível, honesta e realista — o entendimento entre as forças democráticas, nomeadamente a APU e a FRS — para que à maioria democrática na Assembleia da República corresponda um governo democrático ao serviço do povo e do País.